

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Denise Lemos Gomes**

**A AÇÃO INSPETORA NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO –  
ANÁLISE DOS TERMOS DE VISITA DO GRUPO ESCOLAR SENADOR  
VERGUEIRO (1919-1950)**

**Sorocaba/SP**

**2014**

### Ficha Catalográfica

Gomes, Denise Lemos

G613a A ação inspetora no Brasil ao longo da história da educação :  
análise dos termos de visita do Grupo Escolar "Senador Vergueiro"  
(1919-1950) / Denise Lemos Gomes. -- 2014.

160 f. : il.

Orientadora: Profª. Drª. Jane Soares de Almeida

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba,  
Sorocaba, SP, 2014.

**Denise Lemos Gomes**

**A AÇÃO INSPETORA NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO –  
ANÁLISE DOS TERMOS DE VISITA DO GRUPO ESCOLAR SENADOR  
VERGUEIRO (1919-1950)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Jane Soares de Almeida.

**Sorocaba/SP**

**2014**

**Denise Lemos Gomes**

**A AÇÃO INSPETORA NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO –  
ANÁLISE DOS TERMOS DE VISITA DO GRUPO ESCOLAR SENADOR  
VERGUEIRO (1919-1950)**

Tese aprovada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutora no Programa de  
Pós-Graduação em Educação da Universidade  
de Sorocaba.

Aprovada em: 03/12/2014.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Soares de Almeida  
Universidade de Sorocaba

---

Prof. Dr. Waldemar Marques  
Universidade de Sorocaba

---

Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Junior  
Universidade de Sorocaba

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vania Regina Boschetti  
Universidade de Sorocaba

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Norinês Panicacci Bahia  
Universidade Metodista de São Paulo

Aos meus pais, Anisio Gomes e Eunice Lemos Gomes, que, por uma vida de dedicação, amor, renúncias e trabalho, possibilitaram a realização de meus sonhos.

À minha filha, Luciana Gomes Corrêa, pelo exemplo e incentivo dados.

Aos meus avós (*in memoriam*) pelos ensinamentos e valores passados.

Saudade eterna!

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Anisio e Eunice, que sempre estiveram ao meu lado, tanto nos momentos difíceis quanto nos alegres, e buscaram, ao longo dos anos, oferecer a mim oportunidades de estudo.

À minha “luz cheia de graça”, Luciana, minha filha, que me incentivou sempre e até, porque não dizer, foi meu exemplo de fé, coragem, força e determinação.

Às famílias Lemos e Gomes, que apoiaram e acompanharam todas as etapas da pesquisa.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane pela amizade, carinho, paciência e orientação ao longo destes anos.

Às amigas Márcia Regina Munhoz e Bianca Nóbrega, não só pelo carinho, mas, principalmente, pelo companheirismo de sempre.

Aos professores doutores Walter Cruz Swensson Junior e Waldemar Marques, que, como membros da banca de qualificação, contribuíram com importantes e enriquecedoras sugestões.

À bibliotecária Vilma Franzoni, da Universidade de Sorocaba, pela colaboração durante a pesquisa e revisão bibliográfica.

Aos funcionários que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Meu reconhecimento aos professores e colegas da linha de pesquisa de História e Historiografia: Políticas e Práticas Escolares, por tudo que me ensinaram nas conversas, aulas e seminários.

A Deus, que, por sua presença, luz e força, sempre me abençoa e acompanha para tudo aquilo a que Ele me destina.

A utopia está lá no horizonte.  
Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos.  
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.  
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.  
Para que serve a utopia?  
Serve para isto:  
Para que eu não deixe de caminhar.

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

O objetivo desta tese é analisar o papel do inspetor de ensino no período de 1919 a 1950, focando a dualidade de sua ação: fiscalizadora ou orientadora. A investigação foi realizada por meio da análise dos Termos de Visita dos inspetores no período de 1919 a 1950, do Grupo Escolar Senador Vergueiro, na cidade de Sorocaba, São Paulo. Para contextualizar o estudo, foi feito um levantamento bibliográfico da História da Educação Brasileira desde 1549. Verificou-se, no processo de construção do trabalho, que, embora a função não existisse explicitamente, a ação inspetora esteve presente ao longo dos tempos, porém diluída em outros papéis.

**Palavras-chave:** Inspeção de ensino. Fiscalizadora. Orientadora. Termos de Visita.

## **ABSTRACT**

The objective of this research was to analyze the school inspectors' function in the period from 1919 to 1950, focusing on the duality of their action: supervising or guiding. The research was conducted by analyzing the Terms of Visitation made by the inspectors in the period from 1919 to 1950, of the School Group "Senador Vergueiro" in the city of Sorocaba, São Paulo, Brazil. To contextualize this study, a bibliographical survey of the History of Brazilian Education since 1549 was made. In the development of the work, it was noticed that, although the function did not exist explicitly, the inspectors' action was present throughout time, however diluted in other roles.

**Keywords:** School Inspection. Supervising. Guiding. Terms of Visitation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Quadro representando os jesuítas na catequização dos índios.....	17
Figura 2	Ensino mútuo.....	26
Figura 3	Coeducação: lugares separados para meninos e meninas.....	49
Figura 4	Alunos da Escola do Ipanema Região de Sorocaba, em 1929.....	64
Figura 5	Alunos escola rural isolada de Sorocaba em 1929.....	64
Figura 6	Formandas de 1944 e professores da Escola Normal Livre [...].	65
Figura 7	Primeira fábrica têxtil do Estado de SP – Fábrica Nossa Senhora [...].	67
Figura 8	Primeira fábrica de Sorocaba e São Paulo.....	68
Figura 9	Alunos do 3.º Grupo Escolar Senador Vergueiro, em 1919 [...].	70
Figura 10	Equipe docente do Grupo Escolar Senador Vergueiro (1919).....	70
Figura 11	Hierarquia Da Diretoria Geral Da Instrução Pública Paulista (1910).....	74
Figura 12	Turma masculina do Grupo Escolar Senador Vergueiro (1919).....	76
Fig. 13 e 14	Alunas do Grupo Escolar Senador Vergueiro, em 1929.....	91
Figura 15	Grupo Escolar Senador Vergueiro – Alunos do 4.º ano (1929).....	91
Figura 16	Certificado de 4.º ano de aluno do Grupo Escolar Senador Vergueiro [...].	106
Fig. 17 e 18	Cerimônia de entrega do livro (à esquerda); programa [...].	142
Figura 19	Carta datada de 16/6/1948.....	143
Figura 20	Primeiro Jornal do Grupo Escolar Senador Vergueiro, ano 1, n.º 1 [...].	146
Figura 21	Primeiro Jornal do Grupo Escolar Senador Vergueiro, ano 1, n.º 1 [...].	147
Figura 22	Primeiro Jornal do Grupo Escolar Senador Vergueiro, ano 1, n.º 1 [...].	147
Figura 23	Primeiro Jornal do Grupo Escolar Senador Vergueiro, ano 1, n.º 1 [...].	148

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FUNÇÃO INSPETORA</b> .....	<b>16</b>
<b>3 A CIDADE DE SOROCABA (SP) E O GRUPO ESCOLAR SENADOR VERGUEIRO (1919-1950)</b> .....	<b>59</b>
<b>3.1 A cidade de Sorocaba (SP): panorama histórico</b> .....	<b>59</b>
<b>3.2 O Grupo Escolar Senador Vergueiro – Sorocaba (SP)</b> .....	<b>66</b>
<b>4 OS TERMOS DE VISITA DOS INSPETORES DO ENSINO NO PERÍODO DE 1919 A 1950, NO GRUPO ESCOLAR SENADOR VERGUEIRO, EM SOROCABA (SP)</b> .....	<b>73</b>
<b>4.1 Registros do inspetor do ensino de 1919 a 1950: fiscalização ou orientação?</b> .....	<b>73</b>
<b>4.2 As inspeções escolares na década de 1920: registros dos Termos de Visita</b> .....	<b>74</b>
<b>4.3 As inspeções escolares na década de 1930: registros dos Termos de Visita</b> .....	<b>92</b>
<b>4.3.1 O Relatório Anual da Delegacia Regional do Ensino de Sorocaba (1940)</b> .....	<b>113</b>
<b>4.4 As inspeções escolares na década de 1940: registros dos Termos de Visita</b> .....	<b>132</b>
<b>4.5 As inspeções escolares na década de 1950: registros dos Termos de Visita</b> .....	<b>145</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedicou-se ao estudo da ação inspetora no Brasil, privilegiando a reflexão acerca do papel do inspetor de ensino, partindo da análise dos Termos de Visita do Grupo Escolar Senador Vergueiro, no período de 1919 a 1950, na cidade de Sorocaba, vinculada à denominada Delegacia do Ensino de Sorocaba, atualmente chamada Diretoria de Ensino de Sorocaba (SP).

O Termo de Visita é um documento que, além de servir como prova da visita feita pelo inspetor em determinada instituição de ensino, visa a “manter fluxo horizontal e vertical de informações, possibilitando a realimentação do Sistema Estadual de Educação, bem como sua avaliação pela Secretaria de Estado de Educação” (RIO DE JANEIRO (Estado), 2011).

Nesta pesquisa, investigou-se o curso da História da Educação e, nela, o papel do inspetor de ensino, objeto específico desta pesquisa. Dessa forma, foi possível encontrar e identificar os modos de ação desses atores, detectar situações e, então, repensá-las, a fim de que não se repitam no futuro aquelas que não sejam adequadas aos propósitos educacionais.

Embora, nos primórdios, oficialmente, esse cargo não existisse, a ação inspetora esteve sempre presente no âmbito escolar, em diferentes momentos da história. Tendo isso em vista, é relevante analisar as práticas de inspeção e perceber que estiveram diluídas em outras funções, modificando-se ao longo do tempo.

Fez-se necessário, também, verificar as legislações referentes ao tema, no momento e no espaço estabelecidos, pois foram elas que normatizaram a ação desse inspetor.

Diante disso, pretendeu-se compreender o papel desses atores ao longo da história, as práticas modelares dos inspetores de ensino e, principalmente, as implicações delas em termos de transformação ou manutenção do *status quo*, razões as quais motivaram esta pesquisa.

Conforme a pesquisa foi sendo realizada, fez-se necessário, ainda, refletir acerca da dualidade da ação inspetora: fiscalizadora ou orientadora, na tentativa de perceber como essa dupla faceta se caracterizou em diferentes momentos históricos e, também, nas entrelinhas dos Termos de Visita dos inspetores de ensino. Isso, porque, nos instrumentos legais e nos Termos de Visita, verificam-se intenções declaradas e outras implícitas, além de prescrições procedimentais que definem as ações de inspeção de ensino.

Esta pesquisa teve Manacorda (2010) como contribuidor para a tessitura da trajetória histórica da Educação. Saviani (2011) colocou ao alcance a biografia da educação brasileira em seu conjunto, desde as origens até o período delimitado no estudo. Souza (2009) foi estudada para compreender a educação brasileira e suas nuances nas representações dos seus atores.

Marcílio (2005) constituiu uma radiografia sobre o projeto educacional brasileiro, apontando acertos e erros do quadro da educação brasileira. Reis Filho (1998) foi estudado para trazer elementos acerca da instrução pública no Estado de São Paulo. O Índice Básico da Legislação do Ensino Paulista (1890-1945), de sua autoria, publicado em 1964, foi estudado, pois continha documentos importantes, compreendendo leis, decretos, decretos-leis e regulamentos organizados em forma de índices sistemáticos de fontes para a composição da historiografia da educação brasileira. Para revisitar as origens e o desenvolvimento sorocabano foram lidas as obras de Araujo Neto (2005a; 2005b), em que são reunidos conhecimentos, experiências e pesquisas de diversos autores. Por fim, Silva (2000), que, em sua dissertação de mestrado tratou do desenvolvimento da indústria em Sorocaba. Rangel (2007), por sua vez, foi investigada com a intenção de subsidiar as reflexões que buscam compreender a escola, a ação supervisora e “o especialista”, bem como seu trabalho educativo, serviços e compromissos. Também foi imprescindível consultar as legislações que dispunham sobre o sistema organizacional da educação que se prestaram para localizar o inspetor no contexto a ser analisado.

Como procedimento para realização desta pesquisa, levou-se em consideração a localização, organização e análise de fontes, privilegiando as primárias. Consultaram-se jornais, fotos, documentos oficiais – como legislação, livros de matrícula, relatório anual, de 1940, do Delegado do Ensino de Sorocaba, Termos de Visita – referentes à escola-alvo deste estudo.

Por ter-se optado pela análise da retrospectiva histórica do papel desse especialista da educação, foi selecionado o Grupo Escolar Senador Vergueiro, localizado na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, para a investigação dos Termos de Visita, realizados pelos inspetores responsáveis por tal escola.

Alicerçadas nas análises dos Termos de Visita do período já mencionado, as questões que balizaram esta pesquisa foram: a) Qual foi o papel do inspetor de ensino no período de 1919 a 1950; b) Em que medida os registros dos Termos de Visita e as práticas cotidianas do inspetor expressavam a dualidade de sua ação: fiscalizadora ou orientadora?

A partir de tais questionamentos, procurou-se, primeiramente, analisar as transformações do papel dos especialistas da educação, mais especificamente do inspetor. A intenção foi a de registrar uma parcela da história e da memória do referido ator do processo.

A apresentação de ideias apoiou-se nos muitos registros dos conceitos da inspeção de ensino na trajetória histórica.

Os Termos de Visita foram analisados e agrupados por décadas – dentro do período de 1919 a 1950 – e por temas discutidos nas visitas da inspeção/supervisão, no Grupo Escolar selecionado para esta pesquisa.

Foi também estudado o Relatório Anual de 1940, documento em que se podia encontrar, além do relato dos acontecimentos escolares, toda uma discussão em torno de temas relevantes para a Delegacia de Ensino de Sorocaba. A intenção desse tipo de documento era dar visibilidade ao trabalho realizado na região, no caso a de Sorocaba, além de dar ciência das dificuldades e problemas educacionais, reivindicando providências dos poderes públicos.

O referido Relatório foi produzido pelo Delegado de Ensino de Sorocaba, na ocasião, Prof. Waldomiro Prado Silveira, cujo trabalho e atuação estavam centrados nas escolas sob sua jurisdição e a tudo o que diz respeito a elas. Representava, em sua Delegacia, o que o diretor representava em sua unidade escolar.

No presente trabalho, ele foi o observador externo da situação educacional das Unidades Escolares, dentre elas a questão que interessa a este estudo: o papel do inspetor de ensino.

As considerações finais apresentam a síntese reflexiva a respeito do papel do inspetor de ensino, no período delimitado, e das diferentes facetas que este assumiu.

Vale destacar que a pesquisa em História da Educação encontra diversos obstáculos decorrentes da falta de documentação. Os arquivos não são, na sua maioria, preservados, sendo abandonados em salas nada apropriadas, com pouca iluminação, falta de higiene e ventilação, ou seja, um ambiente propício à danificação de documentos. A maioria desses arquivos apresenta mofo, traças e cupins.

A conservação de documentos e arquivos não é uma tarefa fácil e, infelizmente, são ainda tímidas as iniciativas que visam à preservação da memória na área da educação pública.

Por outro lado, sua necessidade é evidente. O registro documental da história da escola pública poderia evitar o eterno recomeço. Os pesquisadores aproveitariam as vivências e o “[...]que o passado nos fornece sobre os acertos, erros, sucessos e insucessos[...]” (ABRAMOWICZ, 1987, p. 16).

Há, ainda, outros aspectos que prejudicam a reconstrução histórica nesse setor. Vale salientar, por exemplo, a descontinuidade de políticas educacionais e de ações administrativas e, por conseguinte, dos programas implementados. Verifica-se que, ao passar de uma gestão para outra, as ações instituídas até então são abandonadas quase que por completo e, da mesma forma, seus registros também o são.

Por vezes, há a preservação de alguns poucos documentos, graças a interesses pessoais daqueles que participaram da elaboração dos projetos. De qualquer modo, por permanecerem em arquivos particulares, limita-se o acesso e esses também se perdem.

Com isso, a falta de registros do que se foi praticado no passado da escola pública faz com que aquilo que é apresentado como novo e original, muitas vezes, já tenha uma longa história, que é desconsiderada quando se planejam as ações futuras.

Além da problemática apresentada até aqui, há ainda outras questões a serem consideradas quando se pesquisam arquivos e registros históricos.

Thompson (1992) aponta que, assim como os relatos orais, os documentos escritos não estão imunes das representações ao registrar que, ao trabalhar a fala/escrita, os depoentes ou aqueles que fazem o registro podem destacar uns fatos e ocultar outros “[...]que convêm ao autor ou ao grupo que representa[...]” (p. 138).

Ribeiro (1996, p. 21), apoiando-se nas afirmações de Thompson, complementa:

De qualquer maneira, os ecos que nos chegam do passado, pelas mais variadas fontes, são sempre representações. Não é, portanto a busca da “verdade” que justifica o trabalho historiográfico. O historiador procura, na estreita relação que estabelece com esse passado que incorpora todos os resquícios que transportem para o futuro a esperança de crescimento e transformação.

A documentação, assim como todo tipo de registro, ainda que carregada de representações, permite problematizar momentos significativos da história da escola sob os mais diversos aspectos.

Nóvoa (1994) destaca que:

[...] o trabalho do historiador da educação deve estar orientado por duas premissas. Se por um lado, o interesse da sua investigação não pode ser “o passado em si próprio, mas sim tudo o que nos vestígios deixados por esse passado pode responder às questões que ele coloca e que lhe são sugeridas pelo mundo em que vive” por outro é fundamental que consiga “romper uma visão ‘natural’ ou ‘racional’ que oculta a historicidade da reflexão pedagógica e impede a compreensão da forma como se construíram os discursos científicos na arena educativa em simultâneo com o desenvolvimento de grupos profissionais e de sistemas especializados de conhecimento [...] seu trabalho histórico, sua ação pedagógica – pode chegar a, por um lado, “disciplinar e normalizar” a ação do educador, auxiliando-o a “parar por um instante, olhando para o modo como o passado foi trazido até ao presente”; por outro, retomando “toda a complexidade dos processos educativos”, construir “uma narrativa que ajude a enfrentar os dilemas educativas atuais (apud RIBEIRO, 1996, p. 21).

As imagens, nesta investigação, são tomadas como importantes vestígios do passado ou, como nos termos indicados por Mauad (2004), como representações daquilo que, em determinado momento, considerou-se como imagem válida a ser perpetuada.

Diante disso, neste trabalho, procurou-se percorrer os “vestígios”, como diz Nóvoa na citação acima, e, a partir deles, organizar os registros, relacioná-los e analisá-los de modo a se

ter uma ideia mais ampla do papel exercido pelo inspetor de ensino, bem como da própria Educação.

## **2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FUNÇÃO INSPETORA**

A ação inspetora sempre esteve presente no espaço escolar ao longo da história, embora o cargo de inspetor de ensino, especificamente, não existisse. Apesar disso, consta sua ação e percebe-se estar diluída em outras funções, que serão explicitadas no decorrer da pesquisa.

Para a compreensão do contexto que envolve esse aspecto escolar, é fundamental ainda investigar o que a sociedade oferece de fonte, ou, conforme afirma Saviani (2002 p. 38), “[...]a compreensão da trama da História só será garantida se forem levados em conta ‘os dados de ‘bastidores’, vale dizer, se se examina a base material da sociedade cuja História está sendo reconstituída [...]”.

Partindo de tal pressuposto, infere-se que não se pode falar do inspetor de ensino sem retroceder no tempo e observar a base material da sociedade em cada momento histórico, bem como os processos de surgimento e inserção da inspeção no âmbito educacional.

A educação no Brasil foi constituída nos moldes da contrarreforma, por meio de ações missionárias, dos jesuítas, como nos mostra a história da colonização do povo brasileiro.

Para Saviani, mesmo nas comunidades primitivas “[...]onde a educação se dava de forma difusa e indiferenciada, estava presente a função supervisora[...]” (SAVIANI apud FERREIRA, 2006, p. 14). No entanto, não se manifesta, ainda, explicitamente, a ideia de inspeção/supervisão tal qual a se conhece nos tempos hodiernos.

Há, portanto, que se revisitar a História da Educação brasileira com a intenção de localizar tais funções. É o que será feito a partir de agora.

Em 1549, segundo Saviani (2011), dá-se início à organização das atividades educativas no Brasil com a vinda dos primeiros jesuítas. Segundo o autor, a missão conferida pelo rei de Portugal a esses religiosos era converter os “gentios”. Para atender a mencionada missão, os jesuítas criaram escolas e instituíram colégios e seminários. A educação instaurada no processo de colonização foi a de aculturação, uma vez que se desejava impor tradições, técnicas, costumes e a própria religião externos aos dos colonizados.

**Figura 1:** Quadro representando os jesuítas na catequização dos índios.



Fonte: PARREIRAS, A. **Fundação São Paulo**, óleo sobre tela, 1913. Disponível no acervo da antiga Pinacoteca Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/historiadobrasil/jesuítas.htm> Acesso em 12/05/2014

A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo Plano de Instrução formulado pelo padre Manuel da Nóbrega. O plano definia inicialmente: o aprendizado do português (para os índios); a doutrina cristã; a escola de ler e escrever; e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental. Oferecia ainda aprendizado profissional agrícola e, para aqueles que prosseguiriam estudos na Europa, a gramática latina. A sua aplicação, no entanto, foi precária especialmente por conta das privações e dificuldades da fase em questão. Saviani (2011, p. 49) destaca que “[...]em 1564, a Coroa portuguesa, adotou o plano da redízima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos[...]”. Diante disso, houve evidente melhora material dessas instituições escolares.

Foi nesta fase, entre 1586 e 1599, que a Companhia de Jesus deu início à elaboração de um Plano Geral de Estudos, denominado *Ratio Studiorum*, a ser implantado nos colégios da Ordem que:

[...] regulamentou rigorosamente todo o sistema escolástico jesuítico: a organização em classes, os horários, os programas e a disciplina. Eram previstos seis anos de studia inferiora, divididos em cinco cursos (três de gramática, um de humanidades ou poesia, um de retórica); um triênio de studia superiora, psicologia e fisiologia. Após um repetitio generalis e um período de prática de magistério, passava-se ao estudo da teologia, que durava quatro anos (MANACORDA, 2010, p. 248).

Os relatórios das províncias, registros com sugestões das especificidades dos planos de estudo, reivindicavam um código objetivo que explicitasse, com maior clareza, as regras a serem seguidas. Esse plano surgiu com esse propósito e regulou o funcionamento de todas as

suas instituições educativas. A nova edição do *Ratio* foi encaminhada em 1591 para ser posta em prática em caráter experimental e teve forma de código de regra. A versão definitiva do *Ratio* foi publicada em 1599.

Segundo Saviani (2011, p. 55), o plano:

[...] foi constituído por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava pelas do Reitor, do Prefeito de Estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava à regra da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras das diversas academias.

No *Ratio Studiorum*, que foi adotado no Brasil, especialmente após a morte de Nóbrega, ocorrida em 1570, já se fazia presente a ideia de inspeção/supervisão. Verificou-se no documento que, dentre as diferentes funções elencadas, a que trazia a ideia de inspeção/supervisão educacional estava ligada à figura do Prefeito de Estudos, conforme destacou Saviani (2011, p. 55):

O *Ratio* previa a figura do Prefeito Geral dos Estudos como assistente do reitor para auxiliá-lo na boa ordenação dos estudos, a quem os professores e todos os alunos deveriam obedecer (regra n.º 2 do provincial). Previa ainda, quando a extensão e variedade do trabalho escolar o exigissem, um Prefeito dos Estudos Inferiores e, conforme as circunstâncias um Prefeito de Disciplina subordinados, ambos, ao Prefeito Geral.

A primeira função do Prefeito de Estudos objetivava garantir a aprendizagem, ação importante dentro do sistema de ensino dos jesuítas:

[...] Além do Reitor, a quem cabe a direção geral dos estudos, prevê-se a figura do Prefeito dos Estudos, cujas funções são reguladas por trina regra. A regra n.º 1 estabelece que é dever do Prefeito “organizar os estudos, orientar e dirigir as aulas, de tal arte que os que as frequentam, façam o maior progresso na virtude, nas boas letras e na ciência, para maior glória de Deus (SAVIANI, 2011, p. 138).

Quanto à determinação das funções do Prefeito de Estudo, além do dever de lembrar os docentes do cumprimento curricular, destacava a regra n.º 5 (cinco) que: “[...] ao Prefeito incumbe lembrar aos professores que devem explicar toda a matéria de modo que esgotem, a cada ano, toda a programação que lhes foi atribuída” (SAVIANI, 2011, p. 138).

A regra n.º 17 estava relacionada à função de ouvir e observar os professores e vinha expressa da seguinte forma:

De quando em quando, ao menos uma vez por mês, assista às aulas dos professores; leia também, por vezes, os apontamentos dos alunos. Se observar ou ouvir de outrem alguma cousa que mereça advertência, uma vez averiguada, chame a atenção do professor com delicadeza e afabilidade, e, se for mister, leve tudo ao conhecimento do P. Reitor (SAVIANI, 2011, p. 138).

Verifica-se que o Prefeito deveria observar a aula, os registros dos alunos e advertir e/ou chamar a atenção do docente, bem como encaminhar a problemática do não cumprimento das orientações do Ratio ao Reitor, caso fosse necessário. Especialmente nessa última regra, fica evidente a função fiscalizadora e controladora do Prefeito de Estudo.

Diante do rol de funções, estabelecidas no *Ratio Studiorum*, do Prefeito Geral de Estudos, Saviani (2011, p. 56) registrou:

Explicita-se, pois, no *Ratio Studiorum*, a ideia de supervisão educacional. Ou seja, a função supervisora é destacada (abstrata) das demais funções educativas e representadas na mente como uma tarefa específica, para a qual em consequência, é destinado um agente, também específico, distinto do reitor e dos professores, denominado, Prefeito dos Estudos. Esse destaque da função supervisora com a explicitação da ideia de supervisão educacional é indício da organicidade do plano pedagógico dos jesuítas, o que permite falar, ainda que de forma aproximada, que se tratava de um sistema educacional propriamente dito.

O controle jesuítico da educação teve fim devido à acirrada da disputa pelo rumo da Colônia, com o governo da metrópole, na figura do Marquês de Pombal.

Conforme afirma Saviani (2011), o Século XVIII, foi marcado pelo derramamento das “luzes da razão” e se opunha ao monopólio da educação jesuítica, pois, ao manter os ensinamentos aristotélicos e serem avessos aos métodos modernos de fazer ciência, era vista como um retrocesso.

A figura central desse período na política portuguesa foi Sebastião José de Carvalho Melo, que, em junho de 1759, recebeu o título de Conde de Oeiras e, em 1769, tornou-se o Marquês de Pombal. Esse nobre pretendia retirar Portugal da dependência inglesa e se aproveitar da riqueza, propiciada pelo ouro do Brasil, para instalação de indústria e dinamização do comércio. O Marquês instituiu nove princípios básicos do novo Estado, quais sejam:

[...] o desenvolvimento da cultura geral, o incremento das indústrias, o progresso das artes, o progresso das letras, o progresso científico, a vitalidade do comércio interno, a riqueza do comércio externo, a paz política, a elevação do nível de riqueza e bem estar (SAVIANI, 2011, p. 81).

Em 1759, determinou a expulsão dos jesuítas e o fechamento dos colégios, controlados por eles, introduzindo-se, então, as aulas régias a serem mantidas pela Coroa.

Por meio do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, ao expulsar os jesuítas da colônia, Marquês de Pombal suprimiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias. Ao mesmo tempo, criou as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

Nesse Alvará, encontram-se, ainda, as disposições relativas ao Diretor de Estudo e suas atribuições que eram de:

[...] supervisionar o ensino e apresentar relatório anual sobre o estado em que se encontram os estudos visando a evitar os abusos e sugerir os meios “mais convenientes para o adiantamento das escolas”; advertir e corrigir os professores que não cumprirem com suas obrigações dando ciência dos que não se emendarem à Sua Majestade para castigá-los com a privação do emprego e outras penalidades; diante das discórdias provenientes da contrariedade de opiniões dos professores, caberá ao Diretor “extirpar as controvérsias” e “fazer que entre eles haja uma perfeita paz e uma constante uniformidade de doutrina” em benefício da profissão e do aproveitamento dos alunos (SAVIANI, 2011, p. 83).

Algumas das funções do Diretor de Estudo estavam alicerçadas nas advertências aos docentes para cumprimento dos deveres, a fim de evitar desvios e, caso não atendessem às determinações, deveriam ser feitos encaminhamentos ao superior para cumprir penalidades cabíveis. Era previsto também que o Diretor de Estudo impedisse atrito ou situações que provocassem a falta de harmonia entre os profissionais, visando o benefício de todos, tanto docentes como discentes. Isso evidencia o papel de fiscalização e controle de todos os aspectos do ambiente escolar.

Destacam-se também as atribuições do Diretor de Estudo na nomeação dos Professores de Gramática Latina: “[...] a escolha dos professores efetuada ‘por rigoroso exame feito por comissários deputados pelo Diretor Geral’; ninguém poderá ensinar ‘nem pública, nem particularmente, sem aprovação e licença do Diretor dos Estudos’ [...]” (SAVIANI, 2011, p. 84).

Quanto à instalação das classes de grego, Saviani (2011, p. 84) registra que os discípulos “[...] que estudaram um ano com aproveitamento notório receberão atestado, mediante exames públicos e serão qualificados pelo diretor geral”.

Analisando as funções acima elencadas, fica evidente que era imposto ao Diretor Geral a atribuição de controlador de qualificações dos candidatos.

Em 6 de julho de 1759, Dom Tomás de Almeida, principal da Igreja Patriarcal de Lisboa, foi nomeado Diretor Geral de Estudos. Ele exerceu suas funções até 1771, quando o

cargo foi extinto. As atribuições do Diretor Geral de Estudo foram transferidas para a Real Mesa Censória, criada em 1768.

Dom Tomás de Almeida, em seus relatórios, apontava os principais motivos do fracasso da reforma dos estudos, contemplada no Alvará de 28 de junho: “[...] a insuficiência de professores régios, a falta de aulas de retórica, a falta de livros didáticos, a escassez de verbas para aplicar na reforma, os baixos salários dos professores e o atraso no pagamento” (SAVIANI, 2011, p. 89).

A improvisação predominou nas medidas educacionais até 1772. A partir dessa data, Pombal regulamentou a instrução primária e secundária leiga e gratuita, disseminando aulas de ler, escrever, contar, junto com elementos da doutrina cristã. Dom Tomás de Almeida registrou, em vários dos seus relatórios lacunas na formação dos estudantes.

A Lei de 6 de novembro de 1772 tratava da mudança da instrução pública dos estudos menores. Para sua concretização, D José I, rei de Portugal, institui a “Carta de Lei”, de 10 de novembro de 1772, que implementava um imposto chamado “Subsídio literário”, pago pelo povo para manter o ensino público, isto é, supriam-se assim as necessidades financeiras da instrução pública.

As reformas pombalinas, ocorridas no período de 1750 a 1777 tinham como objetivo: “[...] criar a escola útil aos fins do Estado em substituição àquela que servia aos interesses eclesiásticos.” (SAVIANI, 2011, p. 107).

Das considerações feitas por Saviani, destaca-se também que:

[...] Em suma, as reformas pombalinas da instrução pública, cujos influxos se estenderam, no Brasil, de 1759 a 1834, tiveram como características básicas:

- a) estatização da administração do ensino concentrando a gerência de todos os assuntos ligados à instrução na figura do Diretor Geral dos Estudos, criado pelo Alvará de 28 de junho de 1759, cuja ação se estendia a todo o reino por meio de Diretores Locais e Comissários;
- b) estatização e secularização do magistério, organizando exames de estado conduzido pela Diretoria Geral dos Estudos como mecanismo de controle e condição do exercício docente, ficando proibidos de ensinar aqueles que não fossem aprovados nesses exames;
- c) estatização e secularização do conteúdo do ensino que passou a ser controlado pela Real Mesa Censória mediante a censura de livros, antes exercida pelo Santo Ofício e obrigando os professores a encaminhar relatórios das atividades por eles realizadas, assim como do desempenho de seus alunos, à Diretoria Geral dos Estudos.
- d) Estatização e secularização da estrutura organizacional dos estudos mediante a criação de aulas régias de primeiras letras e de humanidades mantidas pelo Estado com recursos provenientes do “Subsídio Literário”, criado especificamente para esse fim;
- e) estatização e secularização dos estudos superiores por meio de uma ampla e profunda reforma da Universidade de Coimbra (SAVIANI, 2011, p. 114).

Com as reformas pombalinas, o trabalho de Mestre Escola recebeu certa atenção das autoridades:

[...] o governador da capitania e o bispo tornaram-se os grandes inspetores de ensino, que davam ou tiravam licença para o magistério, tinham o poder de censurar, castigar ou punir a conduta e o procedimento dos professores, de velar pelo seu pagamento e de premiar alunos de valor (MARCÍLIO, 2005, p. 24).

Verifica-se, então, que os termos “censurar” e “punir” contidos nas determinações de ação demonstram o poder do Delegado. Essas autoridades centrais tinham, ainda, o dever de verificar a licença dos professores aprovados e nomeados em concurso. Cabe ressaltar que os professores não recebiam seus proventos.

A Real Mesa Censória, que substituiu o Diretor Geral de Estudo, acumulava ainda outras importantes incumbências, como publicar ou censurar os livros. Elaborar os mapas de localização das escolas menores e respectivos mestres – além da “[...]competência plena para a instalação das escolas e nomeação dos mestres, conforme prescrição de oito itens[...]”. (SAVIANI, 2008, p. 96)

Dentre os oito itens estabelecidos para os procedimentos da Real Mesa Censória, destacam-se quatro, em que foi possível encontrar ações da função inspetora:

[...] a convocação e exames de seleção dos candidatos a mestres [...] ordena aos professores a obrigação de encaminhar, no final de cada ano, a relação dos discípulos dando conta de seu aproveitamento nos estudos para que a Mesa Censória possa emitir as certidões; [...] rei ordena que os estudantes das escolas menores visando ao ingresso na universidade tenham um ano de Filosofia; [...] que os mestres de ler, escrever e contar sejam obrigados a ensinar não somente a boa forma dos caracteres devem ensinar também as regras de ortografia da língua portuguesa, assim como sintaxe [...]. (SAVIANI, 2008, p. 96)

A expressão “dando conta de seus aproveitamentos [dos discípulos]” para a Mesa Censória “emitir as certidões”, reafirma o poder e o controle que a mesma detinha.

O sexto item trata da inspeção das escolas: “[...]determinando que o presidente da Mesa nomeie, em segredo, ministros que visitem as escolas, por turnos, de quatro em quatro meses, mas sem dias predeterminados, e que não sejam os mesmos a visitar as mesmas escolas.” (SAVIANI, p. 97).

A determinação, em segredo, dos ministros que visitariam as escolas, nos ambientes educacionais e o não estabelecimento de agenda para tal, sugere que era importante surpreender,

provavelmente com a intenção de “descortinar” eventuais situações em discordâncias legais. O tom das visitas, portanto, era de fiscalização.

O sétimo item permitia o ensino particular ministrado na casa dos discípulos, mas “[...]determina que [os aprendizes] devem ser examinados antes de entrarem nos estudos maiores” (SAVIANI, p.97).

No oitavo item havia a determinação de habilitar os professores particulares “com exames e aprovação da Mesa” (SAVIANI, p. 97). Conclui-se, portanto que o propósito era verificar a competência do docente.

Em 1809, com a nomenclatura de “Inspetor Geral”, surge, enfim, a função do inspetor educacional para inspecionar, avaliar e controlar o processo educacional, tendo ainda como herança toda filosofia dos jesuítas, cujo objetivo era o controle, a dominação e a reprodução de uma estrutura social já traçada.

O processo de independência no Brasil foi bastante peculiar, divergindo muito do restante da América Latina. Uma das particularidades se deu pelo fato da ocupação de Portugal pelas tropas de Napoleão, o que forçou a família real a fugir para a Colônia, transferindo junto o aparato governamental. Dessa forma, a independência foi um processo gradativo que culminou somente em 1822, quando Portugal, livre das tropas napoleônicas, exigia que o Brasil voltasse à condição de Colônia, retrocesso que, naquele momento, já não era mais possível de ocorrer.

A Proclamação da Independência, em 1822, exigiu a elaboração de uma Constituição na qual o imperador apontou a necessidade de legislação sobre a instrução pública.

Martim Francisco Ribeiro de Andrade, que fazia parte da Comissão de Instrução Pública, reapresentou o texto denominado Memória de Martim Francisco, documento estruturado em doze capítulos para a Reforma dos estudos na Capitania de São Paulo, que ele mesmo havia proposto em 1816. O objetivo era promover uma instrução comum a todos os habitantes da capitania. Nela, a instrução pública era dividida em três graus:

[...] o primeiro grau cuidaria da instrução comum tendo como objeto as verdades e os conhecimentos úteis e necessários a todos os homens e teria a duração de três anos, abrangendo a faixa etária dos 9 aos 12 anos de idade. O segundo grau com duração de seis anos, versaria sobre os estudos básicos referentes às diversas profissões. E o terceiro grau se destinaria a prover educação científica para a elite dirigente do país. (SAVIANI, p. 120).

Em 1822, segundo Azevedo (1996 apud MARCÍLIO, 2005, p. 46), “pela primeira vez, as preocupações da educação popular [...] passaram a dominar os espíritos da elite culta,

constituída de sacerdotes, bacharéis e letrados”. No entanto, “os ideais nobilíssimos dos constituintes, em profundo contraste com a realidade social, de anarquia mental coletiva, de um meio formado por massa bruta de analfabetos, não puderam concretizar um trabalho construtivo” (MOURA, 2001 apud MARCÍLIO, 2005, p. 46).

Na Assembleia Constituinte, debatia-se a questão da difusão da escolarização e o acesso das mulheres, dos negros, dos índios, em suma, dos excluídos, à instrução.

Contudo, a Assembleia Constituinte e Legislativa foi dissolvida por Dom Pedro I, em 12 de novembro de 1823.

Em 1826, com a reabertura do Parlamento, a discussão a respeito do problema nacional da instrução pública foi retomada com o projeto encabeçado por Januário da Cunha Barbosa, orador sacro, historiador, jornalista, poeta, biógrafo e político de muita importância no Primeiro Reinado, que propunha o ensino distribuído em quatro graus assim denominados: 1.º grau: pedagogias; 2.º grau: liceus; 3.º grau: ginásios; 4.º grau: academias. A organização das escolas seria em quatro classes.

O primeiro grau, as “pedagogias”, abrangia os conhecimentos elementares necessários a todos, independentemente da sua situação social ou profissão, compreendendo “[...]a arte de escrever e de ler, os princípios fundamentais de aritmética, e os conhecimentos morais, físicos e econômicos, indispensáveis em todas as circunstâncias e empregos” (ANNAES, 1826 apud SAVIANI, 2011, p. 124).

O segundo grau, os “liceus”, voltava-se para a formação profissional, destacando os conhecimentos relativos à agricultura, à arte e ao comércio.

O terceiro grau, denominado “ginásios”, compreendia conhecimentos científicos gerais, isto é, estudo das faculdades e operações do entendimento, conhecimento da gramática geral, da retórica, das línguas mortas e vivas, dos diversos modos da escritura, geografia antiga e moderna, cronologia e história da filosofia (SAVIANI, 2011).

O quarto grau destinava-se às academias, cujo objeto eram ciências exatas, naturais e sociais.

No entanto, mais uma vez, as propostas não chegaram a ser postas em discussão. Por outro lado, percebia-se nessa proposta, de Januário da Cunha Barbosa, o registro de ideias modernas tais como oportunizar aprendizagens – mesmo que elementares – para todas as crianças, indiscriminadamente, trabalhar com conhecimentos econômicos e científicos gerais. Porém, a organização do ensino estava ainda presa ao espírito das Aulas Régias, oriundas das reformas pombalinas.

No lugar da proposta, mais abrangente, de Januário da Cunha Barbosa o que de fato foi implementado foi um projeto limitado à escola elementar. Instituiu-se, então, em 15 de outubro de 1827, a Lei Geral do Ensino, que determinava a criação de Escolas de Primeiras Letras, e estabeleceu as diretrizes que deveriam nortear a criação de escolas no país.

O texto da Lei referente às Escolas das Primeiras Letras, considerada a primeira lei da Educação do Brasil, continha 17 artigos. Nos artigos 4.º e 5.º mencionava-se a adoção obrigatória do método e da forma de organização preconizados pelo “ensino mútuo”, isto é, “[...] os alunos de toda uma escola se dividiam em grupos que ficavam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruíam a seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre, horas antes”. (LARROYO, 1974, p. 594). A intenção era diminuir custos, conforme será melhor exposto e aprofundado posteriormente; o artigo 6.º tratava dos conteúdos a serem ministrados, quais seriam:

[...] ler escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos (TAMARA; ARRIADA, 2005 apud SAVIANI, 2011, p. 126).

Tratava-se de um currículo bastante definido e fechado, que deveria ser cumprido, obrigatoriamente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei Geral do Ensino de 1827, que será apresentada nos próximos parágrafos.

A lei de educação do período imperial de 15 de outubro de 1827 instituiu que houvesse escolas de primeiras letras, quantas fossem necessárias em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Assim, 1827, o ensino mútuo tornou-se oficial, com o qual se esperava acelerar a difusão da instrução, atingindo grande número de alunos, de forma rápida e com baixo custo.

O ensino mútuo era baseado na atuação dos alunos com bom aproveitamento como auxiliares do professor na aprendizagem dos colegas, uma vez que as classes eram numerosas. O método supunha:

[...] regras predeterminadas, rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo. De uma das extremidades do salão, o mestre sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a sala, em especial os monitores (SAVIANI, 2011, p. 128).

**Figura 2:** Ensino mútuo.

Fonte: MARLET, J. H. Ensino Mútuo. Litografia colorida. Acesso: Musée National de L'Education, Rouen/França.

Os procedimentos didáticos do ensino mútuo continuavam intocáveis, o que significa que a maior habilidade exigida era a memória, e não a fluência verbal. De acordo com isso, aluno falante era punido severamente.

Até o Ato Adicional, não havia norma, nem a prática, nem sistema de formação do mestre-escola ou do professor. Assim, para cumprir com exigência da Lei Geral do Ensino de 1827, o governo paulista estabeleceu, em 1832, uma espécie de programa e de diretrizes pedagógicas para os professores das primeiras letras.

1- Os mestres são obrigados a ensinar a ler, escrever e pelo menos as quatro espécies de aritmética simples, a gramática da língua nacional, e os princípios da moral cristã; 2- devem ensinar todas as matérias compreendidas no artigo 6º, da mesma lei; 3- as mestras de meninas devem igualmente ensinar as matérias constantes do referido artigo 6º, com exclusão das que se trata o artigo 12; 4- as horas de ensino serão duas de manhã e duas a tarde; 5- os castigos serão praticados pelo método de Lancaster, isto é, castigos morais, abolindo o uso da palmatória, 6- as férias serão de 1º de dezembro a 6 de janeiro; de Domingo de Ramos até os dias dos Prazeres; quatro dias do intrudo, os que por lei são de Festa Nacional a saber: 25 de março, 7 de abril, 3 de maio, 7 de setembro, 2 de dezembro e todas as quintas feiras de cada semana, não havendo dias santos ou feriados; 7- sendo obrigados a remeter no fim de cada ano uma relação de seus alunos com declaração do tempo em que se matricularam, sua morigeração, frequência e aproveitamento (BRASIL, 1827 apud MARCÍLIO, 2005, p. 59).

Nessas diretrizes pedagógicas, destinadas aos professores de primeiras letras, é possível observar o caráter disciplinador nas seguintes expressões: “os mestres são obrigados a ensinar”, “devem ensinar todas as matérias”, “os castigos serão praticados pelo método Lancaster”, “obrigados a remeter a relação de alunos com declaração de tempo em que se matricularam, sua morigeração, frequência e aproveitamento”. Diante disso, comprova-se que as diretrizes tinham intuito controlador, o que se supõe que o papel fiscalizador seria acionado.

É interessante destacar que em 1834, o então ministro do Império, Chichorro da Gama, fez um relatório sobre o sistema de ensino onde afirmava que o sistema de ensino mútuo não havia correspondido às expectativas, pois não havia salas amplas, uma das exigências para que o método funcionasse efetivamente, nem material didático correspondente. Os mestres não haviam sido preparados e conseqüentemente os alunos monitores menos ainda

Após o Ato adicional, criou-se a Assembleia Provincial, precisamente em 1835, encarregada da gestão da educação Primária e Secundária de cada província, desobrigando o governo central de tais incumbências, agora responsabilidade dos governos provinciais.

A Educação Fundamental foi constituída como direito básico de todos os cidadãos, pela Constituição de 1824 e confirmada pelo Ato Adicional de 1834. A descentralização do Ensino Primário e Secundário também foi estabelecida pela Constituição de 1824 e reafirmada pelo Ato Adicional de 1834. Isso colocou nas mãos de cada Presidente de Província e suas Assembleias Provinciais a responsabilidade integral do Sistema Educacional de Base e, conseqüentemente, a estruturação de seus mecanismos de controle.

No artigo 70 da referida constituição, é possível verificar que já se estabelecia a inspeção e fiscalização das escolas de primeiras letras:

Terão inspeção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos orphaos pobres, em cujo número entram os expostos; e quando estes estabelecimentos, e os de caridade, de que trata o art. 69 se achem por Lei, ou de facto encarregados em alguma cidade, ou vida a outras autoridades individuaes, ou collectivas, as Câmaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade, dos sobreditos estabelecimentos (BRASIL,1828).

Segundo Marcílio (2005, p. 45), o grande mérito do método de ensino mútuo, foi o abalo do arcadismo do ensino individual e a ampliação da instrução primária aos segmentos, até então pouco presentes no processo de escolarização, como os adultos, soldados, os órfãos, os expostos, os prisioneiros e as mulheres. Outro mérito a se destacar é a aliança do ensino da leitura junto ao da escrita – que foi uma revolução pedagógica.

Na primeira metade do século XIX, sob a vigência da Lei das Escolas de Primeiras Letras, a instrução pública caminhou lentamente. Os relatórios dos Ministros do Império registram, em geral, os dados das instituições públicas e de todo o mais tido como relevante no desenvolvimento da sociedade brasileira daquela época. Nesse documento, evidenciavam-se as carências do ensino e apontavam, além de outros aspectos, a necessidade de criação de um Serviço de inspeção, conforme se segue:

[...] insuficiência quantitativa (*de docentes*), falta de preparo, parca remuneração, pouca dedicação dos professores, a ineficácia do método lancasteriano atribuída, falta de instalação físicas adequadas à prática de ensino, ausência de fiscalização por parte das autoridades do ensino, o que tornava frequente nos relatórios a demanda pela implantação de um serviço de inspeção das escolas (SAVIANI, 2011, p. 130, grifo pessoal).

Dessa maneira, o serviço de inspeção das escolas veio à tona com maior intensidade. Em 1841, o foco da inspeção foi direcionado para a prática do professor, mas não com a preocupação em relação à formação profissional, nem com as múltiplas relações dentro da escola; em vez disso, o objetivo principal era melhorar o desempenho da escola em sua tarefa educativa.

Foi na província de São Paulo, que a primeira lei de instrução primária, lei n.º 34 de 16 de março de 1846, foi promulgada. Por essa, lei estabeleceu-se na capital provincial a primeira Escola Normal de São Paulo. Definiu-se o Programa de ensino para as Escolas de Primeiras Letras e estabeleceu-se que às Câmaras Municipais caberia a Inspeção Escolar. Para isso, deveria ser nomeada uma comissão com três cidadãos moradores locais, outro nomeado pelo governo e ainda mais dois indicados pela Câmara Municipal, sendo um deles sacerdote. Essa comissão deveria visitar a escola pública e particular pelo menos uma vez ao mês.

De acordo com o relato do Inspetor Geral da Instrução Pública, em 1852, os resultados dos acompanhamentos foram pequenos, pois, segundo ele, houve grave erro ao “entregar-se a inspeção a uma Comissão de cinco membros”. Sentiu-se, então, a necessidade de um Inspetor de Distrito. É preciso sublinhar que esse cargo não recebia nenhuma remuneração e a maior parte das comissões nomeadas nunca atuou.

Já em 1851, promulgou-se o Regulamento de Ensino de São Paulo. Por ele, o governo criava como Auxiliares da Direção do Ensino: um Inspetor Geral – com jurisdição para toda província – Inspectores de Distrito e um Conselho de Instrução, como órgão consultivo.

O Inspetor Geral tinha muitas atribuições, dentre elas, se destacavam: a divisão de distritos, nomeação e demissão dos Inspectores locais; criação, reunião, divisão de escolas primárias e secundárias; suspensão, remoção de professores; facultar a abertura de escola e colégios ou mandar fechá-las, entre outras. Devia, ainda, fiscalizar toda a instrução primária pública da província, propor reformas. Para auxiliá-lo, o Inspetor Geral teria à sua disposição uma secretaria, contando com um secretário, dois amanuenses, isto é, copistas, escreventes e um porteiro.

Os Inspectores de Distrito se ocupariam da fiscalização local das escolas e, por fim, o Conselho de Instrução Pública tinha como atribuições dar pareceres, propor o regime de estudos

e especificar os livros a serem adotados. Seria composto por quinze membros nomeados pelo governo provincial, além do inspetor geral. Depreendeu-se de tais medidas que a rede de controle e fiscalização se ampliava.

Em 1851, instalou-se a Inspetoria Geral de Instrução Pública, em São Paulo, e foi nomeado primeiro inspetor, José Inácio Silveira, que ficou no cargo apenas um ano.

No ano seguinte, 1852, foi designado o bacharel Diogo Mendonça Pinto, que foi Inspetor Geral por 21 anos. A província fora então dividida em 73 distritos de inspetorias distritais. Em 1867 aumentou para 97, sendo quatro na Capital.

O Conselho de Instrução só se reuniu duas vezes: “[...]Esboçava-se a primeira organização da gestão escolar em São Paulo.” (MARCÍLIO, 2005, p. 68).

A aula régia de primeiras letras possuía caráter democrático, pelo menos até 1854. Nesse ano, a Lei n.º 1331, que aprovava o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte, estabeleceu no Art. 69: Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1.º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas.

§ 2.º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3.º Os escravos.

Para controlar também as novas medidas legais, a Reforma Couto Ferraz criava uma Inspetoria Geral, diretamente submetida ao Ministério do Império. Cabia à Inspetoria a responsabilidade pela fiscalização e orientação do Ensino Elementar e Secundário, Público e Particular, na Corte. A execução das tarefas era da responsabilidade do Inspetor Geral, assessorado pelo Conselho Diretor, que era composto por Delegados, dois professores públicos e pelo Reitor do Imperial Colégio D. Pedro II. A ideia principal da Reforma Couto Ferraz esteve diretamente ligada às atribuições do Conselho Diretor, quer no processo de seleção dos professores públicos e adjuntos, quer nas decisões de currículo e no aspecto didático pedagógico. Além disso, previa: “o exame dos melhores métodos dos sistemas práticos de ensino” (BRASIL, 1854, §11, inciso 1.º).

A referida reforma afasta-se do método do ensino mútuo, presente nas legislações desde 1827. Os projetos serviram de referência para regulamentação da instrução pública destacando o princípio da obrigatoriedade do ensino primário.

A função deste órgão era “examinar e comparar os métodos e sistemas práticos de ensino, rever e propor os compêndios, indicar a necessidade de se criarem novas escolas no município e aulas no Colégio de Pedro II”, além de “[...]julgar as infrações disciplinares dos

professores, presidir exames dos professores e conferir-lhes o diploma, autorização de abertura de escolas particulares e correção de livros.” (MATTOS, 2000, p. 40).

As finalidades da escola continham noção iluminista, das luzes a serem derramadas para todos. Apontavam a obrigatoriedade dos pais, curadores, tutores em garantirem o Ensino de primeiro grau para crianças maiores de 7 anos e obrigatoriedade das crianças frequentarem as salas de aula.

Em toda a primeira metade do século XIX e até a Lei de 1854, os filhos de escravos eram admitidos nas aulas públicas de primeiras letras, conforme registro das listas de alunos que cada professor devia enviar para o Instrutor Geral de Instrução Pública, conforme relata Marcílio (2005, p. 86): “[...]Os filhos ilegítimos, filhos de pais incógnitos, igualmente estavam presentes não apenas nas salas de aula das primeiras letras, como também nas aulas maiores de gramática latina”.

Os estudos, segundo Saviani (2011, p. 132), previam uma escola primária de instrução elementar cujo currículo compreendia: “[...]a instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, noções de gramática, princípios elementares de aritmética, sistema de pesos e medidas do município” (BRASIL, 1854, art. 47).

Nessa época, Couto Ferraz fechou as Escolas Normais, alegando que eram muito onerosas e ineficientes quanto à qualidade de formação.

Após a proclamação da República em fins do século XIX, Moreira D’Azevedo ponderou que, apesar da criação de escolas ter aumentado com a vinda do rei para o Brasil no período colonial, os problemas encontrados vinham de longo tempo: não se tratou de regularizar o ensino ou de escolher com critérios de qualidade os professores, também não foi estabelecido quem lhes fiscalizaria. Cada professor escolhia o modo de ensinar, não havia método, nem sistema ou plano organizado pelo governo.

Em todo o período do Império, não havia prédios escolares públicos. Essa ausência foi denunciada em 1858 pelo Inspetor Geral da Instrução Pública: “[...]Muito afeta o ensino a ausência de local apropriado. A província não possui os prédios precisos, nem receita tão elevada que lhe seja dado mandá-los construir” (RPPSP, 1858 apud MARCÍLIO, 2005, p. 66).

Nos Relatórios anuais de Presidentes de Província ou de Relatórios dos Inspetores Gerais de Instrução Pública de cada província do Império foi verificado e registrado que:

[...] no meio do tom geral de lamúria e de denúncia de um ensino precário, atrasado, caótico, todas aquelas autoridades, com orgulho, mostravam as cifras em constante aumento do número de alunos de escolas, de professores que em suas gestões (meteóricas) foram acrescentando. Nessa marcha sem interrupção, mesmo longe, bem longe de abranger pelo menos a metade da população em idade escolar, foram

emergindo a importância e a valorização da instrução e da educação para a vida da população, foi-se entranhando devagar na consciência coletiva e das elites do poder a necessidade da presença da escola com professores preparados, pelo menos para deixar a barbárie e entrar na “civilização.” Esse processo histórico foi morosamente montado no Império e foi essencial para o “Século da Escola” (MARCÍLIO, 2005, p. 89).

Havia nos registros um tom denunciador de uma realidade de ensino precário, que nada conferia com os dados apresentados pelas autoridades. Ainda assim os registros apontavam que, vagarosamente, a população entendia o valor da instrução.

A partir de 1859, notavam-se algumas mudanças: as Escolas Normais foram reabertas; a partir da década de 1860, assumiu a chefia de gabinete Francisco José Furtado; a pasta de primeiro ministro foi ocupada por José Liberato Barroso, que escreveu *A instrução pública no Brasil*, livro considerado primeiro estudo sobre a educação brasileira. Ele registrou em sua obra a instrução pública como prioridade e defendia: “[...] além da obrigatoriedade escolar, a educação como elemento de conservação do *status quo* e fator da integridade nacional, posicionando-se ao mesmo tempo contra os liberais e católicos retrógrados” (SAVIANI, 2011, p. 135).

Liberato Barroso buscava equilibrar dogma e liberdade, fé e razão, como é possível constatar no excerto a seguir. Defendia que a educação que só se baseasse na fé destituída da razão acabaria no fanatismo, por sua vez, desprezar totalmente a influencia da fé levaria ao radicalismo (fazendo referência provavelmente ao que se consideravam os excessos da Revolução Burguesa na França do final do século XVIII):

Se a liberdade se abraça com a fé para condenar as pretensões do racionalismo, que a enlutou de horrores nos últimos dias do século passado; a fé abraça-se com a liberdade para condenar as pretensões do fanatismo e da intolerância, que enchem tantas páginas negras da história das nações (BARROSO, 2005, p. 44).

Ele pretendia ainda conciliar obrigatoriedade escolar com ensino livre, além da vigilância do Estado com a iniciativa privada no campo da instrução, conforme aponta:

[...] Tem sido contestada a necessidade da intervenção do Estado no ensino e instrução popular. A seita dos economistas, que seguem à risca o princípio do *laissez faire, laissez passer*, e os católicos retrógrados, que pretendem entregar o ensino à direção exclusiva da Igreja, a combatem. A história da instrução pública em todos os países civilizados oferece a prova mais robusta da necessidade desta intervenção (BARROSO, 2005 apud SAVIANI, 2011, p. 135).

A partir desses apontamentos e por comparações históricas com outros países em relação à Instrução Pública, foi possível observar que, apesar de necessária, havia resistência à intervenção do Estado e, também, à intenção da Igreja em manter a hegemonia do ensino.

No trecho citado, o autor criticava aqueles que não queriam a intervenção do Estado na Educação (os liberais e a Igreja) e comentava que, nos países onde a educação avançou, o papel do Estado foi fundamental.

A separação entre a Igreja e o Estado no Brasil só aconteceu com a Proclamação da República, mas, mesmo assim, a ideia de um Estado Laico teria dificuldade em se afirmar ainda por muitos anos.

O Inspetor Geral de Instrução Pública, em 1864, afirmava: “Nossos mestres são o alvo do menosprezo, os párias na sociedade dos empregados públicos” (SÃO PAULO, 1865, apud MARCÍLIO, 2005, p. 72). A profissão de professor primário era pouco valorizada, não apenas em termos de salário, mas igualmente em reconhecimento social.

O cotidiano das escolas públicas de primeiras letras foi descrito pelo *Inspetor Geral de Ensino* em 1864 da seguinte forma:

[...] abre diariamente e fecha a escola com a recitação de uma oração ou sem ela; faz chamada dos alunos e toma nota dos ausentes ou não a faz; bem ou mal procede a divisão deles em classe, dando-lhes de curiões ou não lhes dando; distribui traslados impressos e manuscritos às vezes inconvenientemente escolhidos, e começa o trabalho pelo método que lhes sugere o acaso, a necessidade ou a reminiscência do que viu seu mestre fazer, método nem sempre adequado ao número de discípulos e seu estado. A partilha das lições pelos dias da semana cada professor dispõe como entende. A leitura dos principiantes uns tomam a si, outros a deixam aos meninos mais adiantados; os meninos leem em silêncio ou voz alta, em tom natural, ou cantando. A escrita é hora especial, ou a fazem uns ou enquanto outros leem, e neste caso sob a inspeção do mestre, ou sem ela por ter o tempo aplicado a outro trabalho. A tabuada aprende cada menino de per si, ou todos juntos a recitam em monótono canto [...] A instrução religiosa é ministrada quando apraz, dois dias da semana, um dia, uma manhã ou uma tarde, fazendo-se recitar décor simplesmente as orações, ou as acompanhando de alguma superficial explicação. A disciplina ostenta-se igualmente arbitraria. Os castigos ou morais unicamente, ou físicos também vão até onde podem ir sem crime (SÃO PAULO, 1864 apud MARCÍLIO, 2005, p. 73).

O registro do Inspetor Geral confirma que a prática educacional ocorria ao acaso, pois não havia planejamento, linha pedagógica ou metodologia definidas. E também as propostas pedagógicas não eram sempre bem distribuídas ou convenientes.

A disciplina, segundo o Inspetor Geral, também era arbitraria. Vale destacar, por exemplo, a expressão “sem crime”, que se utilizava ao tratar das práticas de castigos empregados pelos professores. O emprego do vocábulo “crime” deixa transparecer a função de “juiz”, ou seja, aquele que atribui juízo de valor sobre as ações do professor.

Quanto aos colégios particulares da capital do Império, em 1865, os *Inspetores* afirmavam que não tinham nenhum conceito, isto é, não emitiam nenhum juízo a respeito. Sugeria-se daí isenção de responsabilidade com a referida rede e, conseqüentemente, liberdade para as ações das instituições privadas.

O Inspetor Geral de Instrução Pública de São Paulo, em seu Relatório de 1867, afirmava:

A província não ministra casa ao professor, nem sequer para a escola, sala e utensis [material didático]. Gratificado com mesquinho vencimento, não obstante pesa sobre ele a despesa. Aluga prédio sem a conveniente aptidão, reúne uma mesa e alguns bancos às vezes por empréstimo, escreve alguns traslados, e eis a escola em funções (SÃO PAULO, 1867 apud MARCÍLIO, 2005, p. 67).

Por tal registro, fica evidente que as responsabilidades de garantir estrutura física para o funcionamento da escola recaem sobre os ombros do docente, apontando mais um sinal da desvalorização do professor e da educação como um todo.

O *Inspetor Geral*, em 1858, ressaltou a sobrecarga dos professores que cuidam de aspectos que não são de sua competência. Ressalta, desde já, que era dever do governo arcar com as despesas da educação. No seguinte registro confirma-se:

Ora pagar mal ao magistério de primeiras letras, e ainda sobrecarregá-lo, quer com o aluguel da sala para a escola, e quer com a despesa de aquisição dos móveis e utensis, sem os quais é impedido de funcionar, é fato sobremodo inadmissível que entendo dever atrair os cuidados do governo. (SÃO PAULO, 1868 apud MARCÍLIO, 2005, p. 67).

Nesta mesma data, 1868, novo regulamento do ensino provincial foi votado pela Assembleia Legislativa, intitulado Regulamento da Instrução Pública da Província de São Paulo, que tratou da forma de inspecionar as escolas, prescrevendo regras para o ordenamento da vida dos professores e dos alunos. Porém não revisou os salários dos professores. Mantinha-se ainda nele o papel do Inspetor Geral da Instrução Pública, imediatamente subordinado ao Presidente da Província. Os Presidentes das Câmaras Municipais, porém, eram agora os Inspetores em seus municípios, que por sua vez, teriam como subordinados os Inspetores de Distrito, conforme aponta Marcílio (2005).

Houve mudança, ainda, em relação às escolas particulares. O Diretor Geral da Instrução Pública, Abílio Cesar Borges, preconizou o exercício de controle e fiscalização dessas instituições privadas, posicionando-se contra a chamada “liberdade de ensino”. Em 1873, porém, como ele pertencia agora à iniciativa privada, propôs ao Conselho Diretor da Instrução do Município da Corte que fosse decretado o ensino inteiramente livre, devido à ineficiência da

inspeção oficial. A partir de 1870, liberais e conservadores uniram-se na defesa da tese da liberdade de ensino.

A partir de 1873, tiveram início as conferências pedagógicas, que objetivavam discutir diversas questões vinculadas à profissão, isto é, à educação e ao ensino. Tinham como perspectiva a atualização, a continuidade dos estudos após a formação e, também, de vulgarização e aperfeiçoamento dos métodos de ensino. As conferências foram regulamentadas em 03 de agosto de 1872 com a seguinte redação:

Todos os professores públicos das escolas primárias do Município da Corte serão convocados com oito dias de antecedência pela Inspeção Geral da Instrução Pública, para se reunirem nas férias de Páscoa e nas do mês de dezembro, a fim de conferenciarem sobre todos os pontos que interessem: regime interno das escolas; método de ensino; sistema de recompensas e punições para os alunos; expondo as observações que hajam colhido de sua prática e das leituras das obras que tenham consultado (1872 apud BASTOS, 2002, p. 1).

As orientações das conferências pedagógicas tinham a intenção de discutir temas do interesse do professor e, para garantir a presença desse grupo, usava-se de convocação.

O número de escolas e, conseqüentemente, de alunos só aumentou nos anos posteriores a 1872, cujos dados oficiais podem ser conferidos no Recenseamento Geral do Império do mesmo ano. Há que se destacar, porém, que nem todas as escolas que constavam como existentes nessa estatística funcionavam. O principal motivo era que não havia professores nas condições determinadas nos regulamentos para assumirem as aulas.

Assim, por meio de circular, datada de 08 de janeiro de 1872, os seguintes esclarecimentos foram dirigidos aos Delegados de Ensino em suas visitas às escolas:

Quais as escolas, colégios e estabelecimentos de instrução primária e secundária de seu distrito, com menção das localidades; 2º: qual a frequência de cada um durante o ano de 1871, distribuindo-se os alunos pelas seguintes idades: menores de 7, de 14 e 21 anos; 3º: quais as matérias do ensino, método e compêndio adaptado, e bem assim a frequência das respectivas aulas; 4º: o conceito que formavam de todos os estabelecimentos de instrução o de cada um de per se; 5º: a relação nominal dos alunos examinados em dezembro último nas escolas públicas do distrito com a menção do tempo em que as frequentaram, a data, o estado de instrução na primeira matrícula e a idade; 6º: finalmente quais as exigências do ensino publico e particular do distrito (SÃO PAULO, 1872 apud SOUZA, 2006, p. 200).

Nas décadas de 1870 e 1880, o Governo Imperial buscou investir em instrução pública para atender às necessidades da escola. Dentre as medidas tomadas, pode-se citar a utilização de mestres particulares subvencionados, subscrições privadas para a construção de prédios de instrução pública, bem como subvenção pelo Estado de escolas particulares. Apesar do

empenho, os recursos disponíveis para a instrução eram insuficientes e apenas alcançou resultados bastante tímidos.

O Estado criava a instituição escolar, porém os discursos consistiam em desqualificar a família como formadora, conforme é possível depreender do registro do Inspetor em seu relatório:

E o erro, a culpa depara com milhares de escusas, que simulam justificação aos próprios que as alegam. São transações com a consciência. Ora é a estação que corre mal e pôde prejudicar a saúde do menino, ora são as enfermidades que grassam na localidade e de que é necessário preservá-lo; aqui é chegado o tempo da colheita e são necessários os serviços dos filhos, ali é a pobreza que não permite dar-lhes a roupa e o calçado necessário para frequentarem a escola; uns não os mandam porque o professor lhes desagrada, ou não ensina e traz os discípulos em atraso, outros porque nunca souberam ler e escrever assim tem vivido, granjeando os meios de subsistências e não reconhecem a necessidade da instrução primária querem os filhos para homens de trabalho e não para doutores. (SÃO PAULO, 1870 apud SOUZA, 2006, p. 106).

O inspetor ressaltava o desinteresse de muitos pais pela educação dos filhos. Afirmava que os motivos que afastavam os alunos das escolas eram muitos e diversos. Diante desse problema, em todas as visitas dos inspetores, deveria ser comparada a frequência ao número de matrícula. Pretendia-se, assim controlar o fluxo da escola.

As medidas do governo tinham um caráter imediatista e sem visão de conjunto, propunham alterações nas legislações, reforço de inspeção, mas havia ausência de direcionamento da política educacional. Percebe-se, então, que embora a lei vigente obrigasse os pais a enviarem os filhos para a escola, existia um descompasso entre a função da escola anunciada pelo poder público e a real necessidade das famílias.

No que se referia aos exames preparatórios, pré-requisito para ingresso nos cursos superiores do Império, em 1877, o inspetor explicitava e valorizava suas funções ao afirmar que:

Desta data em diante desapareceram os distúrbios de estudantes, as irregularidades dos exames e também as colas; e os examinadores, escolhidos com mais cuidados, puseram freio ao patronato, concluindo-se todo o trabalho em boa ordem e devido tempo, sem embaraçar os exames finais (SÃO PAULO, 1877 apud SOUZA, 2006, p. 67).

No entanto, a aparente tranquilidade descrita pelo inspetor entra em conflito com as falas dos diretores das instituições superiores, pois continuavam a existir denúncias de irregularidades em épocas de exames. Em relação a isso, o inspetor é categórico ao mencionar que não poderia dar conta dos exames sozinho, devido à grande responsabilidade que a ação

envolvia, pois tais instituições eram responsáveis pela formação de trabalhadores que auxiliariam o serviço militar, conforme trecho a seguir:

As primeiras instituições de ensino superior fundadas pelos portugueses no Brasil Colônia estavam diretamente articuladas às atividades militares, decorrentes da ocupação portuguesa e sua defesa. Elas se destinavam à formação de pessoal que os auxiliasse na construção de embarcações de diferentes portes, usando material local; portos, destinados à atracação de embarcações que carregavam e descarregavam as mercadorias de troca; fortificações, que protegessem os militares aqui aquartelados na manutenção da colônia; estradas, que permitissem os deslocamentos para o interior das terras descobertas; minas, na exploração das riquezas do subsolo; engenhos para produção de açúcar de cana e farinha de mandioca. Assim é que, em 1808 é criada a Academia Real da Marinha, no Rio de Janeiro, e, em 1810, a Academia Real Militar, para formação de oficiais e de engenheiros civis e militares (COELHO; VASCONCELOS, 2009, p. 02).

Além de verificar esses exames, a outra função do inspetor consistia em cuidar da distribuição de materiais para as escolas. Porém, segundo Souza (2006) informa, isso parecia não agradar aos inspetores. Em um ofício de fevereiro de 1877, o inspetor defendia que suas responsabilidades limitavam-se a tarefas como “fazer pedidos de compra dos materiais que as escolas careciam e cuidar das questões relativas à qualidade de ensino e condições físicas das escolas” (SOUZA, 2006, p. 68), sugerindo, com isso, a criação de um novo cargo público, o de comprador e distribuidor de materiais escolares.

É possível encontrar nos relatórios imperiais de 1880 um departamento, dentro da estrutura administrativa escolar, responsável pela compra de materiais e manutenção física das escolas. Este cargo consta no quadro do funcionalismo até os dias atuais.

O Inspetor Geral, Dr. Antônio Aydano Gonçalves de Almeida, em seu relatório do 2.º trimestre de 1877, manifesta sua opinião sobre como deveria se organizar a inspeção escolar:

Não sei se errarei dizendo que a inspeção das escolas poderá ser entregue, 1.º, aos juizes de paz, 2.º a chefes de circunscrição; 3.º, a bons Inspetores Gerais ou delegados do diretor de instrução. Os primeiros deveriam desempenhar deveres dos atuais Inspetores de Distrito. Nas paróquias onde fossem numerosas as escolas, deveria a sua inspeção ser dividida pelos quatro juizes de paz. Ninguém mais habilitado pela natureza do cargo do que o magistrado de eleição popular para a fiscalização diária (permita-se me a expressão do ensino popular). Aos chefes de circunscrição incumbiria a inspeção das escolas respectivas, que nunca deveriam exceder a 40 para cada um, quatro vezes por ano. Com residência fixa no ponto mais central da circunscrição, poderiam sem dificuldade desempenhar os deveres do seu cargo. Aos funcionários da 3.ª categoria caberia a missão dos atuais Inspetores Gerais, além da obrigação de seguirem extraordinariamente para qualquer ponto da província, para negócio especial, por ordem da Diretoria de Instrução (SÃO PAULO, 1879 apud SOUZA, 2006, p. 102).

Por meio dessa leitura, compreende-se que o inspetor demonstra falta de identidade profissional e da real função que deveria exercer. Tratava-se de uma adaptação de funções para as inspeções escolares. Vale ressaltar que, mesmo com a ideia aparentemente adaptável para a fiscalização e inspeção das escolas, ainda assim persistia a falta de pessoas para assumirem todas as atividades exigidas. Dr. António Aydano Gonçalves de Almeida propôs em seu relatório, segundo Souza (2006, p. 103):

que cada uma das escolas tivesse por obrigação garantir a existência de dois empregados, que passariam não só a levar para a escola o “pensamento do governo à respeito do ensino” como averiguar, isentos de afeições e ódios, fatos importantes, sobre que houvesse se tornar deliberação.

A pretensa imposição ideológica, quanto ao governo e o ensino, deveria ser garantida por tais empregados, eles seriam funcionários públicos fiscalizadores e também fiscalizados.

Um aspecto que carecia de apurada fiscalização eram os pagamentos dos salários dos professores, pois havia denúncia quanto às diferentes remunerações que os professores recebiam pelo mesmo trabalho cumprido. Outro problema a ser resolvido pela administração escolar envolvia as mudanças de professores de escolas. A lei estabelecia que, a cada cinco anos, os professores deveriam ser transferidos, o que gerou descontentamento. O Inspetor Geral procurou justificar tal mudança declarando que essa determinação legal de transferência do docente foi proposta para evitar benefícios fora da regularidade imposta por lei. O Inspetor Geral acrescentava que era fundamental seguir a lei pelo bem individual dos profissionais e do serviço público:

Sei que os professores não receberam agradavelmente a disposição da lei e suas consequências não ignoro que pessoas importantes nas localidades encontram nela embaraço para beneficiar o professor de sua afeição. Sobretudo, porém, não duvido afirmar, é preferível o regime da legalidade aos caprichos do arbítrio. Extingam-se as categorias, e os professores ficarão à mercê do ódio ou do favor e do empenho, que é a força mais variável e inconstante da sociedade. O que agora, se faz em virtude da lei, far-se-há então por conveniência do serviço público, tradução decente da má vontade do diretor, dos suprimentos, dos inspetores e até das autoridades locais. O governo ordinariamente é o menos culpado, porque é iludido (SOUZA, 2006, p. 104).

A partir do que foi exposto até aqui, depreende-se que a questão da fiscalização das escolas encontrava-se no âmago de outro problema: as disputas de poderes, nos quais a escola era objeto de troca política. Para corroborar com essa situação, o grande número de escolas e o pouco número de inspetores inviabilizava o cumprimento das funções de fiscalização, o que facilitava os favorecimentos ilegais. Era consenso nos debates parlamentares, que:

[...] as escolas sem fiscalização ou inspeção poderiam “definhar e morrer”, que a inspeção deveria ser local e exercida não só pelas autoridades nomeadas para esse fim, como também por todos os pais de família e por todos os seus frequentadores. Junto deveriam ter o máximo de interesse e zelo pelas escolas. (SOUZA, 2006, p. 107).

Mais uma vez fica evidente que, além de não haver a presença do administrador do Estado que reunisse saber, experiência e autoridade para inspecionar os espaços escolares, ações paliativas poderiam gerar disputas entre grupos locais.

De acordo com Souza (2006), pretendia-se uma Inspeção Geral que não fosse mera visita às escolas com objetivo de verificar se o valor do aluguel estava justo, se os livros de expedientes estavam atualizados, se havia falta de mobília, livros ou objetos de manutenção.

A administração deveria:

[...] prescindir do conhecimento da vida íntima dos professores públicos: terá por obrigação estudá-los na prática dos seus deveres para com a sociedade, e esse estudo e conhecimento não virá, da inspeção local, muitas vezes apaixonada por afeições ou desafeições, mas também não há de vir do inspetor geral que passa, ouve censuras ou louvores e não tem tempo para averiguar até que ponto são verdadeiros, que fé devem merecer os seus autores. A chegada do inspetor geral é fato sabido e os professores preparam-se para a visita, que não pode ser demorada. Tudo na escola é encontrado em ordem quase irrepreensível, e só o habitualmente desidioso e relaxado ou, incapaz desses, com prazer o digo, há muito poucos na província apresenta-se tal qual é. Mas o que será depois da visita? O inspetor não voltará, ao menos por um ano, e satisfeito com a impressão do momento dará à diretoria informação favorável à escola e ao professor, que não daria se mais detidamente pudesse estudá-los (SOUZA, 2006, p. 108).

Pelas poucas visitas e também pelo pouco tempo de permanência no espaço escolar, constata-se que os resultados obtidos pelo sistema de inspeção, não apresentavam o efeito desejado. É preciso destacar também que os inspetores exerciam ainda outros cargos, porque os salários não eram atraentes; além disso, suas vagas não eram preenchidas, o que tornava ainda mais grave o quadro.

Em uma tentativa de resolver o problema, reduzia-se o número de visitas e suprimia-se algumas atribuições, porém não era o suficiente para melhorar a situação toda, eram necessárias outras medidas mais, como a melhora dos salários. Diante desse problema, pretendia-se, por exemplo, que a Assembleia provincial ordenasse o preenchimento das vagas em aberto e defendia-se que:

[...] uma inspeção eficaz, zelosamente feita deveria ser bem remunerada [...] Para ser proveitosa, a fiscalização das escolas deveria ser constante, ou a pequenos prazos e

inesperada, pois deveria “manter em estado de tensão a responsabilidade dos inspetores e inspecionados” (SOUZA, 2006, 109)

De acordo essa expectativa de valorização salarial, é possível perceber que a manutenção do estado de tensão e responsabilidade tanto dos inspetores quanto dos inspecionados era desejada. Era também desejado o clima de prontidão e cumprimento dos deveres pela “pressão” e opressão.

Em relação ao número insuficiente de inspetores a proposta é a que se segue:

Basta que se mantenha a direção geral no centro, dividindo-se em 8 ou 10 círculos a província, os quais serão servidos por outros tantos inspetores suficientemente retribuídos, escolhidos entre os mais aptos. Estando eles mais próximos aos centros escolares, podem visitá-los duas vezes por mês alternadamente, inspecionar e fiscalizar mais de perto, ouvir a opinião pública, apreciar mais imparcialmente as acusações porventura justas ou injustas, prover de pronto, ou reclama ao centro tudo quanto for tendente ao melhoramento e necessidades escolares. Sendo membros natos do conselho de instrução, assistirão à sua reunião pelo menos uma vez por ano, informando com mais proficiência sobre o estado material e moral de seus círculos. Não vejo outro meio, em cuja eficácia me possa fiar, além da inspeção local convenientemente retribuída (SOUZA, 2006, p. 109).

Os superintendentes e inspetores paroquiais, por sua vez, serviriam como apoio aos inspetores gerais, auxiliando-os nos círculos locais, entretanto, não lhe era permitido substituí-los, nem exercer o papel da magistratura ou de qualquer ramo da administração pública.

A inspetoria das escolas deveria ser uma profissão devido à importância dos serviços que prestariam. Aos que assumissem tal cargo, o Estado deveria oferecer condições de atuação, habilitando-os para exercer o serviço.

As legislações que se seguiram foram redigidas visando valorizar profissionais experientes no magistério para exercer a função de inspetor.

O Decreto n.º 7247, de 19 de abril de 1879, foi conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho. No artigo primeiro, lê-se: “[...] é completamente livre o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, salva a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene” (SAVIANI, 2011, p. 136). Esse enfoque, destacado em tantos artigos e parágrafos de uma mesma lei, desvelou a importância que se dava a eles.

O mesmo Decreto determinava:

Artigo 13: [...] em lugar dos atuais delegados do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária, haverá, no município da Corte, seis inspetores de distrito, e que serão nomeados dentre as pessoas que com distinção houveram exercido o magistério público ou particular por mais de cinco anos. O Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária será nomeado dentre as pessoas que, da mesma maneira e por igual

espaço de tempo, houverem exercido o magistério secundário ou superior, público ou particular.

Parágrafo único: O exercício de qualquer destes cargos é incompatível com o do magistério.

Art. 16: Terão preferência para serem empregados nas oficinas do Estado os indivíduos que às mais condições necessárias reunirem a instrução primária (SÃO PAULO, 1879).

A Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, manteve a obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos, a assistência do Estado aos alunos pobres, a organização da escola primária em dois graus com currículo semelhante – mais amplo e enriquecido – e, por fim, o serviço de inspeção. A reforma previu a abertura nas províncias, de mesas de exames preparatórios (artigos 11 e 12) e a inspeção dos estabelecimentos de instrução primária e secundária (artigo 15).

A Reforma Leôncio de Carvalho refletiu a meta prioritária da vanguarda política dos últimos anos do Império que era criar uma nova realidade através da escola, da imprensa ou da lei. Carlos Leôncio de Carvalho, em 1879, tinha grande preocupação em redefinir as funções dos inspetores, pois esse item constituía-se ponto fundamental da administração escolar. Em relação a isso, a principal crítica “dava-se à forma em que a visitas eram feitas [...] com o intervalo entre uma e outra visita dos Inspectores Gerais, na mesma escola variando de 10 a 15 meses” (SOUZA, 2006, p. 68). Isso significa que o inspetor visitava uma determinada escola uma vez por ano e, em média, uma por dia: “Sua tarefa era definida por lei e cada um teria a obrigação de visitar mais de 200 casas escolares por ano” (SOUZA, 2006, p. 99).

Para resolver os problemas referentes ao intervalo entre as visitas e o tempo de permanência nas escolas, foi sugerido pelo Diretor da Instrução Pública que a inspeção das escolas fosse atribuída aos promotores públicos, dentro de suas respectivas jurisdições.

Outra alternativa foi criar as escolas anexas mistas, onde se preparariam as alunas que necessitassem ingressar, posteriormente, no curso Normal. O curso preparatório foi reduzido para dois anos, sob a vigilância da inspetoria e do grupo de professores. A ideia, principalmente das escolas mistas, era economizar nos gastos públicos e, ao mesmo tempo, mudar a maneira de administrar as escolas.

Nas décadas finais do século XIX, no campo educacional, o maior impulso continuava a ser das iniciativas particulares, destacando-se a renovação pedagógica presente nas escolas americanas de profissão. Sobre elas, o inspetor de ensino assinava registro elogioso em relação às acomodações e higiene para o funcionamento das escolas, o que confirmavam os investimentos:

[...] Hoje tem dois internatos um para cada sexo e um para internato misto com curso primário e secundário. Os edifícios foram construídos especialmente para a escola, tendo não só atendido às exigências da higiene como do conforto. Ambos os internatos possuem amplas acomodações para banhos de toda espécie e para exercícios físicos, e os arranjos para as privadas e os mictórios têm sido feitos não somente com referência à decência e limpeza como à ciência sanitária. (MARCÍLIO, 2005, p. 224).

Feitas as considerações relativas ao período imperial, dar-se-á início ao estudo da República Velha.

Se no Império foram tímidas as tentativas de reformas do ensino, a partir da República (1889), iniciou-se todo um debate político em torno da educação. Com a proclamação da República, em 1889, e o conseqüente advento do regime federativo, a instrução popular foi mantida sob a responsabilidade das antigas províncias, agora, transformadas em Estados.

Ao assumir o governo, o partido republicano buscou concretizar as propostas educacionais defendidas durante os anos de propaganda em prol da instauração da República. A tentativa mais avançada, em direção a um sistema de ensino orgânico de educação, foi a que se deu no Estado de São Paulo.

Uma das primeiras medidas adotadas pelo novo governo foi a laicização do ensino público, excluindo, então, o ensino religioso. Outra importante ação que deve ser mencionada foi o aumento de salário dos professores.

Em 1890, criou-se o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, liderado por Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que propôs uma reforma geral que ia do ensino primário até o superior, passando pelos aspectos profissionais, artísticos entre tantos outros.

A Constituição Republicana foi votada em 1891. Em seus artigos 34 e 35, que tratavam especificamente do ensino público, manteve-se descentralizada a educação primária. A secundária e o superior passaram para o poder central. Tal divisão, contudo, dificultou a articulação entre os níveis de ensino, bem como a elaboração de um Plano Nacional de Educação.

Em 1892, foi regulamentada a Lei n.º 88, de 8 de setembro, por meio do Decreto n.º 144B, de 30 de dezembro. Tal lei tratava da reforma geral da instrução pública paulista, cujo foco foi a escola primária. A grande inovação, destacada, foi a instituição dos grupos escolares, “[...] criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar.” (REIS FILHO, 1995 apud SAVIANI, 2011, p. 171).

O conjunto de medidas e normas, nos anos que sucederam à reforma, delinearão as bases educacionais. Três aspectos tiveram impacto de longa duração, a saber, a ordenação do tempo, do espaço e currículo escolares.

Conforme destaca Marcílio, (2005, p. 139):

[...] A referida lei criou a Secretaria Geral de Instrução Pública, órgão de nível burocrático, subordinado ao Diretor Geral da Instrução Pública. A gestão pública da educação começava a adquirir alguma sistematização. Passou a conter três sessões. A primeira encarregava-se dos serviços das escolas preliminares e complementares; a segunda incumbia-se do serviço das Escolas Normais, ginásios e cursos superiores; a terceira ocupava-se de todo o serviço do Conselho Superior, constituído por oito membros do ensino particular e da estatística escolar e de 30 inspetores distritais, nomeados pelo presidente do Estado (MARCÍLIO, 2005, p. 139).

De acordo com a mesma autora, o presidente do Estado, seria auxiliado pelos seguintes órgãos, pela ordem:

Secretaria do Interior, Conselho Superior, Diretor Geral da Instrução Pública e Inspectores de Distrito. Em 1897, o Conselho Superior, tendo se mostrado ineficaz na fiscalização do ensino público, foi extinto e em seu lugar foi criada a Inspeção Geral do Ensino Público (MARCÍLIO, 2005, p. 139).

No início do período republicano, a reforma da instrução pública paulista instituiu, entre outros profissionais de educação, o Inspetor de Ensino, que deveria ter função orientadora, entretanto, na prática caracterizou-se pela ação burocrática em detrimento das funções pedagógicas (MEDINA, 2002).

Em 1.º de agosto de 1896, o cargo de diretor geral da Instrução Pública, assim como a Secretaria Geral foram suprimidos pela Lei n.º 430 e, em 26 de agosto de 1897, a Lei n.º 520 extinguiu também o Conselho Superior de Instrução Pública e as Inspetorias Distritais, ficando:

[...] a direção e inspeção do ensino sob a responsabilidade de um inspetor geral, em todo Estado, auxiliado por dez inspetores escolares. Assim volta-se à prática, anterior a reforma, de em cada município a fiscalização das escolas estaduais ser exercida por delegados ou representantes das municipalidades (REIS FILHO, 1995 apud Saviani, 2011, p. 166).

A partir de 1897, passou-se a contar com um inspetor para controlar todas as escolas da região a que pertencia e, em cada uma dessas escolas, um inspetor encarregado de deixá-lo informado sobre tudo o que acontecia dentro dessa instituição de ensino.

As ideias para um Sistema Educacional Nacional no Brasil do Século XIX não se realizaram, pois o sistema de ensino, em sua perspectiva pedagógica, implicaria a realização

prática, isto é, sua materialização, que demandaria investimentos financeiros, e não havia isso na ocasião.

Outra dificuldade para a realização do sistema nacional de ensino ocorreu no âmbito da corrente pedagógica positivista, cujos defensores eram adeptos da “desoficialização” do ensino, isto é, a possibilidade de abertura de escolas de todos os tipos. Tudo isso acumulou um grande déficit histórico em matéria educacional.

Promulgada em 1.º de janeiro de 1901, a Lei Orgânica do Ensino, que ficou conhecida como Código Epitácio Pessoa, ratificava o princípio de liberdade da Reforma de Leôncio de Carvalho. Tal lei “equiparou as escolas privadas às oficiais, mediante rigorosa inspeção dos currículos, e pôs fim à liberdade de frequência que havia sido instituída em 1879 por Leôncio de Carvalho” (SAVIANI, 2011, p. 169).

A instalação dos grupos escolares foi determinada pela Lei n.º 169, de 7 de agosto de 1893, e pelo Decreto n.º 248 de 26 de julho de 1894. Elas definiam que cada Grupo Escolar poderia comportar de quatro a dez escolas isoladas, conforme Souza (2006, p. 64) torna explícito: “De acordo com esse regulamento, nos lugares em que, em virtude de densidade populacional, houvesse mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade escolar, o Conselho Superior poderia fazê-las funcionar em um só prédio construído”.

Apesar das muitas falhas, considerou-se que o Grupo Escolar havia sido um sucesso. Escrevia entusiasticamente o secretário do interior, em 1904, em seu relatório anual:

[...] Edifícios apropriados, móveis adequados, professores capazes, disciplina rigorosa, direção inteligente, com assídua vigilância e metódica distribuição do ensino, permitem contar, entre os melhores, os serviços desses estabelecimentos à causa da instrução pública do Estado (SÃO PAULO, 1904 apud MARCÍLIO, 2005, p. 169).

Em 1908, não podendo arcar com a construção de muitos prédios escolares próprios, o governo instituiu o sistema de turnos, que contava com dois períodos. A ideia era o aproveitar ao máximo os espaços dos prédios dos Grupos Escolares e atender à demanda crescente de vagas nas escolas.

A Reforma Rivadávia Correa, em 1911, trouxe à tona mais uma vez a discussão acerca da liberdade de ensino e desoficialização do mesmo. A partir de então, os estabelecimentos particulares não precisaram mais da autorização governamental para seu funcionamento e deixaram de ser fiscalizados. O que sucedeu foi que as medidas liberalizadoras acabaram por provocar uma desorganização na vida escolar. A ausência de fiscalização gerou frequência irregular dos alunos, nenhum ou pouco saber, mas com o oferecimento de diplomas.

Diante de tais consequências desastrosas, uma nova diretriz foi publicada por meio do Decreto n.º 11530, de 18 de março de 1915, com a intenção de reoficializar o ensino. As funções dos inspetores foram, pela lei, então assim definidas (BRASIL, 1915):

Art. 14. O inspector inquirirá, por todos os meios ao seu alcance, inclusive o exame de toda a escripta do instituto:

- a) se este funciona regularmente ha mais de cinco annos;
- b) se há moralidade nas distribuições de notas de exames;
- c) se os professores mantem cursos particulares frequentados pelos alumnos da academia;
- d) se as materias constantes dos programmas são suficientes para os cursos de Engenharia, Direito, Medicina ou Pharmacia;
- e) se, pelo menos, tres quartas partes do programma de cada materia são effectivamente explicadas pelo respectivo professor;
- f) se ha exame vestibular e se é este rigoroso;
- g) se a academia possui os laboratorios indispensaveis e se estes são utilizados convenientemente;
- h) se o corpo docente é escolhido pelo processo de concurso de provas estabelecido na presente lei;
- i) se as rendas da academia são sufficientes para o custeio de um ensino integral, das matérias do curso, ministrado por professores sufficientemente remunerados;
- j) se a quota de fiscalização é depositada na época legal.

Art. 15. O inspector apresentará relatorio circunstanciado sobre o que houver visto e colligido a respeito do instituto e, na falta de qualquer dos requisitos enumerados no artigo antecedente, concluirá por aconselhar que se não conceda a pretendida equiparação ás academias mantidas pelo Governo Federal.

Art. 16. Não será inspector pessoa ligada por afinidade de qualquer natureza aos directores ou professores da academia, e, quando possivel, não residirá sequer no Estado em que o instituto funcionar.

Art. 17. Considera-se terminada a inspecção com o julgamento do relatorio pelo Conselho Superior do Ensino.

Art. 18. Receberá o inspector a metade da quota de fiscalização logo que for nomeado, e a outra metade quando tiverem sido achados satisfactorios o relatorio e as informações supplementares a elle pedidas, quando necessarias, pelo Conselho Superior do Ensino.

Art. 19. A nomeação de inspector será annual, embora possa o Conselho designar o mesmo cidadão duas e mais vezes, para inspeccionar varios institutos. Neste ultimo caso receberá tantas quotas quantos forem os institutos inspeccionados.

Art. 22. Quando o relatorio do inspector condemnar um instituto, será cassado o direito à equiparação já concedida, não podendo ser de novo requerida dentro de seis annos, embora a academia mude de nome conservando mais de metade do antigo corpo docente.

Art. 23. Quando a academia representar contra o inspector ao Conselho Superior e a este parecer que o relatorio foi injusto ou apaixonado, poderá aguardar nova inspecção para aconselhar ao Ministro a applicação da pena comminada pelo artigo antecedente.

As propostas de reforma do ensino não partiam apenas da esfera governamental, mas também da sociedade civil, que na década de 1920 se organizava.

Nesse contexto, surgiu a Liga Nacionalista de São Paulo, com o propósito de “trabalhar pelo desenvolvimento do ensino primário, secundário, superior e profissional”, como rezavam seus estatutos. Procurava combater o analfabetismo e um de seus relatórios anunciava:

[...] É sabido que a causa primordial de todos nossos males é o analfabetismo, que traz como consequência inevitável a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grande número de profissões, atraso nos processos agrícolas, e nos das indústrias que lhes são conexas. A população brasileira é vítima na sua quase totalidade do analfabetismo. Sem que se consiga derramar a instrução primária de um modo intenso por todos os recantos do país, serão inúteis quaisquer tentativas de formação de uma grande coletividade política. A Constituição Federal no seu artigo 79, parágrafo 2.º impede que o analfabeto tenha vontade política (BRASIL, 1919 apud MARCÍLIO, 2005, p. 188).

A Escola Nova veio para contrapor o que era considerado tradicional e tinha por princípio:

[...] a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno. (VIDAL, 2003, p. 497)

Outro aspecto defendido pelos escolanovistas era a aquisição da escrita como conhecimento imprescindível para o indivíduo. As preocupações com a leitura também ocuparam espaço nas discussões da Escola Nova. O ler e o escrever passaram a ser associados e racionalizados.

Além disso, para os escolanovistas, o conhecimento era adquirido por meio da experiência e, para tal, os alunos eram levados a observar fatos e objetos a fim de conhecê-los, conforme destaca Vidal (2003):

O conhecimento, em lugar de ser transmitido pelo professor para memorização, emergia da relação concreta estabelecida entre os alunos e esses objetos ou fatos, devendo a escola responsabilizar-se por incorporar um amplo conjunto de materiais (VIDAL, 2003, p. 509).

Diante disso, pode-se dizer que o eixo norteador da Escola Nova é a vida-experiência e aprendizagem. A educação tinha função democratizadora de igualar oportunidades e a escola, por sua vez, de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem na vida do discente.

Manacorda (2010, p. 374) destaca que, após a Primeira Guerra Mundial, é de 1919 o primeiro ano de paz. O referido autor faz uma síntese dos 30 pontos que definem a Escola Nova

I (1-10) A nova escola é um laboratório de pedagogia ativa, um internato situado no campo, onde a coeducação dos sexos deu resultados intelectuais e morais incomparáveis. Ela organiza os trabalhos manuais, de ebanisteria, de agricultura, de criação e, ao lado dos trabalhos programados, solicita os trabalhos livres. Nela a cultura do corpo é assegurada pela ginástica natural e pelas viagens a pé ou de bicicleta, e acampamentos em tendas.

II (11-20) Em matéria de educação intelectual, a escola nova procura abrir a mente para uma cultura geral, à qual se une uma especialização inicialmente espontânea e, em seguida, voltada para uma profissão. Nela o ensino está baseado nos fatos e nas experiências, como também na atividade pessoal, que surge dos interesses espontâneos da criança. O trabalho individual consiste na pesquisa de documentos que servem também para a preparação de conferências. A esse trabalho se acrescenta o trabalho coletivo. O ensino propriamente dito é ministrado só na parte da manhã; à tarde se realiza o estudo individual. Estudam-se somente uma ou duas matérias por dia, por mês e por trimestre.

III (21-30) A autoridade imposta é substituída pela prática gradual do senso crítico e da liberdade numa “república escolar”, com a eleição dos chefes e dos cargos sociais. As sanções positivas (recompensas) consistem em oferecer ocasiões para desenvolver as capacidades criativas; as sanções negativas (punições) consistem em oferecer à criança a possibilidade de atingir os objetivos considerados bons. A emulação consiste especialmente em confrontar o trabalho presente e o trabalho passado da própria criança. A escola deve ser um ambiente bonito e atraente, onde a música coletiva exerce uma influência purificadora. A educação da consciência moral visa, mediante as “leituras da noite” para as crianças, provocar reações espontâneas e juízo de valor; a educação da razão prática consiste, para os adolescentes, em reflexões sobre as leis naturais do progresso espiritual, individual e social. Quanto à atitude religiosa, segue-se normalmente uma orientação não confessional ou interconfessional, unida a tolerância.

Para esta pesquisa, o conhecimento da síntese dos 30 pontos que definem a Escola Nova é fundamental. Por meio deste, será possível, por exemplo, compreender os aspectos que os inspetores, posteriormente, perseguirão quando das visitas aos estabelecimentos educacionais. No caso deste trabalho, mais especificamente, os pontos de atenção dos inspetores em suas visitas ao Grupo Escolar Senador Vergueiro, objeto deste estudo.

Dos aspectos mencionados na referida síntese, destaca-se a pedagogia ativa, cuja vertente apreciava os trabalhos manuais, a atividade de agricultura e incentivava a ginástica natural. No aspecto intelectual, destacava a importância da cultura geral e da profissionalização. Valorizava, também, as atividades realizadas individual e coletivamente.

Em relação à autoridade, ponderava em função de práticas mais livres e que desenvolvessem o senso crítico. Eram colocadas em foco as sanções positivas e negativas, ambas, como oportunidades de atingir os objetivos educacionais traçados.

A pedagogia viva destacava a necessidade da existência de ambiente harmonioso e atraente, com música e com estudo da consciência moral, porém, quanto ao aspecto religioso, seguia a orientação não confessional.

O ideário escolanovista pode ser entrevisto na Reforma Paulista de 1920, conduzida por Sampaio Dória, que procurou resolver o problema do analfabetismo, uma vez que os resultados do recenseamento geral desse ano alarmaram os educadores pelo número elevado de analfabetos, que havia aumentado desde o final do império. Esse processo alterou a instrução pública em vários aspectos, como a ampliação da rede de escolas, o aparelhamento técnico-

-administrativo, a melhoria das condições de trabalho do magistério, a reorientação das práticas de ensino e, ao final da década, a inserção do ideário escolanovista.

As primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo debate das ideias liberais que entendia a escolarização como grande instrumento de participação política. A transformação dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos esteve na base do movimento denominado por Nagel (1974 apud SAVIANI, 2011, p. 177) de “[...]entusiasmo pela educação, o qual atingiu seu ponto culminante na efervescente década de 20”.

Pela Reforma Sampaio Dória, de 1920, as escolas do Estado foram classificadas como rurais, distritais e urbanas. Para a primeira, modalidade de escola pública, o governo nomeava livremente o professor normalista para regê-la (art. 13). A segunda modalidade de escola pública primária foi a chamada Escola Reunida, que ficava entre a escola isolada e o Grupo Escolar. Tratava-se da reunião de aulas avulsas num único prédio, sem nenhuma alteração administrativa ou didática; apenas se acrescentava a presença do diretor, que era escolhido dentre os professores da própria escola. O Inspetor Geral do Ensino do Estado de São Paulo, em 1923, Guilherme Kuhlmann, assinalava em relação às Escolas Reunidas e às Isoladas:

[...] Esse arranjo era como, de instalação fácil simples e barata, as Escolas Reunidas resolvem o problema da disseminação do ensino primário, com a reunião de várias escolas em um só prédio, sob a direção de um professor, desaparecem os inconvenientes que muitas vezes se encontram na escola isolada (SÃO PAULO, 1923 apud MARCÍLIO, 2005, p. 39).

A década de 1920 foi caracterizada por um clima de ebulição social. No campo educacional, emergiram:

[...] de um lado as forças do movimento renovador impulsionado pelos ventos modernizantes do processo de industrialização e urbanização; de outro lado a Igreja Católica procurou recuperar terreno organizando suas fileiras para travar batalha pedagógica (SAVIANI, 2011, p. 177).

O ciclo das reformas federais do ensino na Primeira República fecha-se em 1925, com a Reforma João Luis Alves, conhecida como Lei Rocha Vaz – Decreto n.º 16.782 A, de 13 de Janeiro de 1925. Ela foi reacionária e conservadora, completando o ciclo da educação elitista; não aceitava as ideias da Escola Nova, buscava manter o controle ideológico pelo Estado, através de inspeção escolar e cerceando e policiado os afazeres dos professores e alunos, inclusive criando a disciplina “moral e cívica” como obrigatória nas escolas e liquidou definitivamente com a autonomia didática e administrativa, fixou o currículo no superior e aperfeiçoou o vestibular, enfim, reforçava e ampliava os mecanismos de controle já instituídos

pela Reforma Carlos Maximiliano, datada de 1915, que criou os exames de vestibular aos cursos superiores e a obrigação da conclusão do curso secundário para o ingresso nas faculdades, bem como introduzia o regime seriado no ensino secundário, a frequência obrigatória e o alargamento das funções normativas e fiscalizadoras da União. Intensificava-se desta forma, a rede de fiscalização escolar.

Outro exemplo do ciclo de reformas conservadoras: Em 1924, o Decreto n.º 3.708 estabeleceu que a escola maternal era destinada “aos filhos de operários”. Dessa forma, ficaram assim discriminados os estabelecimentos: os jardins de infância para filhos de ricos; as escolas maternais para filhos dos pobres.

Entre 1925 e 1930, devido às novas diretrizes apresentadas pelas ciências comportamentais, a ação inspetora precisou ser alterada novamente para se adaptar às novas demandas sociais em busca dos objetivos ditados nas diretrizes, estas serão explicitadas e aprofundadas posteriormente.

Em 1927, Fernando Azevedo assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, promovendo a reforma da instrução pública, considerada a primeira plenamente integrada no espírito da Escola Nova. Fernando Azevedo foi o “[...]principal divulgador e apologeta do movimento da Escola Nova do Brasil.” (SAVIANI, 2011, p. 210).

Para Azevedo, o ideal da Escola Nova envolvia três aspectos: “escola única, escola do trabalho, escola comunidade” (SAVIANI, 2011, p. 210). A escola única foi entendida como uma educação inicial uniforme, comum, obrigatória e gratuita, com duração de cinco anos, iniciando-se aos 7 anos de idade (SAVIANI, 2011). Na escola de trabalho, a educação se transformaria em instrumento de reorganização econômica (AZEVEDO, 1958 apud SAVIANI, 2011, p. 212). A chamada comunidade postulava que a escola fosse organizada como uma comunidade em miniatura, preferindo o trabalho em grupo ao individual (SAVIANI, 2011).

Com esses três aspectos, a Escola Nova demonstrava a preocupação com a comunidade em geral, principalmente ao orientar que a educação inicial fosse uniforme, obrigatória e gratuita. Em seguida, destacou o processo de formação voltado para as questões econômicas e, por fim, apresentou a visão da escola como sociedade em miniatura, o que nos leva a supor que seja reprodutora da primeira.

Em 1928, com a Reforma Carneiro Leão, foi implementada uma organização de trabalho marcada pela separação da parte administrativa e técnica. Nessa reforma, surgiu a figura do diretor e do inspetor de maneira bem distinta.

A crise econômica de 1929 exigiu no Brasil adaptações e intervenções em todos os campos, principalmente o educacional. Foi a chamada fase do planejamento estatal. No entanto,

a Revolução de 1930 não trouxe um programa de educação bem definido. De um lado, estavam os defensores da Escola Nova, da laicidade do ensino, da coeducação dos sexos e da escola pública. No outro extremo, estavam os conservadores, com a Igreja Católica à frente, contestando todos esses princípios.

**Figura 3:** Coeducação: lugares separados para meninos e meninas.



Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau/SC.

Outro ponto de conflito que permeou a História da Educação Brasileira foi o embate entre centralização e descentralização do Ato Adicional de 1834 até os anos de 1930: venceu a política de descentralização, ficando os governos regionais das províncias com a responsabilidade das questões educacionais no tocante ao ensino primário e secundário. O ensino superior permaneceria na esfera do poder central.

Segundo Saviani (2011), a renovação do ensino paulista, desde 1892 até 1930, esteve calcada em duas bases: a formação dos professores e o método intuitivo. Tal método partia da compreensão de que a aquisição do conhecimento decorria dos sentidos e da observação. Levava-se em conta, portanto, a memorização e a repetição dos métodos tradicionais.

Em 1930, caía a oligarquia do café do poder central e, com ela, a Política do Café com Leite. Uma das primeiras medidas do governo provisório, no mesmo ano, foi criar o Ministério da Educação e Saúde Pública. Francisco Campos foi indicado para ocupar a pasta e baixou sete decretos que ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos, a saber:

- a) Decreto n.19850, de 11 de abril de 1931:cria o Conselho Nacional de Educação.
- b) Decreto n.19851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
- c) Decreto n.19852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do RJ.
- d) Decreto n. 19890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário.
- e) Decreto n. 19941, de 30 de abril de 1931, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas.

- f) Decreto n. 20158, de 30 de junho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.  
 g) Decreto n 21241, de 14 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI, 2011, p. 196).

O Ministério recém-criado implementou o serviço de inspeção de estabelecimentos secundários, subordinado ao Departamento Nacional de Ensino, que passou a operacionalizar a fiscalização no território nacional.

Os estabelecimentos de ensino eram livres para se estabelecer, porém passaram a ser submetidos à “inspeção preliminar” por um prazo não inferior a dois anos e, posteriormente, à “inspeção permanente ou equiparação”.

Com o intuito de operacionalizar o mecanismo de controle dos ginásios, foram criados “distritos de inspeção”, para os quais foram nomeados os respectivos inspetores.

Na década de 1930, a burguesia urbano-industrial chega ao poder e apresenta um novo projeto educacional. A educação, em especial a pública, passou a ter espaço nas preocupações do poder. Após a revolução de 1930, ocorreram diversas mudanças na sociedade e na economia, o que passou a exigir reformas na educação para que esta pudesse acompanhar tais transformações. A questão toma proporção nacional e, com isso, surge a necessidade de se reestruturar o ensino brasileiro.

Data de 1931, o primeiro registro legal sobre a atuação do Inspetor no Brasil. Nesse período, os profissionais cumpriam as normas prescritas pelos órgãos superiores e eram chamados de orientadores pedagógicos ou orientadores de escola, tendo como função básica a inspeção (ANJOS, 1988). A ideia era colocar-se em situação de superioridade em relação aos professores, garantindo, por meio da inspeção, a execução das normas estabelecidas pelos órgãos centrais.

O Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, citava os técnicos chamados especialistas em educação, entre eles, o inspetor escolar, e determinava as atividades que deveriam ser desempenhadas por ele, quais seriam:

**Art. 51.** Subordinado ao Departamento Nacional do Ensino, é criado o serviço da inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário, sendo seus órgãos, junto àqueles, os inspetores e os inspetores gerais.

**Art. 52.** Para os fins da inspeção os estabelecimentos de ensino secundário serão grupados de acordo com o número de matrículas e com as distâncias e facilidades de comunicação entre eles constituindo distritos de inspeção.

**Parágrafo único.** O Ministro da Educação e Saúde Pública, por proposta no Departamento Nacional do Ensino, criará novos distritos, ou fará nova distribuição dos estabelecimentos de ensino por distrito, sempre que o aconselharem as exigências da inspeção.

**Art. 53.** A inspeção permanente em cada distrito, será exercida pelos inspetores e caberá aos inspetores gerais a incumbência de percorrer os distritos não só fiscalizar a marcha dos serviços, como para solucionar divergências suscitadas entre os inspetores e os dirigentes dos estabelecimentos de ensino.

**Art. 54.** Incumbe à inspeção velar pela fiel observância das disposições deste Decreto, que forem aplicáveis aos estabelecimentos de ensino sob o regime de inspeção preliminar ou permanente bem como das disposições dos respectivos regulamentos (BRASIL, 1931).

A inspeção escolar, como parte da administração educacional, trouxe consigo o controle da qualidade da educação a partir da efetivação de uma regra pré-determinada. Nessa legislação, era visível a importância que se dava ao conhecimento e à prática pedagógica na atuação da inspeção escolar. Havia uma preocupação, ao menos aparente, com a qualidade do ensino ofertado.

A escola preparava-se para receber o inspetor, que comparecia na escola para apenas observar e fiscalizar todo trabalho que estava sendo executado, desde o aspecto administrativo até o pedagógico. As principais incumbências dos inspetores no corpo do decreto da reforma eram as seguintes:

**Art. 56.** Incumbe ao inspetor inteirar-se, por meio de visitas frequentes, da marcha dos trabalhos de sua seção, devendo para isso, por série e disciplina:

- a) assistir a lições de exposição e demonstração pelo menos uma vez por mês;
- b) assistir, igualmente, pelo menos uma vez por mês, a aulas de exercícios escolares ou de trabalhos práticos dos alunos, cabendo-lhe designar quais destes devam ser arguidos e apreciar o critério de atribuição das notas;
- c) acompanhar a realização das provas parciais, que só poderão ser efetuadas sob sua imediata fiscalização cabendo-lhe ainda aprovar ou modificar as questões a serem propostas;
- d) assistir às provas finais, sendo-lhe facultado arguir e atribuir nota ao examinando.

**Parágrafo único.** Dos trabalhos a que se refere este artigo, bem como do julgamento das provas parciais, mencionado no art. 37, deverá ser feito registro em livros adequados, de acordo com o estabelecido no regimento interno do Departamento Nacional do Ensino.

**Art. 57.** Aos inspetores da seção compete ainda fiscalizar os exercícios de educação física e as aulas de música, bem como verificar as condições das instalações materiais e didáticos do estabelecimento (BRASIL, 1931).

A expressão “inteirar-se” da marcha dos trabalhos sugere que o inspetor deveria controlar as ações internas da escola. Ao “assistir” a lições, exposições e aulas, fiscalizava a atuação docente. Ao “arguir” alunos, detectava seu conhecimento, além disso, as provas e exames não poderiam ser realizados sem a fiscalização do inspetor, tendo ele o poder de aprovar ou alterar questões da avaliação, podendo, inclusive atribuir nota ao aluno. Isso demonstra claramente que o decreto oferecia poderes fiscalizadores a ele.

Exigia-se ainda que o inspetor fixasse residência no distrito sob a sua inspeção, conforme art. 66: “É obrigatória, para o inspetor, a residência na sede do distrito em que esteja em exercício” (BRASIL, 1931).

Era preciso, também, que elaborasse um relatório mensal, de acordo com o explicitado no art. 55:

**Art. 55** O inspetor remeterá mensalmente ao Departamento Nacional do Ensino, em duas vias datilografadas, um relatório minucioso e de caráter confidencial, a respeito dos trabalhos de cada série e cada disciplina da sua secção nos estabelecimentos do distrito.

§ 1º Duas vezes por ano deverá constar do relatório uma apreciação sucinta sobre a qualidade do ensino ministrado, por disciplina em cada série, métodos adotados, assiduidade de professores e alunos, bem como sugestões sobre providências que devam ser tomadas, caso se torne necessária a intervenção do Departamento Nacional do Ensino.

§ 2º o pagamento dos vencimentos aos inspetores só será autorizado depois de recebido o relatório do mês anterior (BRASIL, 1931).

Pode-se notar que o citado Decreto tinha o intuito de organizar o ensino secundário, regular e controlá-lo. Para tanto, criou-se, por meio dele, um serviço de inspeção mais detalhado do que o que já existia, visto que a inspeção deveria controlar de perto os funcionamentos das escolas, o cumprimento dos programas, a frequência dos alunos e a realização dos exames.

O serviço de inspeção estava subordinado ao Departamento Nacional de Ensino e cabia aos inspetores de estabelecimento velar pelo que dispunha a lei. Deveriam, portanto, remeter, mensalmente, ao Departamento Nacional de Ensino, um Relatório sobre os trabalhos de cada série e de cada disciplina e, duas vezes ao ano, deveria enviar outro documento com a apreciação sobre a qualidade do ensino.

Além dos inspetores de estabelecimentos, havia também o inspetor regional e os inspetores assistentes. Ao inspetor regional, competia fiscalizar e orientar os serviços dos inspetores, visitar os estabelecimentos da inspetoria regional, remeter relatórios sobre os serviços dessa inspetoria ao Departamento Nacional de Ensino. Ao inspetor assistente cabia promover a adaptação dos programas e métodos especiais de ensino, rever as provas, visitar os estabelecimentos e organizar testes para medir o aproveitamento escolar.

Segundo Medina (2002), a ação dos inspetores federais somente teria sentido na medida em que os programas e métodos do ensino secundário estivessem normalizados em nível nacional e centralizados pelo Ministério da Educação Pública, o que consolidava o papel do Estado educador.

Em 1931, Anísio Teixeira assumiu o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, buscando, por meio da educação, consolidar as conquistas democráticas da chamada revolução de 1930.

A partir de então, devia-se considerar que a rigidez do sistema de inspeção fixada no Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, foi abrandada no ano seguinte pelo Decreto n.º 21.241, de 4 de abril, de 1932.

É possível observar tal abrandamento no que está disposto nos artigos abaixo selecionados:

**Art. 66.** Além dos inspetores de estabelecimento haverá, em cada inspetoria regional, um inspetor regional, especializado em uma das secções didáticas, e quatro inspetores-assistentes, especializados em cada uma das demais secções.

**Art. 67.** Ao inspetor de estabelecimento de ensino compete:

- I. Velar pela lei fiel observância dos dispositivos legais que forem aplicáveis aos estabelecimentos de ensino sob inspeção, bem como das instruções expedidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública ou pelo Departamento Nacional do Ensino.
- II. Concorrer para o aperfeiçoamento do ensino, em particular, das disciplinas da respectiva secção didática no estabelecimento para o qual for designado.
- III. Rever as provas parciais que lhe forem distribuídas pelo inspetor regional.
- IV. Superintender todo o serviço de provas parciais e finais.
- V. Apresentar relatórios mensais e responder aos questionários formulados pelo Departamento Nacional do Ensino.
- VI. Cumprir e fazer cumprir as instruções a que se refere o art. 71.

**Art. 68.** Ao inspetor-assistente compete:

- I. Promover a adaptação dos programas das disciplinas, de acordo com as condições do meio e a capacidade dos alunos.
- II. Organizar testes para a medida do aproveitamento escolar.
- III. Orientar os inquiridos procedidos para a revisão dos programas e métodos especiais de ensino, de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do Ensino.
- IV. Rever as provas parciais das disciplinas da respectiva secção didática, realizadas nos estabelecimentos da inspetoria, que lhe forem distribuídas pelo inspetor regional.
- V. Visitar os estabelecimentos da inspetoria regional, realizando conferências sobre assuntos de ensino relativos às disciplinas da respectiva secção didática, de acordo com o plano organizado, anualmente, pelo Departamento Nacional de Ensino.

**Art. 69.** Ao inspetor regional compete:

- I. Fiscalizar e orientar o serviço dos inspetores da respectiva inspetoria regional.
- II. Manter em ordem e em dia o serviço dos papéis e os fichários da inspetoria.
- III. Solucionar as divergências suscitadas entre os inspetores e os dirigentes dos estabelecimentos de ensino.
- IV. Cooperar com os inspetores para o bom andamento dos serviços a seu cargo e atender a todas as indicações que lhes forem determinadas pelo Departamento Nacional do Ensino.
- V. Julgar as provas parciais das disciplinas da respectiva secção didática, realizadas nos estabelecimentos da inspetoria regional, de acordo com as instruções expedidas pelo Departamento Nacional do Ensino.
- VI. Visitar os estabelecimentos da inspetoria regional, realizando conferências sobre assuntos de ensino relativos às disciplinas da respectiva secção didática, de acordo com o plano organizado, anualmente, pelo Departamento Nacional do Ensino.
- VII. Remeter mensalmente relatórios sobre os serviços da respectiva inspetoria regional, de acordo com as instruções expedidas pelo Departamento Nacional do Ensino.

**Art. 70.** A revisão das provas realizadas nos estabelecimentos mantidos pelos governos dos Estados e pela Municipalidade do Distrito Federal não será feita pelos

inspetores, salvo quando requisitada pelo Departamento Nacional do Ensino (BRASIL, 1932).

Apesar do declarado “abrandamento” em relação aos artigos do Decreto anterior, ainda assim, entre as competências dos inspetores de estabelecimento de ensino, estavam presentes: “velar pela lei”, “concorrer para o aperfeiçoamento do ensino”, “rever e superintender todo o serviço de provas”, “apresentar relatórios” e, finalmente, “cumprir e fazer cumprir as instruções”.

O ano de 1932 foi marcado pela publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que “[...]representava a revolução pedagógica correspondente à revolução democrático-burguesa, compreende-se que, na década de 1930, o escolanovismo tenha hegemonizado as posições progressistas, aí incluídas as correntes de esquerda” (AZEVEDO, 1958 apud SAVIANI, 2011, p. 275).

O Manifesto dos Pioneiros criticava a escola tradicional, vista como exclusivamente passiva, intelectual e verbalista. Apontava que, ao contrário, a escola deveria oferecer atividades do interesse do educando, capazes de estimulá-lo à ação. Ressaltava, ainda, que a escola deveria estar organizada de forma dinâmica e em íntima conexão com a região e a comunidade, pondo a criança em contato com a vida ativa.

Quanto ao plano de reconstrução educacional, o documento criticava os dois sistemas de ensino paralelos, secundário profissional e secundário intelectual, e apontava que essa divisão colaborava como instrumento de estratificação social. Propunha, em vez disso, a integração da escola ao seu meio social, adequando-se às necessidades regionais.

O manifesto defendia, também, que a estrutura do plano educacional deveria corresponder aos períodos de desenvolvimento natural do ser humano: escola infantil ou pré-escola (4 a 6 anos); primária (7 a 12 anos); secundária (12 a 18 anos) e superior.

Quanto à formação dos docentes, a proposta dos pioneiros era que os professores, de todos os graus, fossem preparados em faculdades ou cursos normais incorporados às universidades. Sugeriam melhor formação e remuneração para manter a dignidade e o prestígio dos educadores.

O documento também versava acerca da função social da escola e ao papel da escola na vida do educando, os pioneiros apontavam que a educação deveria se organizar como um organismo vivo, aliando-se a outras instituições educativas da sociedade. Havia ainda, segundo eles, a necessidade de aparelhar a escola com todos os recursos produzidos pela ciência: imprensa, disco, cinema, rádio.

Segundo a visão dos pioneiros, os problemas da educação deveriam ser resolvidos de maneira científica e assinalavam que “[...] as únicas revoluções fecundas são as que se fazem ou se consolidam pela educação” (ALBERTO et. al., 1932 apud HISTEDBR, 2006, p. 190).

As diretrizes e posições firmadas no Manifesto fizeram-se sentir nos debates da Constituição de 1933-1934, influenciando o texto da Constituição de 1934, cujo art. 150, alínea “a”, estabelece como competência da União: “[...] fixar o Plano Nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país” (BRASIL, 1934).

A educação nova foi uma reação categórica, intencional e sistemática ante à velha estrutura. Isso porque a educação deveria ser vista não mais como um privilégio de classe, mas servir aos interesses dos indivíduos, plena e satisfatoriamente.

Nessa perspectiva, a educação teria função essencialmente pública e seria obrigação do Estado, aliado à cooperação de todas as instituições sociais, sem prescindir da família, considerada colaboradora efetiva. O Estado deveria, portanto, assegurar que todos tivessem acesso à escola comum e única, abolindo privilégios de classes sociais e afastando preconceitos religiosos e/ou econômicos. Seria, então, dever do Estado também a garantia da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação.

A partir do conceito funcional de educação, a escola deveria oferecer à criança um meio “vivo e natural” favorável ao intercâmbio de reações e experiências para que fosse levada à ação. Para isso, a Escola Nova teve suas bases em três domínios: estudos da biologia, de psicologia e sociologia.

Isso, no entanto, constituía grande desafio, pois, como assinala Saviani (2011, p. 271), no período compreendido entre 1932 e 1947, as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional, representada predominantemente pelos católicos, e a Pedagogia Nova.

Vale retomar que, na maioria das escolas da época, o ensino era tradicional. Em outros meios menos favorecidos, entretanto, os alunos continuavam a aprender os rudimentos da leitura, escrita e aritmética; nos demais a memorizar lições de que muitas vezes não chegavam a compreender o conteúdo. Outro ponto que não se deve perder de vista é que a história da escola pública aconteceu de diferentes maneiras nos diversos Estados Nacionais.

As primeiras iniciativas do movimento escolanovista, em suas origens, foram de caráter privado e no meio rural e não puderam ser transpostas para o caso brasileiro. Com a Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República no Brasil, os renovadores perceberam a

oportunidade de implantar tal projeto. No Brasil, suas ações foram de caráter público, aplicadas em escolas de grande porte e no meio urbano.

A Constituição de 1934 registrou avanços significativos na área educacional, fruto dos debates iniciados em anos anteriores. Nela, a União era responsável por fixar uma política educacional nacional. Era também responsável por fiscalizar a sua execução em todo território nacional, além disso, o documento oficial proclamou que o ensino primário seria gratuito, obrigatório e direito de todos. Outra medida importante foi ter tornado o ensino religioso de frequência facultativa.

Anos depois, com a nova Constituição de 1937, proclamava-se o dever do Estado quanto à educação, mas limitava sua ação, tornando-a supletiva. Nesse contexto, pode-se notar que vencia a mentalidade conservadora. Foi inclusive retirada do texto a expressão “educação como direito de todos” e fez dela um “dever e direito natural dos pais”. Excluiu-se a gratuidade da escola primária para os alunos que pudessem contribuir para o “Caixa Escolar”.

Em 1938, o Ministério da Educação e Saúde cria o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que tinha como objetivo reunir a documentação e realizar pesquisas educacionais no âmbito Nacional.

Na V Conferência Mundial da Escola Nova, reunida em Elsenour, na Dinamarca, em 1929, assinalam-se as seguintes conquistas:

[...] renovação da didática com múltiplos ensaios de ensino ativo; melhor formulação teórica de princípios e normas para avaliação dos resultados do trabalho escolar; extensão do movimento no ensino público; criação de grandes associações de educadores com caráter nacional e internacional; confronto de várias concepções filosóficas com os princípios e resultados do movimento; conceituação geral da educação como ajustamento da personalidade em face da vida social modificada pela industrialização; e, enfim, proposição de todas as formas educativas no sentido da paz, dando-se especial atenção e esse ponto na formação da personalidade dos educadores, sem dúvida princípio e fim de toda e qualquer reforma bem concebida. (LOURENÇO FILHO, 1967, p. 26).

Havia um descompasso entre o ideário escolanovistas brasileiro e as condições materiais necessárias para a sua efetivação. O escolanovismo, portanto, não conseguiu concretizar aquilo que realmente pretendia e, por isso, ficou relegado apenas ao plano das ideias, isto é, dentro da sala de aula, nada mudou efetivamente.

Isso aconteceu muito por conta de que as ideias da Escola Nova eram uma ameaça à influência e aos princípios morais da igreja católica, pois defendiam a democratização e laicização do ensino, a educação conjunta de ambos os sexos e, ainda, o monopólio do ensino por parte do Estado.

Atentando novamente à ação de inspeção educacional, em 1942, acrescenta à prática desse profissional o caráter de orientação pedagógica, voltada de fato para o âmbito pedagógico. A intenção era que a atenção estivesse direcionada à análise e melhoria do currículo e melhor desempenho no processo ensino aprendizagem. Isso, é importante ressaltar, foi acrescido outras tarefas, ou seja, era exigido também o cuidado com o setor administrativo e com a inspeção, conforme a Lei Orgânica do Ensino Secundário, com a Promulgação do Decreto Lei n.º 4.244, de abril de 1942. Isso fica evidente nos artigos da Lei que se seguem:

**Art. 75** O Ministério da Educação exercerá inspeção sobre os estabelecimentos de ensino secundário equiparados e reconhecidos.

§ 1º A inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica.

§ 2º A inspeção limitar-se-á ao mínimo imprescindível a assegurar a ordem e a eficiência escolares. (BRASIL, 1942).

Nos anos 1950, o Governo eleito de Juscelino Kubistcheck trouxe uma fase de acelerado desenvolvimento, o chamado “Cinquenta anos em Cinco”. A urbanização e a industrialização crescentes trouxeram modificações também em nosso cenário educacional. A inspeção dá lugar ao surgimento da Supervisão Escolar, com o objetivo de acompanhar uma política desenvolvimentista e promover transformação social.

De acordo com Saviani (2003, p. 26), a função do supervisor surge quando se quer “emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições”.

Esse caráter atual do papel do supervisor escolar, porém não foi assumido em sua essência. No final da década de 1950 e início da década de 1960, o Brasil firmou acordo com os Estados Unidos da América para a implantação do Programa de Assistência Brasileiro Americana ao Ensino Elementar, o PABAAE, que tinha o objetivo de treinar os educadores brasileiros a fim de que estes garantissem a execução de uma proposta voltada para a educação tecnicista, dentro dos moldes norte-americanos. Diante disso, o papel voltado à orientação pedagógica se perdeu e o supervisor escolar teve estritamente a função de controlar e inspecionar, a fim de garantir que o acordo entre os países fosse executado conforme previsto.

Por meio dessas informações, pode-se inferir que a concepção de educação de cada período se faz nas entrelinhas das legislações e, na realidade, normatizam as políticas públicas educacionais.

Sobre isso, Amador (2002, p. 15) afirma que “a educação brasileira e sua legislação são compostas de ideologias que estão presentes em todos os seus aspectos” e “representam, de forma incisiva, os interesses políticos e econômicos das elites nos momentos em que elas foram produzidas”.

Embora Azevedo (1996, p. 561) tenha afirmado que a legislação educacional se constitui de um “dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução de uma sociedade e do caráter de uma civilização [...]”, é sabido que, no caso brasileiro, essa legislação é marcada pelo formalismo que, na maioria das vezes, distancia o prescrito em lei da aplicação na prática cotidiana.

A História Educacional de nosso país é composta por diversas e repetidas tentativas de transposição de ideias de instituições ora europeias, ora norte-americanas.

Sobre a situação brasileira, Marcílio (2005, p. 127) reflete:

[...] O instrumento legislador foi tomado como o meio mais efetivo de se produzir as mudanças e a modernização almejadas. [...] Essa sempre foi a maneira entre nós de buscar a superação dos problemas e das questões educacionais. No Brasil há toda uma tradição do uso da legislação como instrumento de transplante de instituições educacionais. [...] As reformas por decreto, obsessão das autoridades brasileiras, dificilmente correspondem, na prática, aos discursos e intenções dos reformadores ou às reais necessidades do ensino.

Há que se destacar que nenhuma força de lei pode transplantar ideias, ainda mais quando se trata de um país como o Brasil, com realidades tão diversas. Tão pouco é possível promover reformas por meio de decretos, que raramente trazem em seu bojo a defesa das reais necessidades educacionais.

Com os estudos realizados até aqui, foi possível compreender as articulações da implantação das políticas educacionais, dentro do período proposto por este trabalho.

Cabe, agora, analisar localmente, ou seja, compreender como tais articulações se passaram na cidade de Sorocaba, onde se localiza o Grupo Escolar Senador Vergueiro, foco de análise deste trabalho.

### **3 A CIDADE DE SOROCABA (SP) E O GRUPO ESCOLAR SENADOR VERGUEIRO (1919-1950)**

Para realizar o resgate histórico da cidade de Sorocaba e focar especificamente no espaço do estudo, os quais são o Grupo Escolar Senador Vergueiro e os Termos de Visita dos inspetores (1919-1950), teve-se como base a produção bibliográfica já existente e fontes documentais da historiografia da educação escolar.

#### **3.1 A cidade de Sorocaba (SP): panorama histórico**

A fim de revisitar as origens e o desenvolvimento sorocabano, foi utilizada uma série de 20 suplementos que compunham a “História Ilustrada de Sorocaba”, edição especial veiculada aos domingos, durante o ano de 2004, pelo Jornal Cruzeiro do Sul, vinculado à Fundação Ubaldino do Amaral. Os responsáveis pelo projeto editorial, pela pesquisa histórico-iconográfica e também pela redação dos referidos suplementos foram Adolfo Frioli e Geraldo Bonadio.

Com o mesmo intuito, recorreu-se a Araujo Neto (2005) em que são reunidos as experiências, pesquisas e conhecimentos de diversos autores. Por fim, destaca-se ainda Silva (2000), que, em sua dissertação de mestrado tratou do desenvolvimento da indústria em Sorocaba

Nos materiais de estudo, constava que, entre 1641 e 1654, o bandeirante Baltasar Fernandes veio à região de Sorocaba tomar posse de sua sesmaria, ao longo do Rio Sorocaba. Com a chegada de sua família, a população, que se encontrava esparsa por toda a região, concentra-se ao redor da capela por ele mandada construir, no alto da colina e dedicada à Nossa Senhora da Ponte, que é hoje a Igreja Santa Ana, anexa ao Mosteiro de São Bento. Nenhum documento registra, com precisão, a chegada do fundador Baltasar Fernandes às suas terras.

O ano de 1654 foi marcado pela chegada do fundador com sua grande família. Frioli (2004) expõe:

A chegada de Balthazar Fernandes às suas paragens, para tomar posse da terra e construir sua fazenda, em data entre 1646 e 1654, apresenta como prova documental o testamento de Isabel de Proença, datado de 28 de novembro de 1654, no qual aparecem por duas vezes, referências ao sítio e à paragem do (rio) Sorocaba (FRIOLI, 2004, p. 16).

A data exata, no entanto, somente poderá ser determinada quando se reencontrar o testamento e inventário de Baltasar Fernandes, que foi visto no início do século XX, no Arquivo do Estado de São Paulo, pelo pesquisador Silva Leme. Infelizmente, o documento não foi catalogado e, desde então, ninguém conseguiu reencontrá-lo. Enquanto isso, se aceita como data de fundação de Sorocaba, o dia 15 de agosto de 1654, estabelecida pela Lei Municipal n.º 310, de 25 de fevereiro de 1953.

Mota Junior (2005, p. 79) expõe o seguinte, em relação à posição geográfica de Sorocaba:

Sua posição geográfica tornou-se importante entreposto do comércio de muares, a partir de 1733, interligando as regiões criadoras desse animal do sul do país às regiões consumidoras de São Paulo e norte da colônia portuguesa. A história mostra que esse foi um dos principais impulsos na organização da economia local até o século XIX.

Sorocaba foi a única grande cidade paulista que cresceu ao redor de um mosteiro dos monges de São Bento.

Em 21 de abril de 1660, o referido fundador doou a capela e terras para os monges beneditinos, em troca da assistência espiritual e ensino para os moradores. Tal atitude atraiu mais pessoas à região, o que favoreceu a transformação do sítio em vila, a 3 de março de 1661.

A Vila de Sorocaba transformou-se, de forma relativamente rápida, em ponto de encontro entre vendedores e compradores de muares, animais imprescindíveis para a época, pois era o único meio de transporte terrestre que o Brasil contava até então. O animal se manteria em tal condição até o surgimento das ferrovias, somente na segunda metade do século XIX.

A região de Sorocaba ficou, então, conhecida pela feira de muares, que permaneceu ativa de 1733 a 1897.

Com o capital movimentado com as atividades comerciais da feira e também com os impostos pagos em função das vendas, os sorocabanos promoveram a expansão das pequenas casas de artesanato e as transformaram em manufaturas diversificadas.

Nesse período também começa a se desenvolver a atividade que daria grande renome à cidade: a fabricação têxtil. Almeida (1969 apud ARAUJO NETO, 2005, p. 16) conta que surgiu “a fábrica têxtil na Chácara Amarela, de Manuel Lopes de Oliveira. Essa fábrica foi criada em 1852, funcionando numa casa do lado do que é hoje o Ginásio Municipal de Esportes. Como 1.º empreendimento ‘fabril’ têxtil da cidade”.

Para expandir ainda mais a cidade, foi construída, então, a Sorocabana, ferrovia inaugurada em 1875, o que muito contribuiu para o início de um novo ciclo econômico.

Em 1881, chegou ao Brasil o senhor Francisco Matarazzo, que se transformaria mais tarde no modelo do imigrante empresário. Veio para Sorocaba para abrir pequena casa de comércio. Em 1883, Francisco Matarazzo, fundou sua pequena fábrica de banha e abriu também um açougue e um armazém.

Houve, nessa época, a implantação de fábricas de tecidos, dentre elas a Nossa Senhora da Ponte (1882), a Santa Rosália e Votorantim (1890) e a Santa Maria (1897), que levaram a cidade, em 1903, a ser conhecida conforme declara Silva (2000), como “Manchester Paulista”, em referência à cidade inglesa.

A presença, em grande número, de operários têxteis e ferroviários fez de Sorocaba um dos centros de organização trabalhadora mais efervescentes do Brasil. Ao longo dos anos, a indústria têxtil perdeu força, mas a cidade continuou em fluxo de desenvolvimento e instalaram-se as indústrias de metalurgia e de mecânica de precisão.

Em 1897, durante uma das feiras de muares, uma epidemia de febre amarela tomou a cidade. Araujo Neto (2005, p. 23) destaca que tal fato “espantou os tropeiros da cidade, e mesmo parte da população, devido à grande mortalidade que causou”.

O problema não foi resolvido totalmente e houve reincidência da febre em 1899. Somente em janeiro de 1901, conseguiu-se eliminar a moléstia, combatendo o mosquito transmissor. Sorocaba venceu a doença e, graças a isso, em 1902, passou a contar com água encanada, esgoto em parte da área urbana.

A cidade, então, não parou de crescer. Segundo Carvalho (2005, p. 55):

Ao longo da última década do século XIX e os três primeiros decênios do século XX, a cidade de Sorocaba passa por uma série de transformações que vão modificar o seu cenário urbano. Para mencionar algumas: inauguração de grandes estabelecimentos industriais, aumento da população, energia elétrica, bondes elétricos, instalação da rede de água e esgotos e o espraiamento da malha urbana para além do núcleo colonial. E tais alterações estão intimamente ligadas ao adensamento do ciclo industrial na cidade.

Ainda na primeira metade do século XX, a produção industrial de Sorocaba recebeu novos impulsos, conforme o registro de Carvalho (2005). Primeiro foi pela Fábrica de Enxadas Nossa Senhora Aparecida e, na mesma época, por uma fábrica de facas e outras várias fábricas de cerveja. Dando continuidade ao ritmo de inauguração das grandes fábricas, em 1938, a Votorantim iniciou a construção de sua fábrica de cimento (FRIOLI; BONADIO, 2004).

Sobre o avanço industrial em Sorocaba, Araujo Neto (2005, p. 15) destaca:

Em Sorocaba, ao lado das grandes fábricas têxteis, surgiram empreendimentos menores, como fábricas de vinho e licores; de cerveja, de massas, de calçados, de velas; além de caieiras e de outras manufaturas e artesanatos que continuaram existindo e sobrevivendo, desde a época do auge das feiras de muars até as duas primeiras décadas do séc. XX.

No *Almanach Ilustrado de Sorocaba*, de 1914, organizado por Braulio Werneck, constam outras fábricas também existentes na cidade nessa época:

[...] Fábrica de Santa Helena – óleo, azeite, sabão, velas, algodão, etc., Engenho Santa Helena – beneficiamento de arroz, Fábrica S. José – de tecidos de malha; Duas fábricas de calçados, duas fábricas de xales, uma fábrica de gelo, diversas fábricas de cerveja, macarrão, serrarias, móveis, etc, uma fábrica de camas de ferro, além de inúmeras pequenas indústrias como; torrefação de café, moinhos de café, moinhos de fubá, refinações de açúcar, igualmente movidas à eletricidade. (WERNECK, 1914, apud ARAUJO NETO, 2005, p. 22).

Os bondes, tão representativos do início do século XX, começaram a circular em Sorocaba em 31 de dezembro de 1915. Foram retirados definitivamente de circulação no dia 28 de fevereiro de 1959, quando foram substituídos por ônibus (ARAUJO NETO, 2005).

Em relação à educação, a história começa juntamente com a fundação da cidade, pois uma das primeiras preocupações de Baltazar Fernandes, ao iniciar a fundação de Sorocaba, foi justamente o ensino. Foi esse um dos principais motivos do seu empenho em trazer os monges beneditinos para a região que, ao lado das tarefas religiosas, tinham a função de ministrar aulas de latim, canto gregoriano – disciplinas que eram indispensáveis de acordo com os padrões educacionais da época.

Os beneditinos participaram ativamente da formação educacional dos primeiros sorocabanos e esse ciclo se estendeu até 1808. Nessa época, a Câmara solicitou ao príncipe regente que fosse criada uma escola régia na cidade, mas a reivindicação somente foi atendida quinze anos depois, em 1818.

Com a proclamação da independência, o sistema de mestre régio deu lugar a um novo regime e a reformas no sistema de atuação das escolas, entre eles o Método Lancaster, que durou até o final do Império.

A instrução secundária, com aulas de gramática latina, apareceu na cidade por volta de 1834. Em 1841, foi criada a primeira escola feminina de Sorocaba; até então, as meninas só podiam estudar com freiras.

Em 1847, o professor Francisco de Paula Xavier de Toledo, depois de se aposentar, criou o Colégio do Lajeado, escola rural em Campo Largo (Araçoiaba da Serra), que funcionava

em regime de internato para meninos e meninas. A maior parte dos alunos era formada por filhos de tropeiros que frequentavam a feira de mueres sorocabana.

O Liceu Sorocabano ou Municipal foi criado pela Câmara em 1886.

Uma transformação fundamental nos rumos da educação brasileira foi a criação da Escola Normal de São Paulo, que se refletiu também sobre a formação de professores atuantes em Sorocaba. A referida escola nasceu em 1846, apoiada nas determinações do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que conferia às províncias a atribuição de legislar sobre a instrução pública e permitia, inclusive, que se criassem estabelecimentos próprios para tal fim.

Na República, o número de escolas isoladas continuava a crescer a fim de atender a população de bairros isolados, urbanos e rurais. Para dar conta dessa demanda, o governo cuidava de agrupar as classes dispersas num único estabelecimento chamado Grupo Escolar.

Por sugestão do comerciante e então vereador Antonio Padilha de Camargo, foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar de Sorocaba, 1896, que recebeu o nome de seu criador.

Vale destacar algumas informações em relação à educação do proletariado em Sorocaba, que enfrentava graves problemas. “A educação para os operários das primeiras décadas do século XX, era um verdadeiro desafio, às vezes, intransponível” (ARAUJO NETO, 2005, p. 41).

O autor ainda afirma que os problemas começavam com o analfabetismo, mas estendia-se às lutas dos trabalhadores:

Em Sorocaba, o interesse em educar o proletariado, alfabetizá-lo, já que há um século atrás, a porcentagem de analfabetos era altíssima, entrelaçava-se com a luta por melhores condições de trabalho. A conquista da jornada diária de oito horas de trabalho era vista como condição essencial para se levar adiante o projeto educacional proletário (ARAUJO NETO, 2005, p. 62).

Ainda sobre a situação da classe trabalhadora, Silva (2005) faz referência a crianças e mulheres que trabalhavam nas fábricas, recebendo baixos salários. Isso pode ser comprovado na edição do jornal *O 15 de novembro*, de três de agosto de 1899, sobre a Fábrica Santa Rosália no setor de fiação: “Nestas últimas machinas só operam crianças, meninos ágeis que é uma viva satisfação ver para allí ocupados, aproveitando santamente, o tempo em que outras malboratam na ociosidade e na preciosidade do vício” (O QUINZE, 1899 apud SILVA, 2005, p. 70).

A respeito desse excerto, Silva (2005, p. 70), comenta que “o trabalho das crianças era visto como pedagógico e educativo e evitava que a criança se “desviasse do bom caminho”. No entanto, não era apenas o interesse educativo que estava presente no trabalho infantil. Silva

(2005, p. 70) complementa: “o trabalho infantil servia como complemento dos baixos salários das famílias operárias”.

Com todas essas questões que precisavam ser repensadas e revistas, o número de escolas na cidade foi aumentando.

O segundo Grupo Escolar de Sorocaba foi criado somente 18 anos depois, em 21 de março de 1914, recebendo o nome de Visconde de Porto Seguro.

O terceiro Grupo Escolar, Senador Vergueiro, foco de análise desta pesquisa, foi instituído no ano de 1919.

Ao longo dos anos, com o crescimento da malha urbana, foi necessária a instalação de novos grupos escolares, ginásios e colégios em diferentes pontos da cidade. Apesar disso, o sistema de escolas isoladas não deixou de existir na região.

**Figura 4:** Alunos da Escola do Ipanema Região de Sorocaba, em 1929.



Fonte: Memória Fundação Ubaldino do Amaral (FUA).

**Figura 5:** Alunos escola rural isolada de Sorocaba em 1929.<sup>1</sup>

As turmas eram mistas, de diferentes séries, e a maioria dos estudantes não usava calçados.



Fonte: Projeto Memória Fundação Ubaldino do Amaral (FUA).

<sup>1</sup> Não se tem registro que comprove qual escola está retratada na figura acima. Devido à data e às características percebidas na imagem, acredita-se que seja a escola do Professor José de Azevedo Antunes ou a do Professor Joaquim Izidoro Marins.

A rede escolar estadual passou por sucessivas mudanças ao longo do tempo, e Sorocaba lutou duramente muito tempo para conseguir um avanço educacional, como o ensino ginásial e o ensino profissional, algo que outras cidades paulistas conquistaram muito antes. Sorocaba também só conseguiu um estabelecimento especializado na formação de professores, mantido pelo município, nos últimos meses da Velha República.

Em compensação, Sorocaba foi pioneira na área do ensino superior. Foi a primeira cidade a implantar, no final da década de 1940, a primeira faculdade de Medicina do Brasil fora de uma capital brasileira. Vale destacar que a expansão do ensino superior se fez, principalmente, por meio de instituições isoladas e particulares.

**Figura 6:** Formandas de 1944 e professores da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba, após missa de ação de graças, na Catedral.<sup>2</sup>



Fonte: Coleção Antonio Francisco Gaspar.

A Lei de 11 de agosto de 1972 determinava a ampliação de quatro para oito anos a duração do ensino de 1.º grau e unificou, na prática, os cursos primário e ginásial. Em função dessa Lei, em 1873 surgiram mudanças generalizadas da rede pública.

A denominação dos estabelecimentos foi também unificada, sob o título de escolas estaduais (ou municipais) de 1.º grau ou de 1.º e 2.º graus. Mais recentemente, novamente alterou a denominação das escolas, passando a Escolas Estaduais (EE), Municipais (EM) ou Escolas Técnicas Estaduais (ETE).

Esse percurso histórico ajuda-nos a compreender a formação do sistema escolar em Sorocaba, percebendo as dificuldades enfrentadas para que hoje ela seja uma rede bastante grande e complexa, com muitas unidades escolares em funcionamento. É preciso colocar em

---

<sup>2</sup> De acordo com o registro da fonte da imagem, ao contrário de outras cidades, Sorocaba só conseguiu um estabelecimento especializado na formação de professores, mantido pelo município nos últimos meses da Velha República.

destaque a presença determinante dos operários das fábricas nas lutas e conquistas da melhora do ensino.

No que se refere à cidade de Sorocaba, Ferreira (2013, p. 12) destaca que:

A análise da realidade escolar sorocabana não pode ser feita de forma isolada da realidade política vivida na cidade. Até os anos finais da década de vinte, como em outros estados, vigorava a “política dos governadores”, e na política local predominavam os “coronéis”, os “caciques”, que dependiam das benesses do poder estadual para sua sustentação. Em Sorocaba, como representante do Partido Republicano Paulista, o líder político foi Luiz Pereira de Campos Vergueiro, apoiado pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, liderança exercida no período de 1906 a 1928. Seu “mandonismo” repercutiu na realidade escolar de Sorocaba. Seu posicionamento, apesar de constantemente louvado pela imprensa conservadora, foi prejudicial ao desenvolvimento educacional da cidade. Vergueiro não considerava a escolarização necessária para as atividades profissionais. Também, para uma população predominantemente operária, o ensino secundário e o normal seriam supérfluos.

Para esta pesquisa, estes dados são importantes porque caracterizam a escola que foi tomada como foco de estudo, o Grupo Escolar Senador Vergueiro, que será melhor apresentada no tópico a seguir.

### **3.2 O Grupo Escolar Senador Vergueiro – Sorocaba (SP)**

Ainda que exposto de forma breve, conhecer o panorama educacional da cidade de Sorocaba teve como intenção contextualizar e situar o Grupo Escolar Senador Vergueiro, foco desta pesquisa.

No início do século XX, Sorocaba possuía apenas dois grupos escolares. Conforme já mencionado: o primeiro, Antonio Padilha, criado em 1896; e o segundo, Visconde de Porto Seguro, em 1914. Ambos foram instalados na região central de Sorocaba, com poucas vagas, que eram ocupadas por crianças das famílias de maior prestígio social. A falta de vagas era constante e fazia-se urgente a criação de mais um Grupo Escolar, a fim de atender aos filhos de operários, moradores do bairro conhecido por Além Ponte.

**Figura 7:** Primeira fábrica têxtil do Estado de SP – Fábrica Nossa Senhora da Ponte (Antiga denominação: Fábrica Manoel José da Fonseca)



Fonte: SkyscraperCity (SSC). Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=105353758>>. Acesso em: 31 out. 2014.

Foi assim que, em junho de 1919, foi instituído o terceiro Grupo Escolar de Sorocaba, denominado Senador Vergueiro. O estabelecimento foi instalado no prédio da Chácara Amarela, na então Praça General Osório, hoje conhecido como rua José Martins. O prédio, ainda existente, é datado de 1851 e sediou a primeira fábrica têxtil do Estado de São Paulo, que funcionou a partir de 1852, conforme já exposto neste estudo, anteriormente.

**Figura 8:** Primeira fábrica de Sorocaba e São Paulo.



Fonte: Coleção Adolfo Frioli, autor desconhecido.

Quando, em 1919, o Além Ponte ganhou seu primeiro Grupo Escolar, o bairro foi fotografado a partir da Av. São Paulo, que ainda conservava algumas características rurais, como o curral visto à direita.

Em sessão de 15 de janeiro de 1919, na coluna *Instrução Publica*, do jornal *Cruzeiro do Sul*, foi publicado o *Relatório da Administração Publica de 1918*, apresentado à Câmara Municipal de Sorocaba pelo Prefeito Augusto César Nascimento Filho. Nesse documento consta que a cidade contava com:

[...] uma população urbana de 20.000 habitantes e de 20.600 nos bairros. Na população urbana havia 2.530 crianças em idade escolar, das quais, 1.348 iam à escola (53,2%); nos bairros havia 2.606 crianças em idade escolar, das quais, 937 (35%) estavam matriculadas nas escolas isoladas existentes (JORNAL CRUZEIRO, 1919a, p. 6).

A publicação registra que havia, portanto, 2.285 alunos matriculados, no total de 5.136 crianças em idade escolar, representando 44,60%.

No citado relatório, informa-se, ainda, que na região de Além Ponte existiam 582 casas, com população provável de 3.496 habitantes, sendo 440 crianças. A população que residia nesse bairro era principalmente composta por operários da fábrica “Santa Maria”, da “Estamparia Nossa Senhora da Ponte” e da fábrica “Votorantim”. Na Escola Visconde de Porto Seguro, localizada em central, estudavam 62 crianças dessa região e, nas escolas isoladas, 58

alunos, com total de 120 crianças. A partir desses dados, conclui-se que nesse bairro fabril, a população em idade escolar – mas que não frequentava nenhuma instituição – totalizava 320 crianças.

Tal quadro confirmava a precariedade do atendimento escolar no município, provocando reivindicações populares e discussões relativas ao tema. O fato era também amplamente explorado por grupos políticos e pela imprensa local.

Depreende-se daí que a abertura do terceiro Grupo Escolar foi decidida a partir da necessidade exposta e das pressões populares e políticas:

Por decreto de ante-hontem foi criado o terceiro grupo escolar desta cidade. Graças à boa vontade e ao patriotismo do governo do Estado e graças também à operosidade nunca desmentida do nosso illustre e prestigioso chefe político Sr. Dr Luiz Pereira de Campos Vergueiro, a população de Sorocaba será beneficiada com mais esse importante melhoramento. A enorme população infantil desta cidade há muito requeria um novo estabelecimento publico, onde pudesse receber as primeiras luzes do saber. Os meninos operários, distraídos indevidamente das escolas, ate há pouco, são em numero para fornecer classes enormes para as escolas mantidas pelo governo neste município. E assim que aos enormes serviços realizados em prol de Sorocaba pelo nosso prezado chefe, vem-se juntar mais este (JORNAL CRUZEIRO, 1919b)

Em homenagem ao líder que dominava a política da cidade naquela época – Luis Pereira de Campos Vergueiro – o terceiro Grupo Escolar recebeu o nome de seu bisavô, Senador Vergueiro.

A escola começou a funcionar em 1919, com turmas masculinas e femininas, nos períodos da manhã e da tarde, sendo que nenhum aluno havia frequentado escola anteriormente, conforme declaração do professor Accacio de Vasconcellos Camargo ao Jornal *Cruzeiro do Sul* (JORNAL CRUZEIRO, 1919c, p. 2).

Apesar de representar uma conquista para a cidade, a instalação da nova escola foi feita em prédio adaptado e em condições precárias para atender as práticas educacionais. A situação demorou longo tempo para ser resolvida, apenas em 1954, que a escola mudou-se para um novo prédio, na Rua Fernão Sales, 33, local em que se mantém até hoje.

**Figura 9:** Alunos do 3.º Grupo Escolar Senador Vergueiro, em 1919, quando a escola foi inaugurada.



Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

**Figura 10:** Equipe docente do Grupo Escolar Senador Vergueiro (1919).



Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

A partir de pesquisa no “Livro de Matrícula” do então 3.º Grupo Escolar de Sorocaba, aberto em 14 de maio de 1919, pelo Diretor Accacio de Vasconcellos Camargo, foi possível verificar que nele constam as “matrículas primitivas”, isto é, aquelas feitas por pais que se

dirigiam à escola para manifestar a intenção de matricular o filho na instituição, e as “matrículas do ano lectivo”, totalizando 592 alunos, agrupados em 12 turmas.

No referido livro, constavam nome dos alunos, data de nascimento, filiação, naturalidade dos discentes, profissão do pai e endereço. Pelo documento, confirma-se que os pais dos alunos eram, na grande maioria, operários das fábricas têxteis da região, Santa Maria e São Paulo, e moradores das ruas próximas da escola.

Em relação à naturalidade dos alunos, nota-se o grande número de imigrantes, sendo que dos 90 alunos estrangeiros, 73 eram de origem espanhola; os demais vieram de países como Argentina, Itália e África, conforme comprova o registro. Também havia alunos migrantes, pois no “Livro de Matrículas” são mencionados estudantes provenientes também de várias partes do Brasil.

No ano de 1920, a escola apresentava um total de matrículas de 662 alunos (338 meninos e 324 meninas). Sinalizava ainda a existência de duas turmas de 3.º ano que não havia anteriormente. O quadro era praticamente o mesmo do ano anterior: maioria de pais operários e de origem espanhola.

Os dados colhidos no Livro de Matrículas do Grupo, no ano de 1921, atestavam a importância do estabelecimento escolar para os trabalhadores: dos 534 alunos matriculados, 499 eram filhos de operários. Desses alunos, 282 eram brasileiros; 181 eram filhos de espanhóis; 65, de italianos; três, de portugueses; dois, de sírios e um de alemão. Dentre os demais alunos, 41 eram oriundos de terras estrangeiras: 27, da Espanha; 11, da Argentina; dois, de Portugal; e um da África do Sul.

Para esta pesquisa, foi analisado o livro de matrícula dos três anos iniciais de funcionamento do Grupo escolar e foi possível observar um fato significativo, destacado no artigo por Ferreira (2013, p. 12):

[...] entre os pais com outra profissão (proprietário – 1919 e 1920) nota-se a presença de um nome – Cap. Joaquim Eugenio Monteiro de Barros, dono de extensas terras na região, que matriculou seus filhos na escola. No ano de 1920, há registro de outro filho, com alteração da profissão, que passou a ser a de Prefeito da cidade, que, assim prestigiava a escola periférica e predominantemente operária.

Em 1920, o Estado de São Paulo instituiu a “Reforma da Instrução Pública de 1920”, proposta por Sampaio Dória, implementando o ensino primário gratuito e obrigatório, com duração de dois anos e matrícula inicial aos nove anos. Os programas foram assim reduzidos, devido ao grande número de analfabetos e orçamento insuficiente para construção de novas escolas. Dessa forma, foi colocado em prática o compromisso democrático e republicano de dar

instrução para todos, sem privilegiar as classes mais abastadas, implementando a ideia da universalização do ensino primário (NAGLE, 2001, p. 267).

É possível inferir que a educação foi também permeada por interesses dos empresários, que desejavam que a mão-de-obra, para o trabalho nas fábricas, fosse minimamente preparada, enquanto o poder público pretendia que os movimentos grevistas, que estavam fervilhando na época, fossem, por meio das práticas disciplinadoras escolares, contidos.

Por outro lado, os documentos aqui apresentados sugerem que a conquista da instalação da escola, apesar de deficiente, foi resultado de anos de lutas dos operários.

Sobre isso, Araujo Neto (2005) relata a publicação de carta escrita pelo professor Joseph River, publicada no Jornal O operário, em que faz referência ao “[...]baixo nível cultural da classe operária” (p. 78). O autor, então, reflete sobre a questão:

[...] pelo fato de os libertários tentarem dar vida aos seus ideais de “libertação” da sociedade através do levante espontâneo das massas, necessitava-se que a grande massa operária fosse profundamente educada e “conscientizada”. Por isso, faziam da questão da educação o pressuposto básico para a “libertação dos que tudo produzem” e da queda de todos os sistemas de dominação (ARAUJO NETO, 2005, p. 78).

Como se pode notar, havia muitas questões a serem resolvidas no âmbito escolar sorocabano, especialmente no que se referia às escolas que abrigavam os filhos de operários, pois as demandas e exigência de melhora eram visíveis.

A longa história da escola atravessando quase um século de mudanças na cidade e no país, constitui, pois, cenário apropriado para o estudo da inspeção escolar no decorrer do tempo. Tendo compreendido o contexto do Grupo Escolar Vergueiro, passa-se agora ao levantamento e análise dos chamados Termos de Visita, produzidos pelos inspetores que frequentavam a referida escola.

## **4 OS TERMOS DE VISITA DOS INSPETORES DO ENSINO NO PERÍODO DE 1919 A 1950, NO GRUPO ESCOLAR SENADOR VERGUEIRO, EM SOROCABA (SP)**

O estudo exigiu a leitura pormenorizada dos termos de visita no período em investigação a fim de localizar vestígios nos registros, que pudessem identificar a inspeção como fiscalizadora ou orientadora.

### **4.1 Registros do inspetor do ensino de 1919 a 1950: fiscalização ou orientação?**

No período de 1919 a 1950, contabilizam-se a seguinte quantidade de Termos de Visita analisados: na década de 1920, 44; na década de 1930, 74; na década de 1940, 49; e na década de 1950, até o fechamento do livro, em 13 de março de 1952, quatro. Apesar de termos uma soma de 171 Termos de Visita analisados, escritos por diversos inspetores, notou-se que todos possuíam uma idêntica estrutura geral, mesmo sendo escritos em diferentes épocas.

Os itens que compõem esses documentos são, com pequenas variações: identificação da escola; referência ao número de matriculados por turma; registro referente ao percentual de faltantes; descrição do ambiente escolar quanto a asseio e disciplina; o correto preenchimento de documentos, como livro de matrícula, chamada, de exames ou Caixa Escolar; avaliação da aprendizagem ao ministrar aula e proposição de testagem de conhecimento a partir de exercícios elaborados pelo próprio inspetor; impressões gerais quanto à atuação do professor e do gestor; recomendações, geralmente de cunho impositivo.

Há que se destacar que a análise dos Termos de Visita dos inspetores, dentro do percurso histórico proposto por este estudo, corrobora para a compreensão da educação em seus mais variados aspectos, como as representações dos profissionais da educação, as concepções sobre organização da escola, as práticas educativas, o formato dos exames, entre tantos outros pontos que os vestígios dos registros denunciam.

É preciso acrescentar, ainda, que, para analisar os Termos de Visita, foi necessário revisitar as legislações do período a que se dedica este estudo. A ideia é identificar a composição organizacional do Ensino Público, bem como as incumbências de cada membro dentro do processo escolar, de acordo com o que prescreve a lei.

## 4.2 As inspeções escolares na década de 1920: registros dos Termos de Visita

Antes da reflexão sobre a atuação do inspetor nas escolas, é preciso compreender a estrutura organizacional da Inspeção Geral do Ensino Público, prevista em lei. Essa breve investigação visa localizar o inspetor no organograma, para que se possa mergulhar na análise tendo o conhecimento de que lócus ela foi realizada.

Para tanto, foi analisado, inicialmente o Decreto n.º 1.883, de 6 de junho de 1910, que teve por finalidade reorganizar a Inspeção Geral do Ensino Público. Em seu Capítulo I, chamado de *Organs da direcção e inspecção do ensino*, determina:

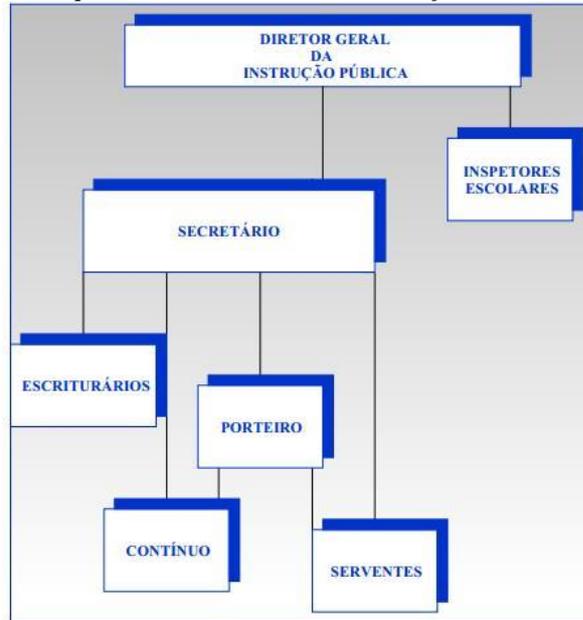
**Art. 1.º.** A direcção e inspecção do ensino serão exercidas pelo Governo, por intermédio de um director geral com jurisdição em todo o Estado, o qual será auxiliado por inspectores escolares, pelas Câmaras Municipaes e pelas comissões de propaganda do ensino, com as atribuições constantes deste regulamento (SÃO PAULO, 1910).

No mesmo Decreto, agora no Capítulo II, Sobre a Directoria Geral da Instrução Pública, consta no Artigo 2.º:

Fica creada a Directoria Geral da Instrução Pública que será composta de:  
 1 director-geral;  
 16 inspectores escolares;  
 1 secretário;  
 3 escripturários;  
 1 porteiro;  
 1 contínuo;  
 2 serventes (SÃO PAULO, 1910).

O organograma a seguir, criado por Paulo (2010), pode ilustrar a referida composição.

**Figura 11:** Hierarquia Da Diretoria Geral Da Instrução Pública Paulista (1910).



Fonte: PAULO, Marco Antonio Rodrigues. A organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista: estudo sobre o regulamento da diretoria geral de 1910. 256f. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007, p. 92.

No artigo 3.º do mencionado Decreto, encontra-se:

A Directoria Geral da Instrução Pública, além da inspecção e fiscalização das escholas, incumbe tratar:

- a) De assumptos relativos à organização pedagógica em geral
- b) De questões relativas à hygiene escholar propriamente dita;
- c) Da estatística escholar;
- d) Da organização e publicação do Anuario do ensino, bem como de obras de educação, revistas pedagógicas e manuaes didacticos (SÃO PAULO, 1910).

Tendo em vista que esta pesquisa delimita-se a verificar a atuação dos inspetores escolares, vale explicitar do mesmo Decreto, o que dispunha o *Capítulo IV – Dos inspectores escolares*:

**Art. 17.** Os inspectores escolares, no desempenho de suas funções, cumprirão as ordens que receberem do Governo ou lhes forem transmittidas pelo director geral.

**Art. 18.** Incumbe ao inspector escholar:

- 1.º Comparecer todos os dias na Directoria Geral quando não estiver em serviço determinada pelo director, afim de o auxiliar nos trabalhos que lhe forem confiados;
- 2.º Visitar com frequência as escholas da zona a seu cargo de accôrdo com as instrucções do director geral, lavrando termo de sua visita;
- 3.º receber queixas, reclamações e representações sobre o serviço a seu cargo, transmitindo-as ao director geral, quando não tenha competência para as resolver;
- 4.º Instruir os directores de grupos e professores sobre o cumprimento de seus deveres;

5.º Guiar os directores de grupos e professores na organização technica das suas classes e na adopção DAE methodos e processos de ensino recommendados pelo director geral;

6.º Impor penas que forem de sua competência aos directores de grupos e professores por faltas que commetterem;

7.º fazer conferências publicas sobre assumptos que interessem ao ensino e contribuam para a educação cívica do povo;

8.º enviar mensalmente ao director geral uma exposição dos serviços realizados;

10. Apresentar annualmente ao director geral um relatório minucioso sobre o ensino na zona percorrida propondo melhoramentos e modificações que julgar conveniente introduzir no regimen escolar, manifestando sua opinião a respeito dos professores;

11. Promover, de accordo com as municipalidades, o serviço de estatística escolar;

12. Propor ao director geral, fundamentando a proposta, a inclusão do nome dos professores no “Livro de Honra”, da directoria geral;

13. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações do Governo e do director geral relativas ao ensino.

**Art. 19.** A inspecção e fiscalização das Escolas Complementares do interior, vem como dos grupos escolares, escolas reunidas e isoladas, situadas nos municípios em que funcionem aquellas, ficarão a cargo de um só inspector escolar (SÃO PAULO, 1910).

Como se pode notar na legislação supracitada, as incumbências destinadas à inspecção e fiscalização eram muitas e variadas. Tendo em vista a relação dessas atribuições, é interessante que se analise, agora, os Termos de Visita propriamente ditos, a fim de perceber, na prática dos inspetores, o que de fato era realizado.

Vale ressaltar uma vez mais que esta análise está centrada no Grupo Escolar Vergueiro – Sorocaba (SP), portanto, a seguir, foram destacados alguns excertos que nos dão a dimensão das ações dos inspetores na referida escola.

A primeira visita do inspetor de ensino no Grupo Escolar Senador Vergueiro ocorreu em 21 de agosto de 1919 e, nele, o senhor José (ilegível) de Brito mencionou a instalação recente do 3.º Grupo Escolar de Sorocaba.

Visitei hoje, o Grupo Escolar Senador Vergueiro sob a *criterosa* direção [...] Tive a satisfação de ver que este Grupo Escolar, instalado a tão pouco tempo funciona com a precisa regularidade, boa disciplina e já notável aproveitamento dos alunos (José [ilegível] de Brito – Termos de visita, p. 1, *ipsis litteris*).

Na ocasião, o diretor do Grupo Escolar era o professor Accacio de Vasconcelos Camargo.

Por meio da leitura desse documento, verificou-se que as principais ações do inspetor foram a verificação da regularidade do estabelecimento, a disciplina, o aproveitamento dos alunos, cuja adjetivação dada pelo inspetor foi: “notável”. O referido inspetor verificou, ainda, o número de alunos presentes, matriculados e analfabetos.

**Figura 12:** Turma masculina do Grupo Escolar Senador Vergueiro (1919).



Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

Nove meses mais tarde, mais precisamente em 19 de maio de 1920, o Grupo Escolar Senador Vergueiro recebeu a segunda visita de um inspetor de ensino, desta vez o professor Armando de Araujo, em cujo registro informou que era a primeira vez que inspecionava aquela escola. Registrou ainda: “o Grupo recebeu 101 alumnos analphabetos que com os repetentes de 1919, perfazem um total de 301 alumnos analphabetos” (Termos de visita, p. 1, *ipsis litteris*).

No mesmo documento, anotou número de matriculados e a frequência deles: “compareceram ao estabelecimento, nesta data, 368 alumnos, sendo 176 da secção masculina e 192 da secção feminina” (Termos de visita, p. 1, *ipsis litteris*). Em seguida, destacou o asseio e conservação do prédio, assinalando que “as paredes estão em bom estado, não apresentando vestígios de pregos, nem riscos ou arranhaduras”. (Termos de visita, p. 1, *ipsis litteris*). Ainda no setor administrativo, conferiu que a escrituração estava em dia assinalando a expressão: “É feita com limpeza”. (Termos de visita, p. 1, *ipsis litteris*). Por fim, assistiu às aulas e realizou “nos 3º anos, exames de calligraphia”. Conferindo a regularidade de todos os itens a que veio inspecionar, conclui: “Nenhuma modificação fiz, recommendando apenas ao Sr. Diretor que aguardasse as novas instruções da Directoria Geral” (Termos de visita, p. 1, *ipsis litteris*).

Nota-se que houve um espaço de tempo considerável entre a primeira e a segunda visita dos inspetores. Essa lacuna confirma a insuficiência de inspetores para atender a demanda das instituições educacionais, fato já anunciado neste estudo quando analisado o contexto histórico da época.

Outro ponto a se considerar na leitura desse Termo de Visita é que a preocupação da inspeção está centrada em questões quantitativas, quais sejam número de alunos matriculados; número de analphabetos; quantidade de alunos frequentes; a precisão da escrituração;

Vê-se que o inspetor, nesse contexto, detinha grande poder sobre a escola, atuando de modo a determinar medidas ou mudanças a serem tomadas na escola. Isso pode ser comprovado quando lê-se nos registros: “nenhuma modificação fiz” e na solicitação para que o diretor “aguardasse as novas instruções da Directoria Geral”, ou seja, caso alguma irregularidade fosse encontrada ou mesmo algo que não estivesse dentro do padrão esperado, infere-se que o inspetor teria feito apontamentos a fim de que a escola a seguisse.

Em 18 e 20 de outubro de 1920, a escola recebeu outro inspetor, o professor José Ribeiro E. que, assim como o inspetor anterior, revela ser a primeira inspeção naquela unidade de ensino. Como de costume, registrou o número de alunos matriculados, os analfabetos e o número daqueles que aprenderam a ler no ano corrente. Assistiu à aula, examinou trabalhos gráficos. E anota sucintamente: “Dei uma orientação sobre calligraphia”. (Termos de visita, p. 1, *ipsis litteris*). Não fica claro que tipo de orientação foi dada pelo inspetor, se de ordem técnica ou pedagógica.

A presença de três diferentes inspetores no Grupo Escolar, em um prazo de aproximadamente um ano, provoca a reflexão acerca da descontinuidade do trabalho de inspeção, uma vez que não se encontram anotações de acompanhamento, especialmente de ordem pedagógica. Há que se destacar que o direcionamento pedagógico é visto aqui como orientador dos problemas de aprendizagem, foco primeiro da escola, ou seja, significa pensar estratégias para garantir que o aluno tenha o desenvolvimento esperado para sua idade e para a sua série. Entretanto, nos Termos de Visita analisados não se tem registro de que tenha sido apresentada pelo inspetor, durante suas visitas, alguma orientação que pudesse contribuir para a aprendizagem dos alunos. Os Termos não aparentam ter o foco pedagógico como o mais importante do trabalho de inspeção. Isso leva a inferir que a ação do inspetor é muito mais de verificação pontual que de acompanhamento do processo educacional.

Essa reflexão fica comprovada ao analisar novo Termo de Visita, este realizado no dia 19 de fevereiro de 1921. Novamente, tem-se outro supervisor, professor Carlos B. Consta que se apresentou no Grupo Escolar em questão e basicamente seguiu a mesma rotina de inspeção do último supervisor, apontando: “[...] Assisti algumas aulas e examinei os trabalhos graphics” (Termos de visita, p. 2, *ipsis litteris*).

Nos dias 28 e 30 de maio de 1921, o professor Carlos B. retornou à instituição educacional. A partir de então, verificou-se certa estabilidade nas visitas, sendo realizada por esse mesmo profissional.

No primeiro dia da visita de maio, conferiu a seção feminina e, no segundo, a masculina. Destaca-se aqui, em relação às seções visitadas pelo supervisor, a rígida separação

existente nos prédios dos Grupos Escolares entre as seções masculina e feminina, exigindo, pelo regimento, a existência de alas distintas para cada gênero. Os recreios, da mesma forma, eram devidamente separados.

Na referida visita, consta que o professor Carlos B. assistiu às aulas e examinou trabalhos gráficos. Desta vez, além de cumprir as atividades costumeiras – como registrar número de alunos matriculados, de analfabetos e presentes – o inspetor registrou sua impressão do Grupo Escolar: “estabelecimento de ensino que continua a funcionar com regularidade” (Termos de visita, p. 2, *ipsis litteris*).

Nota-se aqui que houve a visita do mesmo inspetor em um razoável período de tempo, o que lhe permitiu uma observação de caráter afirmativo em relação ao Grupo Escolar. O verbo auxiliar “continua” confirma-nos essa ideia. Porém, há que se notar que a observação ainda está centrada na questão de regulação e ordenação escolar, expressa por “funcionar com regularidade”.

Nos dias 7 e 11 de outubro de 1921, o mesmo inspetor voltou à escola Senador Vergueiro. Ficou registrado o número de alunos matriculados, analfabetos, os presentes e o número daqueles que aprenderam a ler até a data da redação do termo: “foram aphabetizados até esta data 165 alumnos” (*ipsis litteris*). Registrou, ainda, o asseio, a ordem e a disciplina da escola. Ao final acrescenta: “Realisei nos primeiros anos de ambas as secções exame de linguagem escripta” (*ipsis litteris*).

Nesse termo, reafirma-se que aspectos de ordem e disciplina escolar eram a tônica constante na observação do inspetor, bem como o número de analfabetos e alfabetizados e dos que estavam, de fato, presentes na escola.

Novamente, o inspetor Carlos B. esteve no Grupo Escolar Vergueiro, nos dias 22 e 28 de abril de 1922. Desta vez, foi recebido pelo então diretor, senhor Fernando Rios. Não há, porém, explicação em relação à mudança da direção escolar; consta apenas que fez as inspeções rotineiras.

Para uma vez mais conferir a ordem escolar, nos dias 06 e 07 de outubro, o mesmo inspetor esteve no Senador Vergueiro, quando registrou a regularidade no funcionamento da escola, anotando, como fazia habitualmente, o número de alunos matriculados e de analfabetos, além dos novos matriculados e dos repetentes. O professor Carlos B. também assistiu às aulas, constatando que: “tendo tido a oportunidade de assistir algumas aulas pelas quais confirmei a boa orientação do ensino” (Termos de visita, p. 2, *ipsis litteris*).

Nessa visita, examinou os exercícios escritos e a escrituração. Fez recomendações principalmente sobre “as aulas de instrução moral e cívica, canto, jogos gymnasticos e trabalhos

manuais” (Termos de visita, p. 2, *ipsis litteris*). Ao final, conclui: “Notei com grande satisfação que a frequência do estabelecimento tem melhorado consideravelmente graças ao esforço, nesse sentido empregados pelo diretor e que nos autorisa a esperar ainda resultados melhores” (Termos de visita, p. 3, *ipsis litteris*).

O referido inspetor pôde verificar que a frequência dos alunos havia melhorado e teceu elogio ao diretor. Há de se destacar que, nos Termos de Visita lidos até então, trata-se do primeiro elogio registrado por um inspetor.

Por outro lado, anota que há ainda expectativas de melhores resultados, o que nos leva a refletir em relação à exigência e a espera de avanço da instituição escolar. Destaca-se ainda a escrita bastante formal, assim como a relação entre as pessoas. Isso, acrescido da exigência e expectativa do inspetor, torna evidente o caráter verificador de práticas e organização do grupo de ensino.

Em 17 de fevereiro de 1923, o inspetor registrou a regularidade no funcionamento da escola. Nessa visita, também verificou e inspecionou providências quanto a matrículas e frequência, dando instruções para melhora da ação da escola nesses últimos: “ver a necessidade que há de procurarem os pais de alumnos faltosos não só para verificarmos a procedência das justificações, como também para que sejam contadas as faltas cujo motivo não seja doença”. (Termos de visita, p. 3, *ipsis litteris*).

Nesse mesmo documento, o inspetor fez referência nominal ao professor da classe com maior número de alunos presentes: “A classe que melhor frequência apresenta, no dia da visita foi o 2º amno B [...] regidos pelo professor Antonio de Aguiar no qual estavam presentes todos os alumnos matriculados (42)” (Termos de visita, p. 3, *ipsis litteris*). É preciso sublinhar aqui que o fato de se ter elogiado nominalmente o docente que possui maior frequência de alunos. Isso confirma que o foco da supervisão estava na fiscalização da presença dos discentes. Via-se nos Termos frequente menção ao número de alunos presentes, demonstrando tal preocupação.

Reafirma-se novamente essa ideia quando, no mesmo documento, o inspetor destaca que a frequência da escola havia melhorado e em relação a tal fato fez elogio ao diretor e auxiliares: “a boa vontade do Sr. Diretor e seus auxiliares que com a execução das medidas aconselhadas e de outras que foram julgadas convenientes...” (Termos de visita, p. 3, *ipsis litteris*). O registro evidencia que a execução daquilo que foi sugerido é verificado posteriormente pelo inspetor. Além disso, é possível perceber que o elogio refere-se não apenas à gestão escolar, mas, em segundo plano, de suas orientações bem sucedidas, orientações essas que estão focadas apenas na frequência dos alunos, não na qualidade da aprendizagem.

Nesse mesmo dia, deu início à atividade de grafia, mas registrou que não completou naquela data. Mencionou as circulares expedidas pela Delegacia Regional de Ensino e registrou o cumprimento delas: “As circulares expedidas pela Delegacia Regional de Ensino sob os n.º 17, 38, 25, 21, 60, 37, 57, 41, 60, 55, 62 têm sido cumpridas” (Termos de visita, p. 2, *ipsis litteris*).

Nesse último Termo analisado, encontram-se alguns dados inéditos. O primeiro refere-se à orientação do inspetor para que a escola entrasse em contato com os pais dos alunos para que estes justificassem a ausência de seus filhos. Verifica-se a preocupação com a relação entre matriculados frequentes da escola. O segundo dado, bastante interessante, inclusive, é que as faltas apontadas por motivo de doença poderiam ser abonadas, isso pode ser inferido pelo trecho “para que sejam contadas as faltas cujo motivo não seja doença” dos alunos. Outro dado a ser destacado é o elogio à professora que tinha o maior número de alunos frequentes. Esse é mais um indicativo de que a ideia que se tem de inspeção é justamente o de verificar se a escola está empenhando seus esforços em manter a ordem e regulação previstas. Isso, inclusive é mencionado ao final do Termo de Visita, quando o inspetor elogia o diretor e seus auxiliares e, por fim, assinalada o cumprimento das “circulares expedidas pela Delegacia Regional de Ensino” por parte da escola.

Em 30 de abril, estando em nova visita na escola, o inspetor instruiu sobre a obrigatoriedade do ensino para todas as crianças: “Estive hoje neste Grupo Escolar, em comunicação especial sobre a obrigatoriedade ao ensino” (Termos de visita, p. 3, *ipsis litteris*). Voltando novamente em 28 de maio, o inspetor registrou o número de alunos matriculados, analfabetos e os presentes.

A próxima visita do professor Carlos B. aconteceu em 23 de julho e também no sábado anterior. Foi então recebido pelo adjunto Eurico Mendes e registrou que assistiu às aulas, examinou trabalhos gráficos e de escrituração. Deixou registrado: “O ensino está sendo bem ministrado e é regular o aproveitamento dos alumnos” (Termos de visita, p. 4, *ipsis litteris*)

Nesse Termo, encontra-se outro dado inédito: o inspetor aponta nominalmente uma das professoras, cuja classe apresenta baixo rendimento: “Notei que é muito fraca a classe cuja regência está confiada à adjunta d. Leondilina Rolim” (Termos de visita, p. 4, *ipsis litteris*). Essa anotação demonstra, mais uma vez, o poder que o supervisor detinha à época, pois o fato de anotar o nome da professora soa como uma forma de repreensão, especialmente quando usa a expressão “cuja regência está confiada à”. Nessa construção, o uso do pronome relativo “cuja” indica a posse da regência, o que pode sugerir que a responsabilidade recai sobre aquela que exerce tal ação. Há que se destacar também o uso da palavra “confiada”, ou seja, a quem se

confiou uma classe, ditando o tom da responsabilidade do professor para com a sua turma. De fato, em última instância, a sala de aula e o aprendizado dos alunos são de responsabilidade do docente, mas é preciso salientar que ele não detém toda responsabilidade pelo fracasso escolar, pois, além de um contexto social em que figuram esses alunos, há também a estrutura escolar e política educacional, que sempre devem ser levadas em conta.

Para completar a visita, o inspetor registrou o número de matriculados, analfabetos e os presentes, fazendo ressalva quanto à frequência dos estudantes quando anota que estes estão na escola “não só com referência aos dias da visita” (Termos de visita, p. 4, *ipsis litteris*). Mencionou, entretanto, que há “por parte dos alumnos o abuso das entradas tarde, que convém fazer desaparecer” (Termos de visita, p. 4, *ipsis litteris*).

Registrou, ao final, que nenhum professor atingiu o número de faltas regulamentadas, mas citou, nominalmente, os docentes mais faltosos. É fato que se deve ressaltar que, por meio da análise dos documentos feita até o Termo em questão, a prática de indicar nominalmente o professor é comum e frequente, quer pela sua atuação, seja positiva ou negativa, quer pelo número considerado elevado de faltas às aulas. Apesar de uma ação habitual, não deixa de evidenciar a função controladora da inspeção.

Esses dois últimos dados apresentados confluem à ideia de que há rigidez, fiscalização e autoridade no papel do inspetor.

Pelo registro datado de 23 de julho de 1923, é confirmada a presença de um adjunto, que demonstra em suas anotações a preocupação em verificar como as aulas estavam sendo ministradas, bem como avaliar o aproveitamento dos alunos.

Em 6 de outubro de 1923, o Grupo Escolar recebeu, juntamente com a visita do inspetor, a presença do Delegado do Ensino, senhor Mariano Costa. Apesar de o evento não ser usual, o único registro no Termo refere-se exclusivamente ao número de alunos matriculados e dos presentes. Infere-se, com isso, que o ponto de atenção das visitas era, tão somente, em relação aos aspectos quantitativos – e não qualitativos – do espaço escolar.

Em 1.º de novembro de 1923, o mesmo inspetor registrou o número de alunos matriculados e os presentes. Destacou que “a escripturação está em dia e as crianças têm merecido dos Srs. diretor e professores a melhor atenção” (*ipsis litteris*). O referido inspetor citou nominalmente, mais uma vez, os docentes faltosos. Possivelmente, a intenção do registro nominal era a de coibir as ausências em excesso na forma de exposição dos docentes.

Ainda no mês de novembro do referido ano, precisamente no dia 16, o inspetor fez nova visita ao Grupo Escolar, pois, conforme previa a lei, ao final do ano letivo, o inspetor deveria assistir aos exames finais, o que o fez nessa data. Os exames finais presenciados pelo

professor Carlos B. eram de linguagem escrita. Para finalizar o registro, anotou o número de alunos matriculados e os presentes e, novamente, citou os docentes faltosos.

Em 18 de fevereiro de 1924, o inspetor destacou “Estive hoje, em visita a este Grupo Escolar, dando as instruções recomendadas pela Delegacia Regional de Ensino para a boa marcha do ensino” (Termos de visita, p. 5, *ipsis litteris*). Verifica-se que há a intenção de instruir o cumprimento das determinações dos órgãos por ele representado. Inclusive emprega o mesmo termo da legislação, que seria “*boa marcha do ensino*”. Isso denota a sintonia entre o inspetor e a instituição central, executando-se, assim, o papel de cumpridor das regras estabelecidas às escolas da época. Como não poderia deixar de ser, registrou no Termo de Visita o número de alunos matriculados e também os presentes.

Em 17 de março do mesmo ano, inspetor Carlos foi atendido pelo diretor Fernando Rios. Deixou registrada a regularidade no funcionamento da escola, assim como o número de alunos matriculados e os presentes. “Examinei os livros de chamada de classe notando algumas falhas que o Sr. Diretor providenciará para que desapareçam” (Termos de visita, p. 5, *ipsis litteris*). Deu ainda instrução para os trabalhos gráficos. Registrou que a matrícula estava sendo feita em papel avulso, por não haver livro apropriado.

Por meio do relato presente no Termo, consegue-se apreender muitas questões que contextualizam tanto a atuação do inspetor quanto a o próprio contexto educacional da época. O fato de haver periódicas verificações dos livros de chamada evidencia o caráter fiscalizador das visitas. Outro ponto importante é o uso de algumas expressões. Em relação ao trabalho com os professores, há indícios de que eram dadas instruções. “Instruções” nos remete à ideia de um discurso injuntivo. Caso a palavra usada fosse “orientações”, a relação entre inspetor e corpo docente teria caráter muito diferente, pois estaria relacionado à ideia de contribuição e direcionamento do trabalho. Vê-se, portanto, que a intenção não era outra senão a ação imperativa do inspetor.

Um último ponto desse trecho a se destacar refere-se à menção de o inspetor aceitar que as matrículas fossem feitas em papel avulso. Visto seu papel sempre impositivo, infere-se que, se foi aceita uma ação que não estava dentro das regras gerais, certamente é porque havia escassez de material para a organização escolar.

No dia 28 de abril de 1924, o inspetor registrou novamente que deu instruções para o diretor “para o desempenho das funções de auxiliar de inspeção” (Termos de visita, p. 6, *ipsis litteris*). Nesse dia, fez visita aos primeiros anos. Como de costume, anotou o número de alunos matriculados e os presentes e destacou: ordem, asseio, disciplina e também que a escrituração estava correta.

É fato, como já mencionado anteriormente, que as anotações dos termos pareciam ser padronizadas, tão repetitivas são algumas informações. O que se destaca é uma ou outra medida que era indicada pelo inspetor para manter a ordem e a regularização da escola. Nesse último termo analisado, o destaque fica por conta da nomeação do diretor como “auxiliar de inspeção”. Isto cumpre com a agenda educacional do momento, pois é possível perceber que a intenção é tê-lo como cumpridor, executor e fiscalizador daquilo que é determinado pelos órgãos centrais.

No dia 24 de maio de 1924, o inspetor iniciou o termo da seguinte forma: “Em serviço da obrigatoriedade escolar, estive hoje, neste estabelecimento” (Termos de visita, p. 6, *ipsis litteris*). Anotou o número de alunos matriculados e dos presentes. Examinou cadernos e apontou que as matrículas continuavam sendo feitas em papel avulso por não ter livro apropriado.

A expressão “em serviço da obrigatoriedade escolar” demarca que sua presença no ambiente escolar evoca suas obrigações e competências legais, ou seja, há uma regulação também para o inspetor cumprir os serviços determinados pelos órgãos centrais.

Em 30 de maio, o professor Carlos B. limitou-se a registrar os 212 alunos matriculados, 204 presentes e fez referência que, dos primeiros anos, 140 alunos eram analfabetos. Apesar de ser um número que causa estranhamento, há que se considerar que ainda era início do ano. Por outro lado, não há nenhuma orientação do inspetor para que tal situação fosse modificada.

Em 14 de junho e em 7 de julho de 1924, o inspetor Carlos B. registrou a regularidade no funcionamento. Escreveu quanto às matrículas: “recomendando que a matrícula de crianças nas [ilegível] à prevista na presente ordem só poderão ser feitas mediante despacho de requerimento do Governador ao Sr. Secretário do Interior e apresentação de certidão de idade” (Termos de visita, p. 6, *ipsis litteris*). Apesar de ilegível, é possível perceber que a matrícula a que se refere fugiria das normas e, portanto, necessitaria de outros procedimentos e medidas para se levar a termo. Nesse Termo, como é esperado, não deixou de registrar o número de alunos matriculados e dos presentes.

Ainda nesse documento, consta que o inspetor assistiu à aula e fez observações diretamente para os professores, porém, nada consta sobre o cunho de tais observações. Examinou também os trabalhos de escrituração e finalizou afirmando que a escola estava em ordem, asseada e mantendo a disciplina.

Florentino Belle (inspetor substituto) e o Dirigente Regional ... Costa estiveram, em 27 de outubro de 1924, no Grupo Escolar Senador Vergueiro. Em seus documentos de visita expressaram: “Percorri todas as classes do período da tarde, e notei que funcionavam com a sua

habitual regularidade” (Termos de visita, p. 7, *ipsis litteris*). Nada mais do que isso foi registrado. Imagina-se que nada estivesse fora do regular para merecer algum destaque.

Por reincidir a visita do Delegado, supõe-se que a atenção estava na verificação da regularidade de funcionamento escolar.

O inspetor Rodolpho C. S. Pereira, em 28 de março de 1925, visitou a escola e as classes. Anotou a ordem, o asseio e a disciplina escolar. Registrou o número de alunos matriculados e também os presentes.

Em 11 de junho do mesmo ano, por força do Decreto n.º 3.858, o Presidente do Estado de São Paulo decretou nova estrutura para a inspetoria educacional. Em relação a suas determinações, foram destacados alguns de seus itens.

**Art. 1.º.** A Directoria Geral da Instrucção Publica, subordinada ao Secretario do Interior, é a repartição encarregada da organização technica e da fiscalização do ensino e, bem assim, da execução das resoluções do Governo sobre o mesmo, em todo o Estado. [...]

**Título II.** Da Administração e direção do ensino, estabelece:

**Art. 3.º.** A direção suprema do ensino de São Paulo cabe ao Presidente do Estado, directamente auxiliado pelo Secretario do Interior e Director Geral da Instrucção Publica.

**Art. 4.º.** O Director Geral da Instrucção Publica terá sob sua dependencia as seguintes autoridades escolares: 5 inspectores geraes; 6 inspectores especiaes; 50 inspectores districtaes, e auxiliares de inspecção.

**§ único.** Os inspectores districtaes residirão na séde dos districtos respectivos (SÃO PAULO, 1925).

Fica explícita também a distribuição dos inspetores, segundo seu âmbito de ação:

**Art. 8.º.** Os seis inspectores especiaes serão assim distribuídos: um de trabalhos manuaes das escolas masculinas; uma de trabalhos manuaes das escolas femininas; uma de escolas maternas e creches; um de musica; um de desenho; um de exercicios physicos.

**§ único.** Os inspectores especiaes têm funcções sómente technicas, com exercicio em todas as escolas complementares, normaes, profissionaes e primarias (SÃO PAULO, 1925).

Nesse mesmo decreto, fica estabelecida a divisão do Estado para que a fiscalização do ensino se concretize, conforme disposto no artigo 10:

**Art. 10.** Para os efeitos da fiscalização do ensino, ficará o Estado dividido em 50 districtos escolares, repartidos por quatro zonas de inspecção.

**§ único.** Um inspector geral ficará com a fiscalização e orientação das escolas normaes e suas annexas e gymnasios do Estado (SÃO PAULO, 1925).

Já sob vigência da nova legislação e, portanto, das novas atribuições, em 15 de outubro de 1925, houve a visita de um inspetor distrital ao grupo escolas Senador Vergueiro. O senhor Luiz Amaral Wagner foi recebido pelo diretor José Odin de Arruda. Desde o início de nossa análise dos Termos, isto é, a partir de 1919, este foi o primeiro registro de visita de um Inspetor Distrital. Ele anota o seu propósito claramente: “conhecer a orientação do ensino e o adeantamento dos alunos” (*ipsis litteris*). O referido inspetor escreveu:

*Concluindo a visita de inspecção que iniciei no começo deste mez, estive hoje neste estabelecimento, que funciona com muita regularidade sob a direcção do prof. José Odin de Arruda. Ele percorreu as classes para, conforme registrou: “Percorri demoradamente as classes...procurando conhecer a orientação do ensino e o adeantamento dos alumnos, recebendo boa impressão de quanto observei (Termos de visita, p. 7, *ipsis litteris*).*

Anotou também o número de alunos matriculados e os presentes.

Somente a partir de 1926 foi possível detectar a presença, na escola, de um novo personagem dessa esfera de inspecção; trata-se dos inspetores auxiliares. Conforme pode-se apreender pelas anotações, esses inspetores auxiliares visitavam as escolas para orientar sobre o ensino do componente em que eram os especialistas. Ernani, inspetor auxiliar de desenho, em 27 de março de 1926, fez orientação sobre o ensino de desenho na escola.

A presença de inspetores denominados “auxiliares”, seja de desenho, exercícios físicos, trabalhos manuais, sugeria a atuação, mesmo que embrionária, daquele que hoje é chamado de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, cuja habilitação específica do componente o torna especialista para auxiliar na orientação dos docentes do quadro do magistério em reuniões e visitas a sala de aula, nas instituições escolares.

Em 30 de março de 1926, Luiz Amaral Wagner, Inspetor Escolar Distrital, e Pedro Voss Filho, Inspetor auxiliar de exercícios físicos, estiveram no Grupo Escolar Senador Vergueiro. No Termo escrito por eles, mencionaram a ordem e asseio dos alunos. Pedro Voss visitou as classes e fez orientação da sua especialidade. E, quanto ao ensino, fizeram o seguinte comentário: “perfeitamente de accordo com a exigência pedagógica actual” (Termos de visita, p. 8, *ipsis litteris*).

Outro inspetor auxiliar de trabalhos, Bayesa da Silva, visitou as classes do Grupo Escolar. Nessa visita, datada de 4 de junho de 1926, o Inspetor auxiliar de trabalhos visitou as classes. Registrou o número de alunos matriculados e os presentes. Examinou trabalhos manuais e anotou:

[...] convidei os professores do 1º período para uma reunião no Grupo Escolar “Antonio Padilha”, desta cidade, na qual lhes expuz, em pequena palestra, a orientação, a marcha a seguir na execução dos programas, na parte relativa a esta disciplina (Termos de visita, p. 8, *ipsis litteris*).

Desde 1919, somente em 1926 foi detectado um registro de reunião convocada por um inspetor auxiliar, fora do espaço escolar. Como se lê no Termo, a finalidade era orientar a respeito, no caso específico da visita e do registro, de exercícios físicos.

Com a presença, então, dos inspetores auxiliares, destacam-se dois pontos de análise. O primeiro é que também esse profissional, mesmo apresentando atribuições de cunho pedagógico, não foge à regra de anotar os números de matriculados e analfabetos da escola. Esse inspetor auxiliar, assim como os demais inspetores já mencionados nesta pesquisa, mantém estreita sintonia com seus superiores, levando à escola as regras tal qual eram especificadas em documentos oficiais. Nota-se, mais uma vez, o emprego de uma expressão usada na lei: “marcha”, verbo que nos remete imediatamente à ordenação, à consonância de ações, como, por exemplo, acontece na marcha militar. O inspetor recebe o “comando” das instâncias superiores e o repassa para os executores, que deveriam segui-lo de modo organizado, uniforme, constante e rítmico.

O segundo ponto que o Termo permite notar é que não foi possível saber se de fato a reunião mencionada ocorreu, nem se obteve resultado ou consequências no espaço escolar. Isso acontece porque as anotações nos Termos são estanques, repetitivas, descontinuadas e sem um norte comum a ser seguido. Torna-se difícil, portanto, fazer um acompanhamento das ações propostas.

Em 6 de junho de 1926, Luiz Amaral Wagner, inspetor distrital, registrou no termo que visitou por várias vezes o estabelecimento no 1.º semestre “durante o primeiro semestre do corrente anno visitei várias vezes este estabelecimento” (Termos de visita, p. 8, *ipsis litteris*). É preciso sublinhar, no entanto, que não havia registro comprobatório de tais visitas. Nesse dia, o referido inspetor anotou apenas a regularidade do funcionamento escolar.

Apesar de o inspetor afirmar que esteve na escola por diversas outras vezes, não há nenhuma anotação que o comprove. A falta registro nos Termos faz supor muitas hipóteses, uma vez que, como já foi visto no decorrer deste trabalho, a sistematização das ações dos inspetores sugeria rigor, portanto, apenas a menção a antigas visitas destoava do habitual. Uma dessas hipóteses está nas grandes lacunas entre uma visita e outra, algo que não seria conveniente ser registrado, dado que dentre as atribuições do inspetor previa-se o

acompanhamento da escola, portanto, esse espaçamento entre uma inspeção e outra denotaria a falta de continuidade no trabalho. Outra possibilidade de interpretação sobre a falta de registro das visitas anteriores seria que, talvez, o profissional não tenha mesmo comparecido à escola e, no desejo de que a ausência não fosse percebida, manteve o registro do Termo apenas dentro das formalidades. Finalmente, outra hipótese seria o suposto descaso com o Termo como documento orientador e de acompanhamento do processo, ou seja, as visitas poderiam ter acontecido, mas o registro do Termo, nesse caso, seria visto como desnecessário. Em qualquer uma das opções, a conclusão seria de que o sistema não estava bem estruturado. Embora não seja possível comprovar nenhuma dessas especulações, o que fica de fato é a falta de referência que conduziu ações efetivas nos grupos escolares.

Em 20 de julho de 1926, Luiz Amaral Wagner retornou à escola para “combinar” medidas “com o director afim de evitar entradas “tarde” e melhorar a frequência durante estes dias de frio rigoroso” (Termos de visita, p. 8, *ipsis litteris*).

Apesar do emprego da palavra “combinar” constar especificamente nesse termo, na prática, o que tinha eram determinações, pois, como já foi constatado neste estudo, o cumprimento das medidas era desejado – e por que não dizer obrigatório? – por força da lei.

B. Teixeira, inspetor auxiliar de música, registrou sua primeira visita na escola, em setembro de 1926. Foi recebido pelo diretor José Odin de Arruda. Assistiu à aula de música e apreciou o bom aproveitamento dos alunos, anotando: “Examinei também os Cadernos de Calligrafia Musical, cujos trabalhos estão muito bons” (Termos de visita, p. 8, *ipsis litteris*).

Pedro Voss Filho, Inspetor auxiliar físico, depois de considerável tempo, esteve novamente no Grupo Escolar, em 16 de outubro de 1926. Fez orientação quanto a sua especialidade, exercícios físicos. Propôs um trabalho de corporeidade, conforme estabelecia o art. “27 § 1 do decreto 4101 de 14 de setembro de 1926” (*ipsis litteris*). E registrou: “Applaudo, com muita satisfação, o interesse e entusiasmo e a patriótica vontade do Sr. Director e seus auxiliares, quanto a organização das festas escolares que são optimas[...]” (Termos de visita, p. 8, *ipsis litteris*). Acrescentou ainda que “os jogos são dados de acordo com a “Revista Escolar” (Termos de visita, p. 8, *ipsis litteris*).

Pelo registro do referido inspetor, pode-se perceber que no Grupo Escolar configurava um modelo de subalternização, obediência e culto a símbolos, festas, datas comemorativas, regras e princípios nacionalistas. Do ponto de vista do inspetor auxiliar, a prática era merecedora de aplausos.

No dia 19 de outubro de 1926, o mesmo inspetor físico, Pedro Voss Filho, compareceu à escola para realizar um trabalho, não descrito, por ele, em detalhes, com professores do primeiro período.

Ao observar o livro de visitas, foi possível constatar sete longos meses de ausência de visita de inspetores o que, por consequência, reafirma a lacuna nos registros dos termos. Esses hiatos entre uma visita e outra é grave sintoma de que a educação apresentava problemas, pois evidencia a falta de norte, ou mais precisamente, de direção clara e específica para o trabalho educacional.

Depois de uma lacuna de visitas, no dia 12 de maio de 1927, a escola recebeu de uma só vez os Inspetores auxiliares: Ernani (Inspetor auxiliar de desenho), Pedro Voss Filho (Inspetor auxiliar físico) e, no dia 16 de agosto do mesmo ano, B. Teixeira, Inspetor auxiliar de música. Os dois primeiros escreveram que percorreram salas em serviço do cargo e disciplina, enquanto que o último registrou que deu “[...] aulas modelo e ensaiado...” (Termos de visita, p. 9, *ipsis litteris*). Nesse mesmo dia, 16 de agosto, esteve também presente na escola o Inspetor Geral da 4.<sup>a</sup> [...] (ilegível) [...] Pinto M [...], que destacou: “[...] funcionaria em prédio alugado um tanto velho, mas presta-se para o fim...” (Termos de visita, p. 9, *ipsis litteris*). Nesse comentário, constata-se o que já foi apresentado neste trabalho, quando percorrido o contexto histórico da criação da referida escola: o prédio era alugado e suas dependências apresentavam condições precárias para sustentar um ambiente escolar. Apesar de toda fragilidade predial, pelo ponto de vista do referido inspetor Geral, o local “presta-se para o fim”. Nesses termos, ao se reportar a esse tipo de comentário “[...] funcionaria em prédio alugado um tanto velho, mas presta-se para o fim[...]”, é inevitável não refletir acerca do descaso com a escola, especialmente com a segurança e condições básicas para receber as crianças.

No dia 17 de novembro de 1927, compareceu ao Grupo Escolar o senhor José S. Inspetor Distrital. Assim como os demais, limitou-se a realizar a rotina de inspeção, isto é, percorreu a escola e salas, destacando os mesmos itens: ordem, asseio e disciplina. Além disso, registrou o número de alunos matriculados e os presentes.

Somente no ano seguinte, mais precisamente em 29 de março 1928, o senhor José S., Inspetor Distrital, voltou a visitar a Escola Senador Vergueiro. Houve um período longo em que nada foi registrado sobre o fato. O Inspetor percorreu escola e salas. Destacou, mais uma vez, a ordem, o asseio e a disciplina e registrou o número de alunos matriculados e os presentes. Transmitiu à direção as recomendações recebidas da Diretoria Geral sobre as aulas de ginástica, música, desenho, trabalhos manuais e grafia, além de apresentar como deve ser feita a exposição dos trabalhos. Ao registrar: “transmiti ao Sr. Director as recomendações recebidas da Diretoria

Geral [...]” (Termos de visita, p. 10, *ipsis litteris*), fica claramente perceptível a obediência às normas impostas, a reiteração e o destaque do cumprimento das mesmas, sendo esta a verdadeira missão do inspetor, visto que, no mais, o registro mantinha-se limitado a números e à observação das salas de aula. Ou seja, para se ter registrado algo além das matrículas e dos alunos presente, significa que tal informação era importante. Outra interpretação, que corrobora o mesmo raciocínio, é que, possivelmente, o inspetor queira também deixar registrado o cumprimento de seu próprio trabalho, obedecendo às exigências de seus superiores.

Novo hiato na frequência do inspetor é detectado. Foi apenas no segundo semestre do mesmo ano, mais especificamente em 30 de agosto que o Inspetor Distrital, senhor José S., esteve no Grupo Escolar percorrendo os espaços da escola e as salas. Para manter a pragmática, registrou número de alunos matriculados e os presentes e destacou a ordem, asseio. Por fim, apontou: “A disciplina é boa tanto nas classes como no recreio” (Termos de visita, p. 10, *ipsis litteris*). Os “corpos dóceis” eram desejados nos espaços escolares, conforme já havia explicitado Foucault:

[...] O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] “Adestra” as multidões confusas [...] (FOUCAULT, 2005, p. 143).

Em 04 de abril de 1929, o senhor José S. esteve novamente na escola Senador Vergueiro. Percorreu a escola e salas, registrou o número de alunos matriculados e os presentes. Não há nas anotações registros de particularidades da escola, sala de aula nem em relação aos alunos. Como se pode perceber, todas as anotações são genéricas e impessoais.

Por meio da análise dos Termos de Visita, notou-se que o último inspetor, senhor José S., esteve desde 17 de novembro de 1927, data do primeiro termo, até 4 de abril de 1929, na inspeção do Grupo Escolar Senador Vergueiro. Durante esse longo período, as ações em suas visitas foram, na grande maioria, de verificação de número de alunos matriculados e presentes, constatação de ordem, asseio e disciplina da escola e classes, além de transmitir as recomendações recebidas da Diretoria Geral. Depreende-se, com isso, que as ações dos inspetores não se atentavam minimamente nos problemas do cotidiano escolar, nem tão pouco indicavam alternativas para minimizá-los, mesmo porque o seu modelo de trabalho e contato com a escola não permitiam que as conhecessem de fato.

**Figuras 13 e 14:** Alunas do Grupo Escolar Senador Vergueiro, em 1929.  
O acesso à educação foi uma das importantes conquistas da mulher no século XX.



Fonte: Projeto Memória Fundação Ubaldino do Amaral (FUA).

Em 25 de julho de 1929, o inspetor, cujo nome está ilegível, fazia a sua primeira visita ao Grupo Escolar. No Termo, registrou que percorreu a escola e salas de aula, constatando funcionamento com regularidade. Registrou o número de alunos matriculados e os presentes e destacou a ordem, o asseio e a disciplina. Por fim, examinou trabalhos gráficos.

A segunda visita desse mesmo inspetor ocorreu em 30 de outubro de 1929, quando registrou os mesmos itens: número de alunos matriculados e os presentes, destacando novamente a ordem, o asseio e a disciplina.

**Figura 15:** Grupo Escolar Senador Vergueiro – Alunos do 4.º ano (1929).



Fonte: Projeto Memória Fundação Ubaldino do Amaral (FUA).

Foram analisados 44 Termos de Visita referentes ao período de 1919 a 1929. Notou-se, pelos registros dos referidos documentos, que os inspetores do Grupo Escolar Senador Vergueiro não tinham continuidade de trabalho de ordem pedagógica. Ao contrário, mantinham

o foco na fiscalização da regularidade e na manutenção da ordem do Grupo Escolar. Isso se mostra na conferência de escrituração, na menção ao asseio do espaço escolar, à disciplina e ao aproveitamento dos alunos – esse último era confirmado por meio de exames que os inspetores acompanhavam.

A preocupação da inspeção estava centrada em questões quantitativas, quais sejam: verificação dos livros de chamada para registrar o número de alunos frequentes, matriculados e analfabetos. Observou-se, ainda, como atitude habitual, apontar, nominalmente, os docentes cujas classes apresentavam baixo rendimento. O mesmo acontecia com os professores mais faltosos. Ações essas também denotam o âmbito controlador do serviço de inspeção.

Os inspetores também mencionavam, com frequência, que prestavam “instruções” aos docentes. A expressão usada nos remete à ideia de um discurso injuntivo, isto é, pautado em determinações para que uma ação desejada – pelo superior – fosse concretizada.

Há que destacar que foram percebidos grandes hiatos entre uma visita do inspetor à escola e outra, o que confirma falta de acompanhamento do trabalho educacional.

Vê-se com esses apontamentos que a missão do inspetor era fazer cumprir as normas impostas. Não há qualquer relato em que fosse possível notar que se atentavam, minimamente, para os problemas do cotidiano, tão pouco foi possível perceber o apontamento de alternativas para minimizá-los.

#### **4.3 As inspeções escolares na década de 1930: registros dos Termos de Visita.**

O mesmo inspetor, mencionado no Termo de Visita do item anterior, compareceu ao Grupo Escolar Senador Vergueiro, no dia 08 de abril de 1930. E, da mesma forma observada no último Termo, registrou que percorreu a escola e salas de aula e constatou funcionamento com regularidade. Anotou ainda o número de alunos matriculados e os presentes.

Em 29 de julho de 1930, a única anotação que foge à rotina de inspeção refere-se à averiguação da escrituração da Caixa Escolar, que envolve verbas da instituição. “Examinei a escripturação da Caixa Escolar...importancia acha-se depositada no Banco do Brasil, conforme verifiquei” (Termos de visita, p. 11, *ipsis litteris*). Mesmo não tendo sido mencionado anteriormente por esse inspetor, já havia constatações, por meio de Termos dos demais inspetores, que tal ação de examinar a escrituração também corresponde às atribuições do inspetor e esse registro também pode ser considerado habitual dentre esses profissionais. Porém, é a primeira vez que é mencionada a Caixa Escolar, bem como a verificação das verbas institucionais.

Em 18 de fevereiro de 1931, a escola recebeu a visita do senhor Paulo Monte Serrat, Inspetor Distrital, que começou o registro com o verbo “inspecionei...”, enfatizando a função de seu cargo. Em seguida, anotou que deu: “[...] aula de leitura, calligraphia e arithmética, [...]” (*ipsis litteris*) e trabalhou “applicando testes diagnósticos” (*ipsis litteris*) e “palestrando com a professora da classe sobre a marcha do processo da leitura ou sobre a globalização do ensino”. Observa-se aqui mais uma ocorrência do termo “marcha”, para identificar o processo de aprendizagem dos alunos. Também desta vez, o sentido recai mais sobre o ritmo, a ordem e o compasso do que às necessidades particulares de cada aluno.

O referido inspetor fez palestra também para o diretor sobre Caixa Escolar e examinou sua escrituração. “Apresentei-lhe sugestões que facilitam o cumprimento do solicitado pelo Senhor Director Geral do Ensino” (Termos de visita, p. 12, *ipsis litteris*). Temos, aqui, um Termo mais completo, com anotações mais precisas. Emprega termos bastante incisivos, como “palestra”, e outros, ao contrário, mais suaves, como “sugestões”. De qualquer modo, a ideia de cumprimento das normas fica evidente quando se observava que tais sugestões referiam-se justamente ao que foi determinado pelo Diretor Geral de Ensino.

Como era esperado, foi registrado o número de alunos matriculados e os presentes. Anotou ainda que viu a exposição de desenhos e pastas de provas mensais e, para completar, apontou que o prédio precisava de reformas.

A última questão registrada, acerca da necessidade de reforma do prédio, aparece também no relatório anual do Delegado Waldomiro, porém, somente no ano de 1940. Tal relatório é também analisado posteriormente neste trabalho. Registrou-se a necessidade de reforma foi apontada pelos inspetores desde 1931.

Com uma nova nomenclatura para a função de inspetor, agora denominado Inspetor do Ensino, o senhor Paulo Monte Serrat apresentou-se no Grupo Escolar Senador Vergueiro, em 18 de abril de 1931, e fez o registro dos alunos matriculados e presentes. Em 25 de abril do mesmo ano, o inspetor retornou à escola, assistiu à festa dos animais e destacou as aulas globalizadas – “A festa esteve simplesmente encantadora. As aulas globalizadas – Centro de interesses: aves, museus infantis, produtos animaes, com especialidade das aves”. (Termos de visita, p. 12, *ipsis litteris*). E teceu elogios registrando: “Os meus applausos ao Sr. director e aos seus dignos auxiliares” (Termos de visita, p. 12, *ipsis litteris*).

Em 15 de maio, retornou ao Grupo Escolar e, além das atividades de praxe, solicitou entrega de prontuário de professor para constituir fichário do estabelecimento. E completou: “Tive oportunidade de referir-me a adopção da escale de calligraphia organizada pelos próprios alumnos” (Termos de visita, p. 13, *ipsis litteris*).

Em 2 de junho e em 8 de julho, o mesmo inspetor compareceu à escola e registrou as mesmas ações, quais sejam: anotação do número de alunos matriculados e os presentes, o funcionamento do estabelecimento com regularidade. Destacou: ordem, asseio e disciplina do ambiente educacional. Percorreu as classes e examinou cadernos.

Mesmo observando que o texto desse inspetor traz (ainda que discretamente) mais pessoalidade para o Termo (no uso das expressões “simplesmente encantadora” e “meus aplausos”), assim como uma maior explanação acerca de sua visita, ainda assim não é possível afirmar que a preocupação seja com a aprendizagem discente. A ênfase ainda parecia estar centrada na verificação do cumprimento curricular.

Em 27 de agosto, o senhor Paulo Monte Serrat esteve na escola para “examinar (a convite da direção) a oficina de feitura de escovas, canetas e bolsas escolares.” (Termos de visita, p. 13, *ipsis litteris*, grifo pessoal). Registrou: “Em tudo se imprime, em passos avantajados, a doutrina da Escola Nova – a escola ativa por excelência” (Termos de visita, p. 13, *ipsis litteris*). Palestrou sobre frequência, trabalhos gráficos dos alunos, processo de ensino. Como esperado, registrou o número de alunos matriculados e os presentes e, desta vez, entrando para a rotina do supervisor, verificou o livro Caixa Escolar.

Para o leitor, a concepção apresentada pelo inspetor do que seja a Escola Nova, não fica muito clara, especialmente quando escreve: “escola ativa por excelência” (*ipsis litteris*). Além disso, ao escrever “palestra”, subentende-se que há alguém falando, enquanto os espectadores, passivamente, ouvem para posterior cumprimento daquilo que foi exposto, característica da prática vigente na inspeção de todo o período aqui analisado; portanto, não se percebe uma mudança efetiva.

Nova reorganização da Instrução Pública foi proposta. Optou-se por destacá-la a seguir para que seja possível localizar o inspetor no contexto a que se refere.

Foi publicado em 7 de janeiro de 1932, na Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública, o Decreto n.º 5.335, com o objetivo de reorganizar a Instrução Pública. Decreta no art. 1.º o seguinte:

**Art. 1.º.** Para o efeito da orientação e fiscalização do ensino, o corpo de inspeção da Diretoria Geral do Ensino compreenderá:

- a) 18 assistentes técnicos, residentes na Capital, distribuídos pelas várias especialidades, dentre os quais será escolhido um assistente administrativo;
- b) 22 delegados escolares, responsáveis pelos trabalhos das 22 regiões em que se dividirá o Estado, sendo duas com sede na Capital – a do Norte e a do Sul – e as demais localizadas nas seguintes cidades: Araraquara, Bauru', Botucatu', Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaboticabal, Lins, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto, Santa Cruz do Rio Pardo, Santos, São Carlos, Sorocaba e Taubaté;

- c) 24 inspetores escolares para servirem nas duas regiões da Capital;
- d) 70 inspetores escolares das delegacias do interior (SÃO PAULO, 1932).

Acredita-se que a citação do que dispõem o decreto e artigo acima citados seja necessária para que se identifiquem, com maior clareza, os atores que constam nos registros dos termos de visita, bem como suas funções.

Tendo o decreto sido assinado pouco menos de um mês antes, em 4 de fevereiro de 1932, o senhor Oraci Gomes, inspetor de ensino, em visita ao Grupo Escolar, registrou em seu Termo: “Verifiquei as matrículas e nada encontrei que precisasse impugnar” (Termos de visita, p. 14, *ipsis litteris*). Nesse caso, o procedimento de fiscalização e o caráter de autoridade ficam evidentes pela menção à ação de impugnação, que se devia aos cuidados com os “alunos fantasmas”, falsamente registrados nas várias instituições escolares do Estado. Além dessa postura arbitrária, soma-se ainda a pouca informação fornecida, menos ainda em relação à questão pedagógica.

Em 24 de fevereiro de 1932 e em 23 de março do mesmo ano, o senhor Oraci Gomes compareceu ao Grupo Escolar e registrou que a escola estava em funcionamento com regularidade e que assistiu às aulas. Palestrou sobre a maneira de resolver problemas aritméticos e a linguagem escrita. Registrou o número de alunos matriculados e os presentes. Na última data, o referido inspetor mencionou que: “O estabelecimento, que vinha funcionando em 2 períodos, passou hoje a funcionar em 3” (Termos de visita, p. 14, *ipsis litteris*).

A implementação de três períodos em um Grupo Escolar reflete a grande demanda escolar e as alternativas impostas no espaço educacional.

Pela primeira vez, no registro do inspetor de ensino Oraci Gomes, foi possível ler algo mais pessoal que administrativo, quando, no Termo, expressa: “Essa intervenção em salas foi mais para: tornar-me mais familiar aos alunos do que por necessidade de orientação” (Termos de visita, p. 14, *ipsis litteris*). No entanto, sua próxima visita só ocorreu em 20 de agosto de 1932, o que fez com que tal início de familiarização com os atores do processo educacional se perdesse no vazio.

Nessa nova visita, o inspetor foi recebido pelo diretor substituto, senhor Joaquim Barbosa, e, pela análise dos registros, não foi possível constatar se houve ações que dessem continuidade ao trabalho mencionado anteriormente. Sequer têm-se vestígios que a ideia expressa em “tornar-se mais familiar aos alunos” tivesse sido cumprida. Pelo que consta, há apenas a anotação que fez intervenção em salas. É preciso ressaltar que essa prática já era comum e instituída por lei como obrigação dos inspetores.

A partir de então, suas ações foram novamente de ordem administrativa, registrando o número de alunos matriculados e os presentes e recomendando a classificação dos alunos nos livros de chamada.

Em 24 de agosto e em 24 de setembro, o mesmo inspetor registrou o número de alunos matriculados e os presentes. Apontou que o trabalho estava sendo realizado satisfatoriamente, e com boa disciplina e aproveitamento.

No ano seguinte, mais precisamente seis meses depois, em 10 de março de 1933, o referido inspetor compareceu ao Grupo Escolar e escreveu no termo que: “Assistiu algumas aulas, tendo tido oportunidade de intervir em duas ou três, de leitura e aritmética.” (Termos de visita, p. 15, *ipsis litteris*). O registro continua: “Dei a duas colegas orientação sobre o uso da *Árvore de Cálculo*” (Termos de visita, p. 15, *ipsis litteris*) e anotou o número de alunos matriculados e os presentes.

A descontinuidade do trabalho do inspetor junto à escola, marcada pelo distanciamento entre uma visita e outra, não favorecia a declarada, mas não cumprida, aproximação inspetor-escola; no entanto, o inspetor anotou “orientação sobre o uso da *Árvore de Cálculo*”. Ao empregar os termos “colegas” e “orientação”, percebe-se um olhar menos fiscalizador e mais parceiro do processo de aprendizagem.

Vale apontar que a sequência dos registros desses documentos analisados não se encontra bem ordenada. Por exemplo, na página 15 consta a data de visita em 24 de março de 1933, enquanto, na página 16, temos a de 10 de março de 1933. Nisso faz-se inferir que os termos não eram feitos em simultâneo à visita, e sim posteriormente, o que acarretou em registro cronológico desordenado.

Em 24 de março, o senhor Oraci retornou à escola e, segundo seu registro, procurou “orientar as Sr<sup>a</sup> professoras no sentido de uniformizar as soluções de problemas e fazer aplicação de geometria por ocasião de tais exercícios” (Termos de visita, p. 15, *ipsis litteris*). O verbo “orientar”, seguido da expressão “uniformizar”, demonstra que a orientação se referia a mais uma determinação de padronização, transmitida à escola por intermédio do inspetor. Mais uma vez, observou-se o “cumpra-se” em pauta.

Em 4 de abril de 1933, o senhor Oraci Gomes registrou: “Troquei ideias com algumas colegas, relativamente a processos de ensino com o intuito de conseguir um trabalho mais vivo e eficiente” (Termos de visita, p. 16, *ipsis litteris*). A expressão empregada desta vez (trocar ideias) ainda não havia sido vista nos Termos até aqui analisados. Até então, o inspetor “palestrava”, “inspecionava”, “verificava”. Outra novidade é o fato de o inspetor referir-se aos docentes como “colegas”. Porém, não ficaram registradas quais ideias foram trocadas, também

não se menciona posteriormente se tais ideias surtiram resultado, pois a esse respeito nenhum outro registro foi feito.

Há que se notar ainda a intenção explicitada pelo inspetor em “conseguir um trabalho mais vivo e eficiente”. Da mesma forma, não há registro sobre o que o referido senhor compreende por “trabalho vivo e eficiente”, muito menos se ele de fato comprovou-se eficiente. O discurso mascara a falta de atenção ao processo pedagógico, quando na realidade, o que está em foco são as determinações vindas dos órgãos superiores.

Em 11 de abril e em 17 de maio, as ações retomaram seu rumo de praxe e, nos registros, liam-se os números de alunos matriculados e os presentes. O inspetor percorreu salas, deu aula de linguagem oral e verificou cadernos de exames mensais.

Em 30 de maio de 1933, o inspetor registrou elogiosamente:

Em duas classes encontrei trabalhos da “escola nova” feitos por iniciativa das suas respectivas professoras. Como é natural, causou-me esse fato muitíssima satisfação, dando-me ao mesmo tempo as mais fortes esperanças de que o estabelecimento inteiro ainda virá a trabalhar com a nova orientação (Termos de visita, p. 16, *ipsis litteris*).

Depreende-se da afirmação do inspetor que era desejável que todos seguissem os princípios da Escola Nova, mas não é possível saber quais eram os trabalhos, realizados pelas professoras, que ele identificou como apresentando características da Escola Nova.

Em 8 de julho, houve apenas o registro de que verificou o número de matriculados e de presentes, conferiu a escrituração da Caixa Escolar e apontou: “O estabelecimento mantém uma cooperativa constituída pelos respectivos alunos, para o fim de aquisição de materiais escolares” (Termos de visita, p. 16, *ipsis litteris*). Observa-se o espírito assistencialista presente em tal medida, devido à falta de materiais a escola.

Em 14 de agosto de 1933, foi acompanhado pelo senhor Joaquim Barbosa, o auxiliar do diretor, que escreveu: “Aconselhei o uso de “caderno de ocupações” para cada aluno. Neste caderno, cada aluno “[...] registrará cronologicamente os exercícios de classe, que for efetuando. Seria conveniente que a primeira coisa a registrar em cada dia fosse uma boa ação praticada por ele” (Termos de visita, p. 17, *ipsis litteris*).

Pela orientação do inspetor Oraci Gomes, evidencia-se a necessidade de prestigiar a boa moral discente, dada a importância dessa ação, sendo registrada em caderno especialmente dedicado a isso. Mais uma vez, o trabalho com as questões de hábitos, valores e de boa conduta são postos em destaque. Há que se mencionar que essa ação apresenta-se desvinculada do

processo de aprendizagem ocorrido na escola, uma vez que os Termos anteriores apontam apenas registros de questões burocráticas.

No Termo de visita datado de 28 de agosto de 1933, há a inusitada informação e atuação inédita do inspetor que fez intervenções de ordem mais pedagógica:

[...]numa (sala de aula) para mostrar para a respectiva professora que não se deve permitir que os alunos leiam palavras ou frases, cuja significação ou sentido, desconheçam. “É preciso combatermos o mal do psitacismo ou papagaismo”. Ler e não entender não é ler (Termos de visita, p. 17, *ipsis litteris*, grifo pessoal).

Continuou o registro afirmando que a segunda intervenção feita foi:

para mostrar a necessidade de fazer com que os alunos tragam o material com que deva ilustrar a lição. Por ex. vai o prof. dar uma aula sobre “folhas”. Peça aos seus alunos que tragam esse material. Cada um que traga umas 3 ou 4 de espécies diferentes. Só a procura por eles desse material já é meia aprendizagem. Além dessa conveniência, ainda há outra: a aula dada com material á vista e facilmente manejável será muito mais viva, muito mais ativa, interessante e proveitosa” (Termos de visita, p. 17, *ipsis litteris*).

A última intervenção ocorreu “para demonstrar que os ensinamentos de geografia e cartografia precisam ser simultâneos” (Termos de visita, p. 17, *ipsis litteris*). Nada mais a respeito da aula foi detalhado.

Foi em 16 de setembro de 1933 que tornou-se possível ler o primeiro registro do Grupo Escolar Senador Vergueiro: a execução de “palestra pedagógica para professores” (Termos de visita, p. 17, *ipsis litteris*), apesar de não haver nele nenhum detalhamento de tema, nem a metodologia usada.

Em 13 de outubro, o senhor Oraci Gomes realizou as ações habituais – a saber: registrou o funcionamento com regularidade, o número de alunos matriculados e os presentes, a boa disciplina e o adiantamento.

Em 30 de outubro de 1933, esteve presente o Delegado Regional, cujo nome encontra-se ilegível no documento. Consta que visitou todas as salas, e o senhor José Odin de Arruda, diretor do estabelecimento, fez o acompanhamento; mas nada mais foi registrado sobre suas impressões ou recomendações, se é que houve.

O inspetor Oraci Gomes voltou ao Grupo Escolar em 30 de janeiro de 1934, para combinar a classificação dos alunos, conforme determinava Circular da Diretoria Geral de Ensino. Apontou que os alunos deveriam ser distribuídos

a) nas classes de 1º ano pelo critério da idade cronológica, computada em meses, sendo eles redistribuídos em classes de fortes, médios e fracos. As classes assim organizadas devem ser em 1º de março confiadas aos adjuntos, em caráter definitivo atendendo o Sr. Diretor exclusivamente aos interesses do ensino (Termos de visita, p. 18, *ipsis litteris*).

A concepção de classificação dos indivíduos em “fortes”, “médios” e “fracos” era a tendência da época. Acreditava-se que a classificação dos indivíduos facilitaria o processo de aprendizagem. É sabido que a homogeneidade de classes foi e ainda é desejada, justificando-se que o fazem para melhor trabalhar, mas não se leva em consideração que tal prática tende ao reforço da elitização e seletividade do alunado.

Em 17 de fevereiro de 1934, o inspetor Oraci Gomes compareceu à escola, quando registra: “Palestrei, longamente, com o Sr. diretor do grupo a respeito das instruções baixadas pelos inspetores desta região e visadas pelo Sr. Delegado de ensino, instruções sobre o trabalho escolar. Deixei mesmo um dessas instruções para ser copiado” (Termos de visita, p. 19, *ipsis litteris*). O referido registro evidencia o direcionamento e a tentativa de padronização, uniformização de práticas educacionais. Ao deixar exemplar do documento para cópia, o inspetor demarca e intensifica que o cumprimento das instruções deveria, sem sombra de dúvidas, ser concretizado na prática e executado passo a passo.

O mesmo inspetor esteve na escola, para assistir a aulas e registrar os presentes e matriculados, em 13 de abril e em 24 de maio.

Por meio do Decreto n.º 6.425, de maio de 1934, houve proposta de reorganização da Diretoria Geral de Ensino. O número de inspetores foi alterado e as suas atribuições esclarecidas.

No referido Decreto constava o que se segue:

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, e considerando a necessidade de reduzir os serviços administrativos do aparelhamento escolar à medida das possibilidades atualmente realizáveis (SÃO PAULO, 1934).

Levando-se em conta que o presente estudo tem seu foco voltado para os inspetores, é relevante destacar o os trechos a seguir do mencionado Decreto:

**Artigo 8.º.** Subordinados às delegacias regionais, há cem (100) inspetores, cuja distribuição e sédes serão periodicamente determinadas por ato do Secretario da Educação, mediante proposta do Diretor do Ensino.

**Artigo 9.º.** Nos municípios com mais de duas escolas isoladas, o delegado regional designará, por proposta do inspetor escolar, um auxiliar de inspeção entre os diretores de grupo, ou professores da localidade (SÃO PAULO, 1934).

Quanto às incumbências dos inspetores escolares, destacou-se o Artigo 16:

**Artigo 16.** Incumbe aos inspetores escolares:

- 1- cumprir e fazer cumprir as ordens legais dos delegados regionais;
- 2- propor ao delegado regional respectivo a medidas que julgarem necessárias;
- 3- fiscalizar as escolas que lhes forem distribuídas pelo delegado regional, no que concerne á técnica do ensino, á frequência dos alunos, e á assiduidade do professor;
- 4- sugerir e efetuar, nos grupos escolares e escolas isoladas, demonstrações de processos de ensino;
- 5- comunicar ao delegado regional o estado do mobiliário e objetos escolares nas escolas ou grupos que visitarem;
- 6- informar o delegado regional sobre a eficiência e assiduidade dos professores e diretores sob sua inspeção;
- 7- reunir, em dia de receberem vencimentos pelo menos três vezes por ano, em cada município, os professores das escolas isoladas, para orientá-los em matéria de ensino;
- 8- inquerir os pais dos alunos sobre a frequência e aproveitamento de seus filhos na escola, sumariando ao delegado regional as reclamações que receberem;
- 9- enviar ao delegado regional comunicado semanal, e o roteiro mensal de seus serviços, com a devida prestação de contas;
- 10- resenciar a população escolar da sua inspetoria;
- 11- aplicar ou propôr penas;
- 12- informar os papéis relativos ao seu distrito (SÃO PAULO, 1934).

No Artigo 17, que trata dos auxiliares de inspeção, dispõe que:

**Artigo 17.** Cabe aos auxiliares de inspeção:

- 1- colaborar com os inspetores na inspeção das escolas isoladas públicas ou particulares;
- 2- dar posse e exercício aos professores das escolas isoladas do município;
- 3- informar os pedidos de licença, propondo a nomeação de substitutos diplomados, e dando-lhes, para evitar interrupção exercício imediato;
- 4- reunir, mensalmente, no dia de receberem vencimentos, os professores das escolas isoladas do município, para orientá-los em materia de ensino;
- 5- cientificar, ao inspetor de que é auxiliar, as irregularidades verificadas nas escolas que visitar;
- 6- receber, acautelar e distribuir o material escolar das escolas isoladas;
- 7- atestar a frequência e justificar faltas dos professores, na forma da lei;
- 8- auxiliar o inspetor nos trabalhos de recenseamento escolar;
- 9- representar ao delegado regional sobre os inconvenientes que não puder remover, no ensino do município onde funcionar (SÃO PAULO, 1934).

O mesmo Decreto esclarece, ainda, no Artigo 21 que “Os atuais inspetores do Serviço de Orientação e Fiscalização do Ensino Particular, do interior da Capital, passam a exercer o cargo de inspetor escolar respectivamente, no interior e na Capital” (SÃO PAULO, 1934).

Ainda no mesmo ano em que as disposições do Decreto n.º 6.425 foram colocadas em vigor, havia o registro do Termo de Visita do dia 16 de julho. Nele, o inspetor falou para os alunos a respeito da Proclamação da República e deixou anotado: “dirigi a palavra às alunas do

3º período, falando-lhes a respeito do grandioso fato que hoje, se registrou na Capital Federal a Promulgação da Constituição da República” (Termos de visita, p. 19, *ipsis litteris*). Foi o primeiro registro encontrado nos Termos, até então, em que o inspetor fala diretamente para os discentes. Certamente o tema era de grande importância e, por isso, merecia tal prática.

Em 25 de agosto, o inspetor foi recebido por Joaquim Barbosa (diretor substituto) e colocou-se a par dos trabalhos de “[...] recenseamento zootécnico agrícola demográfico e escolar” (Termos de visita, p. 19, *ipsis litteris*). Recomendou “propaganda do tema junto às crianças” (Termos de visita, p. 19, *ipsis litteris*), conforme ele próprio fez, na ocasião, no terceiro ano feminino. Registrou o número de alunos matriculados e os presentes.

O senhor Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, chefe de serviço de Educação P... (ilegível) da Diretoria de Ensino, esteve no Grupo Escolar no dia 29 de setembro de 1934, quando registrou asseio e ordem, bem como o funcionamento normal da escola. Acrescenta, ainda: “[...] examinei os alunos” quanto a: [...] jogos educativos, em leitura, linguagem escrita e aritmética (Termos de visita, p. 20, *ipsis litteris*).

A questão da hierarquização dos componentes curriculares já era visível naquela época; os registros e a preocupação de se examinar aspectos da Língua Portuguesa e Matemática comprovavam tal concepção.

Em 4 de outubro, compareceu à escola um inspetor cujo nome está ilegível no termo. Ele examinou trabalhos e utilizou, por duas vezes, no Termo de Visitas, até o momento, a expressão: “Trocou ideias com os professores sobre linguagem escrita (4º ano) e problemas 3º ano C fem” (*ipsis litteris*). Observou asseio, disciplina e ordem e registrou o número de alunos matriculados e os presentes.

Não explicitando a que se referia a expressão “trocou ideias com os professores”, induz-se a pensar que se trata de uma mudança em relação às ações até aqui apresentadas. Diferente do termo antes usado, “palestras”, indicando apenas a ação comunicativa de um para o outro, portanto trazendo um caráter de autoridade, agora, tem-se a ideia de que eram feitas orientações, mas também eram ouvidas as situações apresentadas pelos professores. Isso caracterizaria a palavra “troca”. Apesar disso, ao se conferir as anotações subsequentes, não se encontra nenhum indício de que a prática da “troca” foi, de fato, implementada.

Em 11, 12 e 16 de outubro, foi registrado pelo inspetor [nome ilegível]: “Em visita especial” e mais nada foi explicitado. Não há pistas do tema ou do objetivo que o levou àquele ambiente escolar. Nessa postura, verifica-se a pouca atenção dada aos registros das ações realizadas. Ao se caracterizar uma visita como “especial”, espera-se, ao menos, a explicação do que a torna diferente das demais. Ainda mais curioso se torna esse Termo, quando se atenta ao

fato de que sequer foram anotados os números de matriculados e analfabetos, assim como também não foi comentado sobre o asseio, disciplina ou ordem, informações aparentemente parte de um protocolo a ser seguido nos Termos de Visita.

Em 6, 15 e 31 de outubro, o referido inspetor registrou que percorreu classes, examinou trabalhos gráficos, assistiu às aulas, propôs exercício de verificação, fez orientação de aulas. Observou disciplina, asseio e ordem e o número de alunos matriculados e os presentes.

Em 28 de novembro, o mesmo inspetor visitou a exposição de trabalhos e as classes. Tomou ciência dos resultados dos exames seriais. Registrou: “Reitero a minha recomendação baixada em circular recente sobre a necessidade de no cartão de promoção figurar a data de matrícula dos alunos na classe.” (Termos de visita, p. 21 *ipsis litteris*). Apontou ainda os matriculados e os presentes.

Verifica-se, pelo termo, forte preocupação com a documentação de escrituração, seja de matrícula, de frequência escolar ou de exames dos alunos. Isso fica evidente pelo fato de ser escrita uma circular para registro de data e a reiteração do inspetor. Interessante destacar a excessiva atenção com as informações que a escola precisaria apresentar, em oposição à escassa informação fornecida pelos inspetores.

Em 1 de fevereiro de 1935, o mesmo inspetor do ano anterior registrou o número de discentes matriculados e os presentes. Palestrou com o diretor interino e professores sobre a “distribuição de alunos em classes homogêneas” (Termos de visita, p. 21 *ipsis litteris*) Ressaltou que estava na conformidade dos termos do comunicado. Recomendou: escala de substituto e também da apresentação da certidão de nascimento para registro de matrícula.

Mais uma vez a ideia de classes homogêneas foi imposta, por meio de comunicado e determinado o cumprimento pelo inspetor.

No mesmo documento, faz referência ao falecimento do professor José Odin de Arruda, em 9 de dezembro de 1934, passando o Grupo Escolar Senador Vergueiro a ser dirigido, interinamente, por Joaquim Barbosa.

Em 07 e 08 de fevereiro, retornou para acompanhar o trabalho para formação de classes homogêneas e propôs exercícios de verificação nas salas de aula.

A ideia da homogeneidade sempre esteve presente na área educacional. A ilusão do agrupamento de iguais foi, segundo o registro do Termo, estabelecida por comunicado de órgão superior da educação. O retorno do inspetor aparenta mais verificação do que a escola executava em relação ao proposto, do que acompanhamento, como consta no registro.

Em 25 de fevereiro de 1935, o inspetor foi recebido pelo senhor Francisco Carlos Machado e registrou o número de alunos matriculados e os presentes, percorreu salas e anotou:

“[...] troquei ideias com o Sr. Diretor sobre s seguintes assuntos: Caixa Escolar, cooperativa, cinema educativo, Escotismo, Biblioteca e Clube Agrícola.” (Termos de visita, p. 22 *ipsis litteris*).

Foi possível identificar, no registro do inspetor, algumas preocupações culturais e pedagógicas, algo não comentado antes pelos demais. São citados, por exemplo, cinema educativo, escotismo, biblioteca e clube agrícola.

Em 5 de abril, o inspetor Paulo Monte Serrat esteve na escola e registrou o número de alunos matriculados e os presentes. Assistiu à aula e também deu aula. Por fim, examinou a escrituração.

A troca de inspetor pode ter rompido uma discussão que se iniciava nos aspectos mais educativos, culturais e de aprendizagem que havia sido disparada pelo outro inspetor, que não mais estava atuando no estabelecimento de ensino. É a descontinuidade de trabalhos, propostas e ações sentidas, ainda nos dias atuais, no âmbito da educação. Isso reflete diretamente no trabalho do professor, pois nota-se, por meio do foco dado a cada inspetor e mesmo pelo vocabulário empregado, sua postura e atenção no que se refere ao bom andamento da escola. A troca excessiva de inspetores pode também alterar a postura da própria atuação do professor.

Em 8 de maio, o inspetor registrou o número de alunos matriculados e os presentes, a regularidade no funcionamento, asseio e ordem. Percorreu salas, trocou ideias com diretor e professores sobre “[...] ensino de leitura nas classes do 3º e 4º anos e de language a partir do 2º ano” (Termos de visita, p. 23, *ipsis litteris*). Verificou, ainda, a Caixa Escolar e registrou que estava em conformidade e cumprindo a finalidade.

Observou-se que a expressão “troca de ideias” é diversas vezes mencionada; em contrapartida, nenhuma ação que a represente é relatada.

As questões do ensino da leitura e linguagem já eram, na época, focos de discussão e trocas de ideias entre gestores e docentes.

Em 22 de maio, o inspetor Paulo, além dos registros rotineiros, percorreu as salas, “[...] tendo assistido várias aulas e dado algum modelo”. Também registrou que: “Trocou ideias com o Sr. Diretor [...] sobre a necessidade de ser organizado no estabelecimento uma biblioteca infantil” (Termos de visita, p. 23, *ipsis litteris*).

É possível que a defesa de oferecer modelos estivesse apoiada na ideia da tentativa de serem utilizados para suprir lacunas da formação docente e, conseqüente, a incapacidade de propor aulas eficazes e eficientes para o aprendizado do educando, já assinalada historicamente.

A biblioteca infantil também foi uma ideia, anteriormente aventada, mais precisamente em fevereiro de 1935, por outro inspetor e retomada novamente em maio do mesmo ano, mas não foi possível saber, por meio da análise dos Termos, se, de fato, ela foi instituída.

Em 13 de julho, o senhor Carlos Assis Veloso recebeu o inspetor que registrou a nova direção do Grupo Escolar, a partir de 1 de julho. Verificou o número de alunos matriculados e os presentes. Trocou ideias sobre: leitura, linguagem escrita, Caixa Escolar, registro da distribuição de materiais.

Estiveram novamente em pauta a leitura, a linguagem e a escrita. Outra preocupação era também a distribuição de materiais para os alunos, essa de ordem mais assistencialista.

Em 16 de setembro, o Delegado de ensino presidiu a reunião de professores que tratava de traçar bases para a instituição de sopa escolar. Vê-se aqui a presença de outra ação assistencialista, com objetivo de minimizar problemas de desigualdade social e carências econômicas das famílias e educandos.

Cinco meses mais tarde, em 18 de fevereiro de 1936, compareceu um inspetor na escola, cujo nome estava ilegível no Termo de Visita. Ele registrou o número de alunos matriculados e os presentes, percorreu as classes e fez palestra sobre cálculo e linguagem. Em 24 de março, retornou e trocou ideias sobre cálculo e leitura, deixou sugestões escritas diretamente aos professores, mas não nos Termos, portanto não é possível saber quais foram as orientações dadas.

A intenção da troca de ideias parece ter dado lugar novamente – se é que de fato ocupou espaço no ambiente escolar – às palestras. A sensação, pelos registros, é de que os inspetores cometem as mesmas ações e que não há uma evolução nem continuidade das propostas. Nada mais é mencionado a respeito da visita anteriormente realizada, nem mesmo se as orientações dadas foram cumpridas. É como o cumprimento de um protocolo, inclusive bastante superficial. A descontinuidade de registro dificulta conclusões mais precisas.

Em 15 de agosto, o inspetor compareceu ao Grupo Escolar e, além de registrar o número de alunos matriculados e os presentes e visitar as classes, examinou a escrituração escolar, como livros de matrícula e a Caixa Escolar. Fez orientações a respeito desta última, no que se refere à documentação de fornecedores, registros de contas, contribuições e recibos.

Como era de se esperar, os registros de 17 de outubro de 1936 são os habituais. Por fim, expôs no Termo que verificou a Caixa Escolar e não visou por falta de recibo: “Deixo de visar os documentos referentes às despesas a partir de julho, por falta de recibos lançados nos mesmos documentos” (Termos de visita, p. 26, *ipsis litteris*). Em 28 de outubro, ao retornar à escola, apontou: “Satisfeitas as exigências do termo lavrado em data de 17 do corrente, foram

os documentos devidamente assinados” (Termos de visita, p. 26, *ipsis litteris*). A única continuidade dada à inspeção refere-se exclusivamente ao papel fiscalizador e burocrático do inspetor.

Em 13 de fevereiro de 1937, o inspetor compareceu ao Grupo Escolar e mencionou no Termo que trocou ideia sobre a biblioteca infantil e deixou sugestões, além de comentar a respeito da Deliberação que tratava de assuntos relacionados à saúde.

Em 08 de abril, o inspetor compareceu ao Grupo Escolar Senador Vergueiro e expressou no termo que o diretor estava ausente. Registrou que

[...] O Grupo Escolar estava funcionando com regularidade, embora o seu director – prof. Carlos de Assis Velloso não tivesse hoje comparecido ao trabalho [...] Convém, nos casos de ausência do Sr. Director, que o adjunto auxiliar ou qualquer outro na falta deste, assumiria a direção do estabelecimento, cabendo a esse substituto o encerramento do ponto” (Termos de visita, p. 27, *ipsis litteris*).

No mesmo dia, percorreu classes, assistiu à aula, trocou ideias sobre leitura, linguagem escrita e mencionou que o horário de tais práticas deveria ser alterado. Apesar de não estar explicitado no Termo, nota-se pelo registro que há, nas observações de troca de horário para leitura e linguagem escrita, alguma preocupação pedagógica, por parte do inspetor, considerando que as alterações foram sugeridas para a melhoria das práticas.

Em 07 de maio, o inspetor propôs ideias com o diretor e professores sobre o ensino de cálculo e linguagem escrita. Recomendou que restituíssem o canto diário: “[...] Deixo ao Sr. Director recomendações de restituir o canto diário e conjunto no início dos trabalhos escolares, em todos os períodos” (Termos de visita, p. 27, *ipsis litteris*) e que fizessem o registro de médias nos livros de chamada na terceira coluna. Examinou o livro caixa e destacou a boa disciplina, asseio e ordem da escola.

O pedido do inspetor poderia ser uma tentativa de resgate das ideias, hábitos e valores de exaltação patriótica, cultivando símbolos nacionais.

Ao retornar ao Grupo Escolar em 17 de maio, o inspetor registrou que ofereceu sugestões para o ensino de leitura, linguagem escrita oral e cálculo mental. Não deixou de assinalar a boa disciplina asseio e ordem. Além disso, examinou semanários de lições e trabalhos, desfazendo desvios existentes e constatou com prazer que o canto foi restituído.

O registro do inspetor que “consto, com prazer, que o meu pedido relativo ao canto diário foi atendido” (Termos de visita, p. 28, *ipsis litteris*) faz crer que a visita também tinha um caráter fiscalizador para constatar se o que fora sugerido realmente estava sendo cumprido, mesmo não sendo de caráter pedagógico, como se esperava que fosse feito.

Em 2 de junho e 8 de julho, o inspetor esteve na escola e conversou com professores sobre “ilegível ensino” (*ipsis litteris*), no entanto não foi possível saber o que ele pretendia registrar com “ilegível ensino”, pois não havia nenhum tipo de explicação, resolução ou exemplo.

Em 15 de agosto, escreveu no Termo que teve o “ensejo de examinar alguns trabalhos, graphics de aproveitamento, livros de chamada” (Termos de visita, p. 29, *ipsis litteris*). Arguiu ainda alunos em aritmética. Os verbos utilizados nos registros do inspetor reforçam seu caráter da visita: “examinar” e “arguir.”

Em 24 de agosto e 13 de setembro, o senhor Paulo Monte Serrat, inspetor, registrou que percorreu as classes, assistiu a aulas, examinou trabalhos. Deu sugestões para o ensino da leitura e linguagem. Verificou escrituração da Caixa Escolar e que nelas constatou regularidade. Nesse período, há de fato uma conotação maior à questão da leitura e da linguagem, uma vez que a expressão “deu sugestões sobre leitura e linguagem” pode já ser considerada como parte do protocolo, assim como confirmar o asseio, a disciplina e a ordem.

Nesse mesmo dia, submeteu alunos a uma prova para verificar adiantamento dos alunos. Destacou: “Uma interessante organização aqui existe digna de imitação em meio escolar – é o Correio dos alunos” (Termos de visita, p. 29, *ipsis litteris*). Pelos registros, não foi possível obter mais detalhes sobre a dinâmica da organização denominada “correio de alunos”, como ela era realizada ou qual era o seu objetivo. De todo modo, ficou patente que o inspetor apreciou a atividade a ponto de desejar que fosse imitada por outras escolas.

O mesmo inspetor retornou à escola em 23 de setembro, quando mencionou que esteve na escola para submeter alunos a uma prova gráfica de linguagem escrita e “trocar com os professores ideias sobre assuntos pedagógicos” (Termos de visita, p. 30, *ipsis litteris*).

Novamente, surge no Termo de Visita do inspetor o aspecto pedagógico, inclusive utilizando a referida expressão: “pedagógico”. No entanto, sua presença aparentava ainda ser tímida, pois não constam muitos registros de recomendações de caráter imperativo, como foi possível ver em outros Termos.

Em 23 de outubro, o inspetor assistiu à aula de linguagem dada pelo diretor. Deu, também, aula de linguagem oral e de educação moral. Examinou o movimento da Caixa Escolar, sem deixar de registrar o movimento do dia, isto é, número de alunos matriculados presentes e frequentes.

Nessa época, era costume o diretor ou inspetor ministrarem as aulas, como modelo, para as professoras. Prática esta que parecia ser mais demonstrativa de conhecimento e delimitação hierárquica que de prática de auxílio pedagógico.

**Figura 16:** Certificado de 4.º ano de aluno do Grupo Escolar Senador Vergueiro, assinado pelo diretor Carlos Assis Velloso, em 1937.



Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

O Delegado do ensino, cujo nome encontra-se ilegível no Termo, visitou a escola, em 11 de março de 1938, para “conversar com os professores sobre questões de ensino aulas de aritmética aos principiantes” (Termos de visita, p. 30, *ipsis litteris*) e fez recomendações ao diretor quanto à leitura de trabalhos no primeiro ano; porém, estas não foram explicitadas no Termo.

Nota-se a grande dificuldade de se conhecer mais profundamente o trabalho dos responsáveis pela inspeção da escola, pois pouco foi registrado das ações concretas; há apenas menções superficiais, com intuito tão somente de se anotar uma atividade genérica. Caso tivessem maiores esclarecimentos, esses Termos poderiam servir de auxílio para novas ações da escola ou, até mesmo, para ações dos próprios inspetores e diretores, uma vez que se saberia se a escola cumpriu ou não com as recomendações feitas. Não tendo nenhum indicativo, mais uma vez as ações tornam-se fragmentadas e sem continuidade.

O inspetor Paulo Monte Serrat esteve no Grupo Escolar Senador Vergueiro nos dias 16 e 18 de março. Registrou que no dia 16 de março fez

[...] minuciosa inspeção nos livros de escrituração tendo ali encontrado algumas lacunas que não foram por mim expostas pelo facto de durante minha visita que se estendeu das 12 às 14 ½ horas não haver aparecido o Sr. Director que informou, mais

tarde, ter ido a diretoria atender ao chamado do superior hierarchico (Termos de visita, p. 30, *ipsis litteris*).

Ressalta-se a expressão “minuciosa inspecção nos livros de escrituração”, evocando que o enfoque da visita eram os aspectos administrativos e burocráticos, bem como o caráter fiscalizador ao apontar “algumas lacunas” nos documentos examinados e registrar o horário em que o diretor não estava presente na escola. No registro de 18 de março, há novamente menção à ausência do Diretor, desta vez para tratamento médico em SP. Esses dois itens tornam ainda mais evidente o uso do poder dos inspetores sobre as escolas.

Mesmo sem a presença do Diretor, o inspetor examinou o livro de matrícula e, detectando que estava incompleto, fez também registro. Em seguida, visitou as classes e elogiou, nominalmente, a docente do terceiro ano, com quem trocou ideia sobre registro. Nessa turma, submeteu os alunos à prova de linguagem escrita. No quarto ano, por sua vez, apontou que a professora dava aula de religião. Anotou ainda o movimento do dia, isto é, registrou número de alunos matriculados presentes e frequentes.

Nesse Termo, o que chamou a atenção foi a indicação de que o livro de matrícula estava incompleto, indicando a atenção à ordem burocrática e, também, o fato de, após muito tempo, reaparece referência elogiosamente à professora de uma das classes do Grupo Escolar.

Em 19 de março, o inspetor anotou dois aspectos, até então inéditos: “Constater com desprazer que o 1º anno C feminino não se encontrava na sala em virtude de emanações que se supõe provir de baixo do soalho” (Termos de visita, p. 31, *ipsis litteris*) e deliberou quanto ao quarto ano: “Cumpra ao Sr. Director providenciar com urgência a remoção do mal que ainda hoje foi a causa do afastamento, metade do horário do quarto ano feminino da sala em apreço” (Termos de visita, p. 31, *ipsis litteris*).

Nessas palavras, destaca-se, primeiramente, a situação do prédio que abriga a escola e, por conseguinte, a responsabilização do Diretor, isentando o poder público de tal compromisso. Acentuando essa questão, tem-se ainda o uso da expressão “desprazer”.

Nesse mesmo dia, segundo o Termo de Visita, o inspetor assistiu à aula, submeteu os alunos à prova mensal de linguagem e registrou nominalmente um aluno, cujas notas não tem passado de cinco, a seguir as palavras do inspetor:

Quando procedia o exame dos trabalhos graphicos dos alunos chamou-me a atenção o caderno de linguagem do aluno José, digo Antonio Montes Romero, que só tem alcançado nota 5 (cinco) Procurando a prova que o promoveu em 1936 para o 3º ano e constatei nela mais vinte erros, por isso que essa promoção apresenta a anomalia

que deve ser sanada pelo Sr. Director, tendo em vista os documentos que deixo aqui. (Termos de visita, p. 31, *ipsis litteris*).

Há que se notar que, uma vez mais, o inspetor anota irregularidade na administração do diretor. Essa responsabilização fica ainda mais acentuada quando, percebendo a presença de um aluno com dificuldade de aprendizagem, a atitude do inspetor visa à questão burocrática, sem fazer nenhum comentário sobre possíveis intervenções pedagógicas. O que se vê no Termo após o que foi transcrito acima é apenas o movimento do dia: número de alunos matriculados presentes e frequentes.

O outro ponto que merece atenção é a recomendação da “extirpação do mal”, que provavelmente está se referindo à “promoção com anomalia”, ou seja, falha da avaliação no ano anterior. A prática, em toda a sua amplitude, nos dias atuais, é encarada como excludente.

Em 04 de abril, o inspetor esteve novamente nas classes. Verificou o movimento do dia, assistiu à aula de Geografia, examinou registros e palestrou sobre registro de lições e construção de material para ensino de Geografia. Além disso, examinou cadernos e autorizou a publicidade da carta de um aluno que comentava a respeito do Correio Escolar. Por fim, verificou o saldo da Caixa Escolar.

Interessante constatar que a autorização da publicidade de carta de um aluno a respeito do “Correio Escolar”, iniciativa já elogiada em outra ocasião (em 13 de setembro de 1937) pelo mesmo inspetor. Essa solicitação que a escola faz ao inspetor demonstra a centralização do controle e falta de autonomia da escola para decidir sobre quaisquer ações, ainda que estejam dentro do planejamento do professor.

Ainda em abril de 1938, o inspetor Paulo Monte Serrat anotou que assistiu à aula, examinou cadernos e registros de uma professora, registrou o movimento do dia e, completou: “Sobre a mesa do diretor encontrei o recado ao lado, esse papel de linguagem, com dois problemas: ‘Prof. Veloso. Os 2º anos não fizeram provas’, porquanto os problemas desse tipo ainda não foram dados” (Termos de visita, p. 32, *ipsis litteris*).

Ele completou: “Dahi a necessidade de acompanhar o desenvolvimento dos Registros de lições evitando que se atrazem as provas.” (Termos de visita, p. 32, *ipsis litteris*).

A atitude demonstra-se altamente controladora, primeiro por inspecionar a mesa do diretor, segundo por ler a correspondência não endereçada a ele. Com base em uma atitude não considerada ética, impõe seu papel fiscalizador, anotando a necessidade de acompanhar o desenvolvimento dos registros dos docentes, evitando o descumprimento do currículo no tempo determinado. Fica patente que a preocupação não era quanto ao desenvolvimento cognitivo do educando, mas centrado tão somente no cumprimento dos prazos estabelecidos para os exames.

Em 7 de julho, o inspetor Paulo Monte Serrat acompanhou às aulas e orientou especificamente a de cálculo, assistiu à prova mensal, examinou o livro de chamada e cadernos de trabalhos gráficos. Nesse dia, mais uma vez o inspetor percebeu a ausência do Diretor e registrou o fato em Termo. Nesse caso, a ausência precisaria ser justificada junto ao Delegado do Ensino. Essa prática reafirma não apenas o poder fiscalizador e de controle, mas também de coibição dos funcionários, como se vê a seguir:

Encontrando sobre a mesa do Sr. diretor os registros semanais de lições pude verificar o da professora do terceiro ano A feminino está suficientemente desenvolvido por isso que é magnífico e bem feito modelo de trabalho. [...] Retirando-me do grupo às 16h verifiquei durante minha permanência a ausência do diretor, que fará a gentileza de justificá-la junto ao senhor delegado do ensino. (Termos de visita, p. 33, *ipsis litteris*).

Em 22 de agosto, estiveram no Grupo Escolar o Inspetor da Diretoria de Serviço de Justiça do Departamento de Educação e um inspetor da escola, cujo nome estava ilegível no Termo. Foram recebidos pelo senhor Joaquim Barbosa. O inspetor da Diretoria de Serviço de Justiça do Departamento de Educação explicitou:

Dando cumprimento a determinações do Sr. Diretor Geral do Departamento de Educação, tendo em vista os dizeres do Ofício nº 1, de 17 do corrente, da Diretoria do Serviço de Justiça, fiz nos termos do art. 6º, letra E do Decreto 9354, de 23 de julho último, a correição disciplinar ao Grupo Escolar “Senador Vergueiro”, em Sorocaba, que encontrei sob a direção do prof. Joaquim Barbosa, auxiliar, servindo no impedimento do efetivo João Carlos Assis Veloso. Determinei fosse recolhido à Caixa Econômica local um saldo em dinheiro da Caixa Escolar do educandário [...] Em havendo dúvida se dito saldo é de 90 \$ ou 190\$ [ilegível] aqui o prazo de (5) cinco dias para que se proceda o recolhimento. Outrossim, determinei também, seja atualizada a escrituração da caixa, bem como legalizada a situação dos membros componentes da diretoria, uma vês que a mesma vem servindo em desacordo e fragrante desrespeito às determinações superiores. (Termos de visita, p. 33, *ipsis litteris*).

Esse registro refere-se, ao menos aparentemente, a atividades que, hoje em dia, seriam praticadas pelo Tribunal de Contas do Estado – por exemplo, o fato de detectar irregularidades no saldo e composição da Caixa Escolar.

Ao registrar que “a mesma vem servindo em desacordo e fragrante desrespeito às determinações superiores” (p. 33), é perceptível o tom de julgamento à irregularidade detectada. Finaliza o Termo reportando-se aos funcionários da escola, com os seguintes dizeres: “[...] Apresento-lhe minhas despedidas, extensivas a todos que, sob este tecto, trabalham realmente, pelo engrandecimento de nossa terra e nossa gente”. (Termos de visita, p. 33, *ipsis litteris*, grifo pessoal). O uso da expressão “realmente” soa como denúncia de que há aqueles que são não

cumpridores das determinações, que, por conseguinte, não contribuem para o engrandecimento da terra e gente, ou seja, é praticamente considerado um desertor.

Em 17 de setembro e em 3 de outubro, o inspetor examinou livros de escrituração e cadernos de alunos, registrou o movimento do dia. Visitou classes e trocou ideia com uma professora sobre o ensino das diferentes disciplinas. Verificou trabalhos gráficos e deu aula. Não há registro mais minucioso que pudesse permitir análise das considerações de cunho mais pedagógico, na prática do inspetor. Também não foi mencionado no documento algo que nos revelasse a respeito das consequências da visita do Inspetor do Serviço de Justiça.

O inspetor escolar Cláudio Ribeiro da Silva foi recebido, em 1 e 11 de março de 1939, já pelo diretor Armando Rizzo e registrou que percorreu as classes e constatou funcionamento normal nos três períodos. Palestrou para as professoras a respeito do ensino. Anotou o movimento do dia e destacou o asseio, disciplina e ordem. Como se pode concluir, o ritmo da escola volta ao normal, assim como os protocolos de preenchimento do Termo de Visitas.

Em 14 e 15 de julho, o mesmo inspetor, senhor Claudio Ribeiro da Silva, escreveu em tom elogioso: “Estive ontem e hoje, em visita a este Grupo Escolar, que continua funcionando com a máxima regularidade, sob a direção esforçada do Prof. Armando Rizzo. (Termos *de visita*, p. 34, *ipsis litteris*). Consta, portanto, a evidente satisfação com o atual diretor do Grupo Escolar. Nesse mesmo dia, percorreu as classes, a fim de verificar a “marcha do ensino, nas diversas classes e trocando impressões com os respectivos professores a respeito do mesmo” (Termos de visita, p. 34, *ipsis litteris*). Atenta-se que as palavras que antes eram frequentes voltaram a aparecer, como a menção à marcha, que nos remete à extrema ordem, quando todos, no mesmo ritmo, obedecem às determinações superiores.

O inspetor anotou ainda que fez palestra de interesse geral, não determinando qual seria o assunto. Destacou o asseio, disciplina e ordem.

Em 22 e 25 de setembro, novamente, o inspetor Cláudio Ribeiro Silva elogiou a direção, mencionou o movimento do dia, registrando número de alunos matriculados presentes e frequentes. Percorreu classes. Verificou a escrituração da Caixa Escolar e saldo e anotou: “A escrituração da Caixa Escolar está em dia e acusa o saldo de [...]” (Termos de visita, p. 35, *ipsis litteris*).

Nota-se que nada mais foi relatado sobre o caso da irregularidade encontrada no Caixa Escolar. Não foi possível, portanto, detectar se o problema apontado em documento foi sanado. Absolutamente nada mais foi mencionado a respeito desse fato nos Termos de Visita, o que comprova a dificuldade em concluir e acompanhar as medidas e processos, sejam de ordem administrativa ou pedagógica. Os documentos de registro de inspeção não tratam, a partir de

então, dos itens habituais e obrigatórios, como se viu na última anotação do inspetor Cláudio Ribeiro Silva, que afirma que a documentação da escola está em ordem.

Foram analisados um total de 74 Termos de Visita, referentes ao período de 1930 a 1939. Notou-se, pelos registros dos referidos documentos, que os inspetores do Grupo Escolar Senador Vergueiro continuavam, assim como na década anterior, mantendo o foco de suas ações na fiscalização das regularidades do funcionamento escolar e, também, no número de alunos matriculados e presentes. Outro aspecto que se pôde perceber foi a conferência da escrituração e dos balancetes das verbas institucionais, oriundas da Caixa Escolar. Os inspetores assistiram à festa dos animais, destacando “aulas globalizadas”. A verificação de cumprimento curricular era também um fator considerado pelo inspetor do ensino.

Os itens como tratar sobre a “globalização do ensino”, a “marcha do processo de leitura”, a maneira de resolver problemas aritméticos e, ainda, a linguagem escrita passaram a fazer parte das visitas e dos registros dos Termos, assim como a aplicação, pelo inspetor, de testes diagnósticos.

Há que se destacar que, diferente do termo anteriormente empregado – “palestrar” –, passou-se a usar nos documentos a expressão “trocar ideias com os professores”. Apesar de não se encontrar nenhum indício de que a prática da “troca” foi, de fato, implementada.

Verificou-se também maior aproximação dos inspetores em relação às realizações práticas dos discentes, quais sejam: “oficina de feitura de escovas, canetas e bolsas escolares” (*ipsis litteris*), com comentário relacionando-as à concepção da Escola Nova.

Persistiu, assim como na década anterior, a descontinuidade de visitas e de atuações orientadoras e pedagógicas dos inspetores nas salas de aulas. Houve apenas tentativa de uniformização e padronização de solução de problemas e aplicação da geometria, de práticas educacionais e troca de ideias quanto ao processo de ensino.

No período mencionado, destacaram-se trabalhos da “Escola Nova”, realizados por docentes, com votos de que outros também viessem a trabalhar com a nova orientação.

Verificou-se um comentário de ordem mais pedagógica em 1933, em um dos termos que destaca: “É preciso combater o mal do psitacismo ou papagaismo. Ler e não entender não é ler” (Termos de visita, p. 17, *ipsis litteris*). Também nesse ano, foi registrada “palestra pedagógica para professores”, mas não foi possível saber qual tema foi abordado, nem a metodologia empregada.

Houve, também, imposição de formação de classes homogêneas via Comunicado.

Encontram-se nos documentos certas preocupações culturais, como cinema educativo, escotismo, biblioteca, clube agrícola.

Outro item interessante de se mencionar é que foram encontrados registros em que o inspetor ministrou aula modelo, provavelmente na tentativa de suprir as fragilidades da formação docente, já apontadas historicamente, o que reflete na consequente incapacidade de propor aulas de qualidade.

Detecta-se, pelos registros dos inspetores, a existência de ações assistencialistas, tais como distribuição de materiais e a instituição da sopa escolar. Foi mencionada também a necessidade de reforma do prédio. Por outro lado, pela análise desses documentos, não é possível afirmar que houve evolução e continuidade das propostas feitas. As anotações sobre esse item parecem ser redigidas para cumprimento de protocolo. A única continuidade dada à inspeção refere-se exclusivamente ao papel fiscalizador e burocrático do inspetor.

Outro dado que enfatiza sua ação controladora está no registro em que o inspetor detecta falha na promoção de um discente não alfabetizado, aponta a responsabilização e pede “extirpação do mal”. Essas são práticas muito mais de ordem fiscalizadoras e controladoras que orientadoras.

Nesse período, há solicitação de resgate das ideias, hábitos e valores de exaltação patriótica, cultivando símbolos nacionais.

Houve ainda referência ao “Correio dos Alunos”, uma prática que não foi explicada nem detalhada, embora tenha sido elogiada pelo inspetor.

Em 1938, o inspetor leu um recado de uma professora para o diretor informando que os alunos não fizeram provas porque os problemas não foram trabalhados, isto é, houve descumprimento do currículo no tempo determinado. O inspetor, com essa atitude invasiva, perpassou a privacidade do diretor impondo seu papel controlador e fiscalizador.

Embora os apontamentos de irregularidades no saldo e composição da Caixa Escolar estivessem dentre as atribuições do inspetor – novamente de ordem fiscalizadora – devido à descontinuidade dos temas tratados nos documentos, nada mais foi relatado sobre tal irregularidade.

Como se pode notar, algumas poucas diferenças de ordem funcional ou realmente pedagógica foram percebidas no período contemplado por este item. O fato que salta aos olhos, mais uma vez, é descontinuidade do trabalho inspetor e a pouca resposta acerca das sugestões ou comentários que os inspetores registravam.

#### 4.3.1 O Relatório Anual da Delegacia Regional do Ensino de Sorocaba (1940)

Sabendo que o Delegado do Ensino, anualmente, deveria emitir relatório para o Diretor Geral do Departamento de Educação, pretendia-se, neste trabalho, confrontar tais relatórios, com os Termos de Visita dos inspetores, tendo, pelo menos, como objeto de estudo, os dois documentos do início de cada década aqui analisada. A ideia aqui seria detectar pontos convergentes e/ou complementares.

No entanto, durante as pesquisas, não foram localizadas informações de todos os relatórios anuais da Delegacia Regional do Ensino de Sorocaba necessários para cumprir com tal intenção.

Ainda assim, o Relatório Anual da Delegacia Regional do Ensino de Sorocaba de 1940, foi de grande importância, tendo em vista que tal documento oferece interessante discussão em torno de temas que percorriam a Delegacia de Ensino de Sorocaba.

A ideia, então, é compreender as nuances desse relatório de 1940, escrito pelo Delegado Regional de Ensino de Sorocaba e, em seguida, confrontá-lo com os Termos produzidos nesse mesmo ano, a fim de ampliar as reflexões.

O Relatório do então Delegado Regional do Ensino de Sorocaba, Waldomiro Prado Silveira, era encaminhado ao Diretor Geral do Departamento de Educação, o Sr. Antenor Romano Barreto, segundo exigência da circular n.º 1, de 03 de janeiro de 1941.

Tratava-se de um documento em que se podia encontrar, além do relato dos acontecimentos, toda uma discussão em torno de diversos temas, como se verifica a seguir.

Os temas tratados no relatório de 1940 e os objetos nele contido são: 1- A Delegacia; 2- O Delegado; 3- Os inspetores; 4- Auxiliares de Inspeção; 5- Secretários e demais auxiliares; 6- Os Diretores de Grupo Escolar; 7- Os prédios e o mobiliário; 8- A Orientação do Ensino; 9- Rendimento escolar, Alfabetização, Promoção e o Problema dos repetentes; 10- Nacionalização do Ensino e o Ensino Cívico; 11- As Comemorações Escolares; 12 A Educação Física e Higiene e Puericultura; 13- Organizações auxiliares da escola; 14- A educação Pré Primária; 15- As Reuniões Mensais dos Inspetores; 16- As Reuniões Mensais de Professores de Escolas Isoladas e de Adjuntos de Grupo Escolar; 17- Exames e Horários; 18- A Contribuição dos Municípios e dos Particulares ao Ensino; 19- As Despesas da Delegacia; 20- Ligeira Notícia Sobre as Escolas Normais Livres; 21- Ligeira Estatística Sobre o Movimento dos Grupos Escolares, das Escolas Estaduais e Municipais e das Escolas Particulares; 22- As Dificuldades encontradas pelas estagiárias para sua fixação no local e para instalação da escola meios postos em prática para dirimi-las; 23- Outros problemas peculiares à região.

A intenção do relatório era dar visibilidade ao trabalho realizado naquela região, além de dar ciência das carências e problemas educacionais, reivindicando providências dos poderes

públicos. Nesses documentos, encontram-se trechos em que o Delegado Regional expressa opiniões sobre os assuntos tratados, bem como sugere alternativas para minimizar as dificuldades.

No entanto, não se pode descartar os filtros pelas quais a realidade escolar passa no discurso de quem fala. Há de se analisar, com cautela, a visão da ação educativa que se desejava evidenciar. Assim, os relatórios dos Delegados de Ensino oferecem ricas informações para a identificação do discurso vigente dentro de instâncias superiores e compará-los ao que se pôde constatar de real na escola, por meio dos Termos dos inspetores.

A análise do relatório permite identificar, também e com maior clareza, os interesses tensionados no jogo político entre o poder central e regional, o lugar que a escola passou a assumir no conjunto das instituições que iam sendo criadas e reordenadas no processo de construção da sociedade. Dessa forma, a escola é analisada como uma, dentre tantas outras instituições.

O Relatório elaborado pelo Delegado do Ensino da Região de Sorocaba, em 1940, contém 34 páginas, ademais os anexos. Ele se apresenta como uma peça de reconhecimento da realidade da educação da época. Nesse documento, pode-se identificar a realidade e ações, realizadas ou frustradas da Delegacia do Ensino da Região de Sorocaba, firmando dar conta da administração e dos trabalhos e atividades realizadas.

Ao dar início ao relatório, o Delegado Regional do Ensino, Waldomiro Prado Silveira, dirigindo-se ao senhor diretor geral, apontou:

Devo, todavia, fazer ciente a Vossa Senhoria que tendo assumido o cargo de Delegado desta região a 2 de outubro, em virtude de permuta com o ilustre professor Antonio Tenório da Rocha Brito que, com raro brilho e inexcedível dedicação o exercia, todo o trabalho executado, cujo volume poderá ser avaliado pelos dados que se seguem deve, com justa razão e como prêmio ao mérito, ser atribuído à capacidade de trabalho, orientação segura e conhecimento profundo dos problemas educacionais do meu ilustre antecessor. A mim só resta a satisfação de ser o expositor impreciso da sua brilhante administração (SÃO PAULO (Estado), 2014).

Desta feita, o então Delegado, que assumiu o cargo em 2 de outubro de 1940, embora dividisse o mérito administrativo com o seu antecessor, justificou possíveis imprecisões da exposição dos trabalhos e atividades realizados sob a administração de Antonio Tenório da Rocha Brito.

Em seguida, o senhor Waldomiro Prado Silveira traçou um panorama da região por ele administrada, tornando o interlocutor ciente da dimensão de seu trabalho. Afirmava, portanto, que a Delegacia de Ensino compreendia 17 municípios, quais sejam: Sorocaba,

Boituva, Cabreúva, Campo Largo, Conchas, Itu, Laranjal, Pereiras, Piedade, Pilar, Porangaba, Porto Feliz, Salto, São Roque, Tatui, Tietê e Votorantim. Destacou, após a lista, a grande abrangência territorial para ser administrada, bem como a estagnação do progresso. Afirmou: “[...] apesar da fertilidade do solo, não apresentam um surto de progresso como o que verificamos em outra parte do Estado” (p. 1). E apontou que a população era formada por pequenos proprietários.

A sede da Delegacia de Ensino era alugada e situava-se na Rua da Penha, n.º 646, de propriedade de D. Ondina Rolim Santarini. O delegado, fazendo o Diretor Geral lembrar sua visita à Delegacia do Ensino de Sorocaba, em 23 de novembro de 1940, afirmou que este poderia visionar as precárias instalações da Delegacia. Aproveitou o relatório e destacou alguns aspectos relacionados às condições físicas do espaço utilizado, bem como solicitou medidas para melhor atender a população:

[...] é uma instalação bastante precária, excessivamente modesta e que, além de não corresponder à importância da Região que superintende, não está à altura do progresso da cidade. A sua mudança para um prédio de maior conforto e melhor aparência, é medida que se impõe, para que assim possa emparelhar-se com as demais repartições públicas aqui instaladas e melhor servia às suas finalidades. (Relatório de 1940, p. 1).

Em referência ao cargo de Delegado, o senhor Waldomiro expôs que o ocupava por permuta realizada em 27 de setembro de 1940, cuja posse foi tomada em 1.º de outubro de 1940. Esclareceu, ainda, que, já no dia 2 daquele mesmo mês, viajara pela região com o objetivo de conhecer a realidade regional, bem como os problemas e ações bem-sucedidas nela existentes. Justificou que, apesar de se deparar com dificuldades, não tomou nenhuma iniciativa para minimizá-las, pois “estávamos em fim de ano letivo” (Relatório de 1940, p. 2). Esse trecho evidencia a necessidade de prestação de contas dos serviços do Delegado ao seu superior.

O senhor Waldomiro continuou esclarecendo que, no período em que não tomou iniciativa, limitou-se a observar melhor as condições da região, para se preparar para as orientações e implementações de medidas no próximo ano. Dessa forma, esclareceu que a função frente à Delegacia do Ensino, em Sorocaba, nos últimos dois meses do ano de 1940, foi “meramente burocrática e de observação” (Relatório de 1940, p. 2).

O Delegado elogiou o trabalho realizado até então, mas, em relação às ações pretendidas, declarou, sem maiores detalhamentos, que “algo ainda se pode fazer para o aperfeiçoamento das finalidades que temos em vista” (Relatório de 1940, p. 2). De fato, não se pode saber que aperfeiçoamentos seriam os mencionados e nem que finalidades pretendia atingir.

Ao fazer referência ao artigo n.º 310 do Código de Educação, pediu sua revisão. O referido artigo trata de ampliar as atribuições do Delegado e, segundo o senhor Waldomiro, as atribuições do cargo eram muito limitadas e centralizadas, prejudicando ações mais abrangentes e necessárias. Destaca-se que a solicitação do senhor Waldomiro se encontrava em dissonância ao disposto em lei.

No que se refere aos inspetores, o Delegado de Ensino apontou que “para o serviço de orientação e fiscalização do ensino, a Delegacia de Sorocaba, conta com a colaboração de quatro inspetores” (Relatório de 1940, p. 3). Seguiu o documento sinalizando que o trabalho vê-se comprometido devido ao grande número de unidades escolares na abrangência regional da Delegacia do Ensino de Sorocaba.

Comentou ainda que, apesar da boa vontade e dedicação dos inspetores, não foi possível atender aos docentes das escolas isoladas e outras de sua jurisdição, nem executar o trabalho eficientemente. Apontou, como consequência disso, o baixo rendimento escolar observado no Estado:

[...] uma das principais causas do pequeno rendimento escolar que ora se observa em todo o Estado, reside na quase nula assistência que as Delegacias de Ensino, através de seus inspetores, prestam à escola rural e mesmo aos grupos escolares, isto porque, em regra geral, os inspetores têm a seu cargo, em média, mais de cem unidades e depõem de uma verba exígua para as viagens de inspeção (Relatório de 1940, p. 4).

Informou, então, que, na região de Sorocaba, havia 748 unidades escolares, o que resultava em 215 unidades de ensino para cada supervisor atender. Diante disso, o Delegado argumentou em forma de questionamento:

Que orientação poderá esse funcionário dispensar aos professores do seu distrito? O seu esforço, a sua dedicação esbarra com a escassez material de tempo e de dinheiro. Depreende-se do exposto a necessidade imperiosa da designação de, pelo menos, mais um inspetor escolar para esta Região (Relatório de 1940, p. 4).

Além da falta de inspetores, havia a escassez de material, tempo e dinheiro. Explicitou ainda que tinha consciência que a realidade registrada por ele também era vivida em outras partes do Estado brasileiro, mas, ainda assim, fez um apelo para que a educação paulista reconquistasse o seu espaço. Calculou, então, que o aumento de mais um inspetor na Delegacia de Ensino de Sorocaba acarretaria em mais gastos, mas que isso seria recompensado pelos benefícios que poderiam gerar ao ensino público. Expressou assim seu pedido:

[...] daí a certeza que tenho que meu pedido de mais um inspetor, não será o único a chegar às mãos de Vossa Senhoria. Estamos certos que Vossa Senhoria, interessados como nós outros na melhoria constante do nosso aparelhamento escolar, para que São Paulo possa reconquistar o posto que já ocupou nos campos a educação popular, tudo fará, junto dos poderes competentes, para o aumento do quadro de inspetores, cujas despesas serão ressarcidas, com juros, pelos benefícios prestados à causa do ensino público (Relatório de 1940, p. 4).

Conclui-se que, apesar de todos os entraves, a dedicação e o espírito de disciplina foram demonstrados pelos inspetores, traduzidos nos números das visitas realizadas. No entanto, os esforços elencados foram insuficientes para uma orientação eficaz para os docentes sediados nas muitas e diferentes unidades escolares da região.

Elogiou também, nesse documento, o trabalho dos 16 auxiliares de inspeção, afirmando que suas “atribuições foram desempenhadas com eficiência” (Relatório de 1940, p. 5).

Cabe, na análise do texto do senhor Waldomiro Prado Silveira, o destaque constante aos funcionários que estiveram atuando em horas extraordinárias para a execução das tarefas a eles impostas, como se segue:

[...] o serviço de auxiliar de inspeção na sede da Delegacia esteve a cargo da adjunta do Grupo Escolar de Glicerio, d. Olga Sarti, comissionada na Delegacia desde 26 de julho do ano próximo findo. Funcionária dedicada, caprichosa e assídua, desempenhou-se com galhardia das funções que lhe foram atribuídas, auxiliando ainda em horas extraordinárias, nos serviços da Secretaria (Relatório de 1940, p. 5).

Dentre os demais assuntos tratados no documento, o Delegado relatou que, reconhecendo o número de escolas na sede e o volume de trabalho burocrático da Secretaria, designou “[...] o diretor do Grupo Escolar Visconde de Porto Seguro para auxiliar de inspeção em Sorocaba. É providência que se impõe á bem do serviço da Delegacia” (Relatório de 1940, p. 5).

Sobre o Secretário e demais auxiliares, novamente o Delegado em seu discurso mencionou a funcionária que exercia a atividade, senhora Lúcia Braga, e a adjectivou:

Funcionária zelosa, culta e dedicada, emprega toda a sua atividade no desempenho de suas funções sem a preocupação do tempo ou do horário. Graças ao seu dinamismo e capacidade de trabalho, foi possível a secretaria manter em dia o volumoso trabalho burocrático da Região (Relatório de 1940, p. 6).

E o Delegado mencionou, então, outra secretária, auxiliar, senhora Eneida Maria Arruda, no mesmo tom: “não mediram sacrifícios, chegando a trabalhar quase que diariamente fora do expediente estabelecido” (Relatório de 1940, p. 6).

Ainda no item funcionários, o Delegado apontou que os serviços de limpeza, portaria e manutenção do prédio da Delegacia de Ensino eram exercidos por uma única pessoa, o senhor João Jacowicz, comissionado desde 5 de fevereiro de 1936 junto à referida repartição, mas esclareceu que, findo o ano de 1940, o funcionário solicitou dispensa da comissão e reassumiu o seu cargo efetivo. O Delegado informou, então, em seu relatório, que propôs a designação da senhora Maria José Braga, para servir em comissão a Delegacia do Ensino de Sorocaba.

Percebe-se pelos itens tratados que mesmo as minúcias do cotidiano de trabalho da Delegacia eram reportadas ao superior.

Quanto aos dados referentes aos Diretores do Grupo Escolar, informou que “o quadro de diretores de Grupo Escolar da Região, que se compõe de 32 funcionários, não sofreu no decorrer de 1940, grandes alterações” (Relatório de 1940, p. 7). E prosseguiu afirmando em um relativo – e por que não dizer espantoso – conformismo:

[...] o quadro de diretores da Região é formado de professores dedicados. Há alguns elementos já cansados e com os quais não se pode contar para um trabalho de renovação de processos de ensino, pois, rotineiros, não se preocupam com o progresso da Pedagogia ou da Didática. Outros há, cuja atuação muito deixa a desejar, não só quanto à disciplina como ainda quanto aos deveres do cargo (Relatório de 1940, p. 8).

O Delegado sugeriu como medida salutar a revisão do quadro de diretores e justifica expondo:

[...] ao lado de figuras brilhantes que só enobrecem tão alta missão, há os que a desvirtuam e a desmerecem. Felizmente o número destes é pequeno. Devemos tem em conta que o cargo de diretor de grupo é, talvez o mais importante e de maiores responsabilidades, no magistério. Para ele é necessária uma rigorosa seleção (Relatório de 1940, p. 9).

No referente ao trabalho do Diretor, o Delegado pouco sabia o que de fato se passava, pois contava apenas com os relatos das poucas visitas dos inspetores e com as atas. Registrou no relatório, portanto, a preocupação do acompanhamento das ações e, também, que pretendia implementar uma ficha de serviço do diretor, que, na opinião dele, poderia “aferir e julgar do trabalho de orientações e assistência que aquele funcionário dispensa às classes do estabelecimento que dirige” (Relatório de 1940, p. 9).

A ficha continha os dias do mês, classe, material, ponto e a duração das aulas orientadas, bem como os dias do mês, classes, matéria, ponto e julgamento das aulas assistidas, além de um espaço para registro de outros serviços executados. Havia, no documento, a intenção mesclada de julgamento das aulas e a suposta preocupação com a orientação.

Quanto aos prédios e ao mobiliário, o Delegado descreveu que: dos 32 grupos escolares, 11 estavam instalados em prédios do Estado; um, da Estrada de Ferro Sorocabana; e 13 eram alugados – cujos aluguéis eram de responsabilidade da Prefeitura. Havia ainda dois estabelecimentos cedidos pela Fábrica Santa Rosália, pois eram grupos escolares que atendiam as vilas operárias. Sobre essas escolas, apontou Oliveira:

[...] o fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardim da infância, montados pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1998, p. 18).

O caso de Sorocaba não era diferente do que aponta Oliveira: a Fábrica Santa Rosália também apresentava interesse em ofertar local de estudo aos filhos dos operários, a fim de que todos estivessem satisfeitos.

No mesmo relatório, o Delegado tratou da situação dos prédios que estavam em fase de início ou conclusão de obra e fez um apelo: “É de urgente necessidade a construção, pelo Estado, de prédios destinados ao funcionamento dos grupos escolares: Visconde de Porto Seguro e Senador Vergueiro” (Relatório de 1940, p. 10). Prosseguiu, então, advertindo, a respeito dos Termos de Visita, incluindo a escola objeto desta pesquisa: “[...] os grupos Visconde de Porto Seguro e Senador Vergueiro em Sorocaba funcionam em verdadeiros pardieiros, sem conforto, sem ar, sem luz e, conseqüentemente, sem higiene” (Relatório de 1940, p. 10).

Há de se atentar se tais observações e considerações, acima relatadas pelo Delegado, apareceram nos Termos de Visita dos inspetores, analisados no próximo item deste trabalho.

Em relação às escolas isoladas, o delegado enfatizou a preocupação de construções de salas adequadas, indicando que elas existem, mas não nas condições ideais.

Fez menção ao mobiliário das escolas, que se encontra em péssimas condições, principalmente dessas escolas isoladas que, segundo registrou, “[...] trata de fornecimentos antigos” (Relatório de 1940, p. 11). Aproveitou também para dizer que os móveis da Delegacia de Ensino, com exceção dos armários, precisavam ser trocados. Sobre isso, o senhor Waldomiro fez sugestão, não sem antes provocar a comparação da Delegacia de Ensino com as demais repartições estaduais sediadas em Sorocaba: “Um confronto entre a instalação da Delegacia de Ensino de Sorocaba e as demais repartições estaduais aqui sediadas, será simplesmente desvantajoso para aquela, tal a pobreza de sua instalação.” E continuou: “Não está ela á altura da sua importância” (Relatório de 1940, p. 11).

Prosseguindo nas reclamações e solicitações, nesse momento se referia às escolas novas que funcionam durante meses sem material e apontou: “E, muita vez, a falta de um quadro-negro prejudica o trabalho de um ano”. Continuou: “Ora, esses inconvenientes seriam facilmente evitados si as Delegacias, mais em contato com as escolas, estivessem habilitadas a remediá-las de pronto” (Relatório de 1940, p. 12). Para tal situação, a sugestão seria a organização de uma oficina, na escola, com a cessão, pelo Almojarifado, de material para a manutenção das unidades escolares e justifica: “Com essa ligeira organização, economizando frete e carroto, ganharíamos tempo e acudiríamos de pronto, a todas as necessidades que surgissem [...]” (Relatório de 1940, p. 12). Sugere, com tal ideia, a descentralização dos serviços.

Interessante observar no relatório as considerações, mesmo que apenas a partir de dois meses no cargo de Delegado, a respeito da orientação do ensino. O senhor Waldomiro afirmou que o ensino obedeceu, em linhas gerais, ao programa de ensino. Curiosa foi também a declaração feita em relação à prática dos inspetores, pela expressão utilizada para descrever o modo de agir destes “mais ou menos livremente”, conforme expressa no trecho: “Os inspetores dentro daqueles moldes, agiam, mais ou menos, livremente, imprimindo cada um, no seu distrito, a orientação que julgavam mais acertadas” (Relatório de 1940, p. 13, grifo pessoal).

O Delegado justificou as variações de ações e o mosaico que vai se constituindo apontando a resistência dos docentes em cumprir as orientações e, em tom de lamento, expôs uma vez mais o grande número de escolas sob a orientação de cada inspetor, além de citar o atraso das verbas para que os mesmos pudessem realizar as visitas às unidades escolares.

Vê-se, pelo exposto, que sendo individual, a orientação, é natural que não tivesse ela a uniformidade desejada e por todos os títulos recomendável, tanto mais que o nosso professorado, em geral, tem uma acentuada tendência, para fugir à orientação que se lhe dá. Ora si esta não é uniforme e nem acompanhada pelo Inspetor, como infelizmente acontece pela exiguidade da verba de inspeção, pelo atraso com que é recebida e ainda pelo grande número de unidades atribuído a cada inspetor, é fácil avaliar-se o mosaico que, naturalmente, daí surge. (Relatório de 1940, p. 13).

O grande número de escolas sob a orientação de cada inspetor trazia como consequência, segundo o que declara o Delegado do Ensino, o fato de não se conseguir mais do que uma visita ao ano. O Delegado, analisando esse aspecto, questionou: “Que orientação poderia ter sido transmitida a essas professoras?” (Relatório de 1940, p. 13). Novamente expressou, ao questionar, a necessidade do aumento do quadro de inspetores ou da verba de inspeção.

Para a exposição do rendimento escolar, como alfabetização, promoção e o problema dos repetentes, o Delegado fez uma introdução pedindo atenção aos números, que, segundo ele “na nudez eloquente dos algarismos, dá uma ideia clara e positiva do que foi o rendimento escolar, nesta região, no ano de 1940” (Relatório de 1940, p. 14).

O quadro retratava que 69,09% foram promovidos e que 58,36% foram alfabetizados. Após a exposição dos números o Delegado refletiu: “Uma pergunta, desde logo, se impõe: É satisfatório esse número, tomando-se em consideração as despesas do Estado com a instrução pública?” (Relatório de 1940, p.14). E continuou mencionando especificamente a situação de Sorocaba:

Considerando o resultado apresentado pela Região de Sorocaba, sou forçado a responder pela negativa. A região de Sorocaba, infelizmente, não teve o rendimento escolar à altura de suas possibilidades e de acordo com a sua população escolar. Por que? Qual a causa? (Relatório de 1940, p. 14).

O delegado não fugiu de tentar expor, em seu relatório, as possíveis causas do baixo rendimento escolar na região de Sorocaba, mas, antes, teceu considerações a respeito dos índices gerais do Estado de São Paulo. Lamentou a queda do rendimento, e registrou: “Para nós, como brasileiros, isso é conformador; porém, como paulista, é simplesmente desconcertante” (Relatório de 1940, p. 15). Apontou que considera baixas as porcentagens de promoção e alfabetização. Afirmou que a causa não é regional nem relacionada às circunstâncias da zona. Atribui a origem do problema a fontes diversas. E continuou afirmando:

A meu ver, como aliás no de todos os Delegados de Ensino, cujas abalizadas opiniões figuram na resenha publicada no “Anuário do Ensino de 1936”, o deficiente preparo técnico dos professores saídos das Escolas Normais, tem concorrido grandemente para esse mal. (Relatório de 1940, p. 16).

Nesse trecho, usou da voz do grupo de Delegados para completar a sua ideia, usando como argumento o Relatório de quatro anos antes. A justificativa, segundo o grupo citado, é que a prática do Curso de formação docente é deficiente, principalmente por se distanciar da realidade. A orientação, segundo ele, ocorria a partir de classes homogêneas, com material didático adequado e suficiente e com crianças mais ou menos selecionadas, quadro bem diferente daquele que as docentes viam nas escolas rurais. Então, prosseguiu no raciocínio:

É necessário que essa prática tenha um cunho mais realista. Não duvido do preparo técnico e nem menosprezo o valor desses jovens professores, porém tenho verificado a sua ineficiência na vida prática. Já encontrei professoras saídas das Escolas Normais que, na sua escola, aplicam velhos processos de ensino, sob a

alegação de que não é praticável na escola rural, a renovação didática do ensino insistentemente reclamada. Daí apegarem-se aos mais esdrúxulos e absurdos processos de ensino que, dizem, são, aos rápidos e menos fatigantes (Relatório de 1940, p. 16).

Outro aspecto destacado no relatório dizia respeito ao excessivo número de licenças, que prejudicava o ensino. Em relação a esse problema, o delegado fez o seguinte comentário: “Eu não acredito que todos esses professores, que gozaram licença, o fizeram por necessidade; atribuo o fato à facilidade que encontram no fornecimento de um atestado médico e pelo pouco interesse que há pelas coisas do ensino” (Relatório de 1940, p. 16).

Arrematou afirmando que julgava “inadiável a necessidade de uma medida coercitiva” e sugeriu que verbas fossem repassadas para que cada Delegado contratasse um médico para atestar os afastamentos superiores a 30 dias, quando constatada a real necessidade. Até esse limite de dias a licença, na sugestão dada, poderia ser concedida pelo Delegado. Após expor a sugestão, afirmou:

Estou convencido que essa medida, não só o número de licenças baixaria, de mais de 50%, como o expediente das repartições ficaria bem mais aliviado. A despesa de 250 contos anuais que isso representa para o Estado, estou certo, seria fartamente compensada pelo rendimento escolar, além de diminuir, o trabalho da Secretaria da Educação (Relatório de 1940, p. 17).

Nesse trecho do relatório, verifica-se que, na realidade, o Delegado pretendia adquirir mais poder sobre os professores, uma vez que ele seria o responsável por conceder ou não a licença com menos de 30 dias. Para comprovar tal ideia, nota-se a solicitação de “medida coercitiva” do relator. É importante notar que, mais uma vez, havia o pedido de repasse de verba para o Delegado para a concretização de mais essa sugestão oferecida por ele.

Ainda em tom de justificativa, apontando as causas do pequeno rendimento escolar no Estado e na região de Sorocaba, registrou o alto custo aos cofres públicos pelo elevado número de repetentes. Finalizou suas ponderações quanto ao tópico “Rendimento escolar, alfabetização, promoção e o problema dos repetentes”, apontando:

Prepare-se melhor o professor a sair das escolas normais, de-se-lhe, na vida prática, maior assistência técnica; modifique-se o atual regime de concurso de remoção, permitindo a inscrição aqueles que tiverem dois anos de efetivo exercício na mesma escola, com um mínimo de 400 dias de trabalho: dificulte-se a obtenção de licença, de acordo com a sugestão proposta e o nosso rendimento escolar atingirá a porcentagem correspondente aos sacrifícios do Estado, desaparecendo, assim, o problema dos repetentes (Relatório de 1940, p. 18).

O uso dos verbos no imperativo demonstra a certeza daquilo que aponta como problema e como solução. Nota-se que os problemas estão centrados na ação dos professores e, por consequência, para obter melhores resultados, a resposta esperada é a de dificultar – palavra empregada na citação acima – alguns de seus direitos.

Sobre a variante “Nacionalização do Ensino e o Ensino Cívico”, foi possível localizar no discurso do Delegado uma forte defesa ao nacionalismo, ao civismo, às datas comemorativas e às destacadas referências aos vultos históricos. Apontou que a legislação estabeleceu normas para a nacionalização do ensino; no entanto, havia colônias estrangeiras que procuravam ludibriar a lei, fazendo nas escolas um trabalho de desnacionalização.

Na Região de Sorocaba, o delegado afirmou que:

[...] não existe núcleo de estrangeiros, propriamente dito. O elemento alienígena está disseminado, apresentando-se com porcentagem mais ou menos elevada em alguns bairros do município de Sorocaba, sem, todavia, constituir um verdadeiro núcleo estrangeiro. A colônia mais numerosa é a espanhola, que apesar de não ser muito amante da escola, é perfeita e facilmente assimilável, não constituindo assim, uma preocupação da Delegacia a não ser quanto a matrícula e frequência (Relatório de 1940, p. 19).

Nas características atribuídas para o grupo estrangeiro, como “elemento alienígena” e “não ser muito amante da escola”, evidenciam o pouco afeto do Delegado dedicado a eles. O nacionalismo aqui é empregado na forma de enfraquecer e reprimir o conjunto de cidadãos natural de outros países.

Sinalizou que o ensino cívico quase desapareceu das escolas e questionou seus motivos e causas que, segundo o Delegado, foram deixadas sem respostas, pois, segundo ele, não era o tema específico a ser tratado no relatório. No entanto, apesar de destacar que o governo havia feito intensa propaganda sobre a educação cívica, manifestou sua preocupação com o fato e conclui com um apelo para que essa medida fosse intensificada e que não se esmorecesse. Em sua concepção:

[...] o civismo é a religião do Estado e os professores são os seus sacerdotes, visto que é na escola-altar da Pátria que se comunga a hóstia sagrada que ilumina a nossa alma inundando-a de patriotismo e dos conhecimentos dos nossos deveres para com a nossa terra e a nossa gente. Para tanto é mister, que o professor esteja possuído dessa mística, que ela o tenha dominado e absorvido, para que assim, pelo seu entusiasmo, pela sua fé, possa contagiar os seus alunos e a sociedade. De nada valo o conhecimento de todos os deveres cívicos, se não se sente o desejo imperioso de os praticar. O nosso professorado conhece todos os seus deveres cívicos. Resta, agora, incutir-lhes ou desenvolver-lhes o desejo de praticá-los (Relatório de 1940, p. 19).

O Delegado registrou no relatório que as comemorações das grandes datas nacionais, assim como o estudo dos grandes vultos da História e os recursos e possibilidades da nossa terra, eram assuntos recomendados pelas autoridades escolares, mas advertiu pesaroso que:

Infelizmente, porém, tudo isso não tem sido, no meio do povo, a repercussão desejada. Às nossas festas cívicas só comparecem aqueles que “por dever do ofício” são obrigados a isso, ou um ou outro curioso. Os pais mui raramente comparecem. (Relatório de 1940, p. 20).

Saudosistamente, expôs, ainda, que aqueles que um dia espalharam o civismo não conseguiam aceitar os ensinamentos da educação cívica nos moldes em que eram praticados naquele momento:

Aqueles, que como nós, tiveram a felicidade de lastrarem o seu espírito de um patriotismo sadio e vibrante-fruto fecundo de um trabalho cheio de fé e entusiasmo dos velhos mestres, que exigiam um culto respeitoso para os símbolos de uma Pátria grande, forte, respeitada, estremeçada e bela não podem compreender o ensino da educação cívica nos moldes em que atualmente se processam isto é, frio, sem vibração, sem fé sem entusiasmo (Relatório de 1940, p. 20).

Nesse aspecto, afirmou que, para 1941, tinha planos “quanto às coisas de nossa Pátria” (Relatório de 1940, p. 20), assim como ele se referiu:

[...] com o fim de despertar o espírito da população para as coisas de nossa Pátria. O programa para isso está sendo estudado com carinho. Pretendo em cada localidade, com o auxílio da população do município, erigir no Grupo Escolar local um altar da Pátria, diante do qual serão realizadas todas as solenidades cívicas. O culto à Bandeira Nacional deverá ser feito uma vez por mês, com toda a solenidade, precedida sempre por uma locução patriótica, proferida, de preferência por um elemento estranho ao magistério e com um cunho popular (Relatório de 1940, p. 20).

Finalizou lamentando que a disciplina Educação Cívica, nos cursos noturnos e escolas isoladas, era tratada com pouco interesse e, nos colégios particulares, o assunto quase nem tinha notoriedade.

Comentou que, em 1940, na região de Sorocaba, foram comemoradas todas as datas cívicas e em todos os estabelecimentos de ensino.

Em contrapartida, na questão da Educação Física, Higiene e Puericultura, o Delegado afirmou que “praticamente, nada foi feito no sentido de se tornar eficiente nas escolas da Região a Educação Física, a Higiene e a Puericultura” (Relatório de 1940, p. 21).

Ao fazer referência exclusivamente à Puericultura, advertiu que “nada se fez até agora no sentido de serem ministradas às alunas que concluem o curso primário, as mais rudimentares noções” (Relatório de 1940, p. 21).

Comentou que as professoras que estavam em exercício “conhecem o assunto pela rama” (Relatório de 1940, p. 21) e as que se especializaram estão comissionadas em repartições públicas da Capital. Conclui, em tom bastante resolutivo, que ficar nas repartições públicas “é mais agradável do que virem para o interior transmitir aquilo que aprenderam às suas patriciasinhas” (Relatório de 1940, p. 21, *ipsis litteris*).

No aspecto da Higiene, o Delegado expressou que a ação escolar trabalhava com conselhos de higiene do corpo, vestuário e habitação. Acrescentou, porém, que também deveria ser matéria a ser discutida em conjunto e com o auxílio dos Centros de Saúde. Mencionou também que as professoras ficam em sérias dificuldades para trabalhar o tema, porque as salas e prédios escolares pecavam pela falta de higiene.

Ao se referir à Educação Física, escreveu:

[...] devo confessar que esta continua sendo privilégio das classes ricas. É quase que exclusivamente praticada nos colégios ricos que possuem professores especializados. Nas escolas públicas (geralmente só nos grupos escolares) faz-se um arremedo de ginástica e isso graças à boa vontade e abnegação de alguns professores, que, em horas impróprias, devido ao horário escolar, procuram cumprir o programa, repetindo os velhos movimentos de marchas e contra-marchas que aprenderam no tempo de estudantes (Relatório de 1940, p. 22).

Registrou ainda que ao observar um grupo de crianças em desfile notava-se “a deficiência das mesmas ao par da falta de garbo e da cadência viciosa de sua marcha” (Relatório de 1940, p. 22). Este trecho está em consonância com o que se lê nos Termos analisados no item anterior deste trabalho, quando os inspetores prezavam – e lamentavam pela falta de – ordem e a marcha em harmonia, seja na estrutura escolar, seja, agora notando, na própria expressão corporal dos estudantes.

O Delegado deu destaque para a construção, em algumas cidades da região, de playgrounds, para uso das crianças, e lamentou: “mas de que valem eles se não tem quem possa orientar e disciplinar os exercícios” (Relatório de 1940, p. 22). O problema de especialistas, novamente em pauta no relatório. Solicitou, então, que, para as escolas, de fato, praticarem a educação física, o Estado deveria oferecer “a cada Delegacia, no mínimo, um professor especializado que possa transmitir aos demais professores os ensinamentos necessários a essa disciplina” (Relatório de 1940, p. 23).

Quanto às organizações auxiliares da escola, informou o Delegado, que na Região de Sorocaba, havia 35 caixas escolares e uma cooperativa, todas estando devidamente registradas, bem como suas funções desempenhadas em acordo com a legislação. Mencionou que, além dessas instituições, sete grupos escolares forneciam sopa aos alunos pobres.

Destacou elogiosamente que, no Município de Boituva, foi organizada uma caixa das escolas isoladas. Manifestou: “É meu pensamento, no correr do presente ano, torná-la extensiva a todos os municípios” (Relatório de 1940, p. 23). E continuou na defesa de tal medida: “Acho que cada município deveria ter uma caixa única, de modo a se fazer uma distribuição mais equitativa dos recursos apurados” (Relatório de 1940, p. 23).

Para dar continuidade à assistência prestada, fez referência aos grupos escolares de São Roque, Votorantim e Sorocaba que mantinham na época gabinetes dentários.

Relatou que na região havia bibliotecas infantis que prestavam benefícios aos alunos. Com objetivo de promover a aproximação da escola com a família, afirmou:

É pensamento desta Delegacia dar, no ano corrente, a essas bibliotecas uma finalidade mais prática, dotando-as de livros para adultos que serão franqueados à leitura dos pais e irmãos dos escolares, servindo assim de elemento de ligação entre a escola e a família (Relatório de 1940, p. 24).

Quanto à aparelhagem de cinema educativo da região, registrou que está praticamente inativa tendo em vista a dificuldade de obtenção de filmes e local apropriado para as exibições.

Também mencionou as várias tentativas de trabalhos agrícolas, mas apontou que “a escassez de terreno, o horário escolar e a falta de instrumentos fizeram fenecer, logo de início, essas experiências, que, digamos de passagem, só foram tentadas na zona urbana” (Relatório de 1940, p. 24).

Da Educação pré-primária da Região, o delegado registrou que é ministrada em cinco estabelecimentos de ensino particular.

Tendo em vista os interesses dos estabelecimentos fabris, o delegado apontou que as escolas maternas funcionavam, normalmente, durante o ano, junto a tais estabelecimentos, “apesar dos defeitos de instalação” (Relatório de 1940, p. 25). Nota-se que, a respeito desses estabelecimentos de ensino particular que mantinham o jardim de infância, foi possível notar pouca rigorosidade quanto às instalações: “[...] nos estabelecimentos de ensino particular, que mantém jardim de infância, o ensino obedece às normas estabelecidas e suas instalações estão, mais ou menos, de acordo com as exigências do curso” (Relatório de 1940, p. 25). Não explicitou quais os defeitos observados e nem o motivo pelo qual os mesmos não são sanados,

além de não estabelecer o que seria a expressão “mais ou menos”, se traria riscos ou não às crianças e aos funcionários. É preciso destacar que, tendo como princípio a ordem e o cumprimento da legislação, tão exigidos nas escolas públicas, não há razão explicitada que responda ao fato de que escolas particulares possam cumprir “mais ou menos” as exigências do curso.

Ao mencionar no relatório as reuniões mensais dos inspetores, foi possível notar quanto os registros das ações, a memória e a história são negligenciados, aspecto que deve ser observado com atenção. O Delegado afirmou:

Nos arquivos desta Delegacia, não me foi dado encontrar, nem um elemento em que me basear para dizer algo sobre as reuniões mensais de inspetores. Acredito que elas se tenham realizado, com frequência, pois a eficiência dos serviços da Delegacia e o zelo que o meu ilustre antecessor põe em todos os seus atos, levam-me a essa convicção (Relatório de 1940, p. 25).

Na sequência, ao referir-se do seu período administrativo, o Delegado esclareceu ter feito uma reunião, a fim de tratar dos exames finais. Apontou que a reunião mensal de inspetores é “uma medida útil e necessária. Por eles o Delegado tem um conhecimento mais seguro dos assuntos da Região, podendo tomar providências mais acertadas e justas”. E continuou mencionando a importância das reuniões, “para o ensino, elas são também de grandes vantagens, pois dão margem a uma orientação mais segura e mais homogênea” (Relatório de 1940, p. 25).

Em projeção para 1941, no que se refere a essas reuniões, salienta que deveriam versar sobre: “assuntos técnicos, sendo mesmo aconselhável que cada Inspetor seja designado para, na reunião seguinte, desenvolver um tema a ser discutido pelos demais colegas e que se ligue aos interesses do ensino na Região” (Relatório de 1940, p. 25).

Prosseguiu o relatório registrando as reuniões mensais de professores de escolas isoladas e de adjuntos de Grupo Escolar. Afirmou que recebeu, de todos os grupos escolares e inspetorias auxiliares da região, as atas das reuniões que aconteceram regularmente todos os meses. Apontou que, “com raras exceções, essas reuniões tiveram um cunho eminentemente técnico, donde se conclui a preocupação das autoridades do ensino de melhorar cada vez mais o trabalho de nossas escolas” (Relatório de 1940, p. 26).

Esclareceu que havia uma orientação para as reuniões, sendo que deveriam ser divididas em duas partes: uma de ordem técnica, para discussão sobre tema proposto, previamente ou na hora, e que para tal um professor era designado para explaná-lo. A segunda parte era para estudo

dos problemas de ordem administrativa, e o presidente deveria resolver ou diligenciar os encaminhamentos.

Diante disso, o delegado sugeriu, em tom centralizador, uma medida mais para determinar o “cumpra-se” que de orientação, conforme explanou:

[...] seria de grande vantagem que o Delegado de Ensino pudesse reunir, uma vez por ano, na sede da Delegacia (antes da reabertura das aulas) todos os professores da Região, aos quais transmitiria diretamente, em linhas gerais, a orientação a ser seguida e o plano de trabalho a ser executado (Relatório de 1940, p. 26).

Defendeu no relatório que, para participarem das reuniões, que teria a duração máxima de um dia, os professores teriam suas faltas abonadas e passes concedidos.

No que diz respeito aos exames e horários, o Delegado registrou que houve exames finais, conforme previa a lei, em todas as escolas da região e organizou épocas diferentes para que os alunos fizessem os exames para não haver prejuízo na disciplina e frequência escolar. Destacou que, nas escolas isoladas e particulares, muitos examinadores foram designados pelo Delegado, “dada a impossibilidade dos inspetores presidirem a todos eles em virtude de grande número de escolas” (Relatório de 1940, p. 27).

As promoções da época também foram registradas. Quanto à contribuição dos municípios e dos particulares ao ensino, o delegado registrou que o ensino municipal é bastante numeroso em alguns municípios e que não obedecem – e, segundo ele, prefere não indagar o porquê – aos dispositivos do decreto 6.461, de 25/5/1934. Comentou quanto às escolas municipais que:

[...] são mantidas ao sabor das autoridades municipais. É um grave inconveniente que esta Delegacia, cautelosamente, procurará combater ou remediar, fazendo ressaltar a conveniência da observância do artigo n.º 29 do Decreto n.º 6.947. Muitas dessas escolas são regidas por pessoas incapazes, que tem como única finalidade o recebimento do ordenado no fim do mês (Relatório de 1940, p. 28).

O Delegado apontou, ainda, que as prefeituras forneciam condução ao inspetor: algumas pagavam aluguéis de prédios escolares e outras chegaram a construir salas para escola. Fez uma referência em destaque para as contribuições da Prefeitura de Sorocaba: “Além de manter grande número de escolas municipais e uma Escola Normal, ainda paga os alugueres de 3 prédios ocupados por grupos escolares” (Relatório de 1940, p. 28).

Fez, também, menção à Constituição de 10 de novembro de 1937, quando estabeleceu a percentagem quanto ao que cada Prefeitura deveria reservar para a instrução pública e colocou em tom de dúvida e, ao mesmo tempo, de sugestão:

[...] não sei se esse dispositivo está sendo cumprido. Seria medida de grande alcance, para melhor aplicação dessa verba, que as Prefeituras fossem obrigadas a comunicarem, no início do ano, ao Delegado do Ensino, que a verba destinada e cujo destino deveria ser dado pelo Delegado, que a requisitaria na medida das necessidades devidamente justificadas (Relatório de 1940, p. 29).

O registro acima leva a crer que não havia transparência quanto aos repasses de verbas para a educação, bem como não havia diálogo nem consulta em relação às reais necessidades da Delegacia do Ensino.

Acrescentou o Delegado que, além das contribuições da Prefeitura Municipal, também a Delegacia do Ensino teve apoio de pessoas particulares, bem como da “contribuição moral de toda a população dos municípios da região” e, assim, “conseguiu de particulares o concurso valiosíssimo da construção de prédios para grande número de escolas isoladas e facilidades para acomodação das professoras da zona rural” (Relatório de 1940, p. 29).

Depreende-se do relato que o ensino público era custeado, em grande parte pela população e pelos interesses de particulares.

Ao apontar as despesas da Delegacia o Delegado relatou que, em 1940, teve gastos em expediente, diárias e transportes. Afirmou, em tom de desabafo, que:

[...] a exiguidade da verba, ocasionou, não obstante a compressão absoluta das despesas, o pedido de um reforço de verba para pagamento dos gastos efetuados; Só a correspondência, consumiu, mensalmente, mais da metade daquela importância. Impressos necessários para a boa organização dos serviços deixaram de ser feitos. O próprio serviço de limpeza e conservação verdadeiramente insuportável (Relatório de 1940, p. 30).

Em relação às diárias e transporte dos inspetores, o Delegado também registrou que “só foi efetuado em junho” e, novamente, lamentou e apontou:

É fácil de avaliar-se o prejuízo que esse atraso acarreta ao ensino, pois os inspetores ficam privados de exercer a principal função de seu cargo, visto que, no geral, não dispõem de recursos para fazer face a essas despesas. A verba estipulada para esta Delegacia, mostrou-se insuficiente para o bom desempenho dos serviços de inspeção. (Relatório de 1940, p. 30).

Desnudou a realidade, explicou o motivo e descartou qualquer questionamento quanto aos recolhimentos de saldos ao afirmar: “Não deve prevalecer o fato de recolhimento de saldos, pois que isso foi motivado pela economia forçada em virtude do atraso no recebimento da mesma verba” (Relatório de 1940, p. 30).

Mencionou as escolas rurais e a necessidade de visitas que se faziam, geralmente de automóvel. Destacou que, tanto o preço da gasolina quanto outros fatores, encareciam as viagens e a partir de tal colocação solicitou que “a verba para diárias e conduções nesta Região, seja aumentada afim de poder-se realizar um trabalho mais eficiente” (Relatório de 1940, p. 30).

No item em que expôs “Ligeira notícia sobre as escolas normais livres”, o Delegado afirmou que na Região de Sorocaba, mais especificamente em Sorocaba e Itu, havia duas escolas normais livres. Esclareceu que a de Sorocaba era mantida pela Prefeitura, enquanto que a de Itu fazia parte do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. Afirmou que “ambos os estabelecimentos funcionaram com relativa normalidade, sendo os exames parciais e finais fiscalizados por Inspectores designados por esta Delegacia” (Relatório de 1940, p. 31). Mais uma vez, não explicitou o que seria “relativa” normalidade, menos ainda, apontou o que estaria entre as anormalidades possivelmente constatadas.

Ao tratar do tópico designado “Ligeira Estatística sobre o movimento dos grupos escolares das Escolas Estaduais e municipais e das escolas particulares”, expõe os números e acrescentou quadros falavam por si, ou seja, apresentou dados numéricos.

Quando registrou a respeito das dificuldades encontradas pelas estagiárias para sua fixação no local e para instalação da escola, postos em prática para dirimi-las, o Delegado expôs que a Região de Sorocaba, mais exatamente no Grupo Escolar Antonio Padilha, só teve uma estagiária.

As remoções, segundo o relato do Delegado, aconteceram sem grandes dificuldades, pois: “o ambiente já estava formado pelas suas antecessoras, pelo que não tiveram dificuldade a vencer. Um ou outro caso esporádico, provocando sua maioria das vezes por um mal entendido de começo, foram resolvidos sem maiores embaraços” (Relatório de 1940, p. 32).

O Delegado justificou que a acolhida se devia à população hospitaleira e pela maioria das escolas ter uma relativa antiga existência, bem como acrescentou que, nos lugares em que novas escolas foram implantadas, isso ocorreu por estudos feitos e desejo dos moradores, que por tal motivo facilitavam a adaptação dos professores. Não teve o Delegado, portanto, nenhuma necessidade de pôr em prática medidas para dirimir obstáculos. Já as transferências de escolas foram propostas pela Delegacia do Ensino devido à diminuição de alunos das instituições.

Finalizou o relatório colocando no item “Outros problemas peculiares à região” o que se segue: “A meu ver, a Região de Sorocaba, apresenta, no momento, só um problema digno

da nossa atenção: a sua extensão territorial, com elevado número de escolas, para um reduzido corpo de Inspetores” (Relatório de 1940, p. 33).

Justificou o comentário acima apresentando os seguintes números, pertinentes ao assunto: “Abrangendo 17 municípios, com 342 classes em 32 grupos escolares, 207 escolas rurais, 30 urbanas, 74 municipais, 27 particulares, 2 maternas e 2 Normais livres, tem apenas, para o serviço de inspeção e orientação quatro inspetores (Relatório de 1940, p. 33).

Desabafou, por fim, expondo que:

[...] possuído do maior desejo de realizar um trabalho eficiente em benefício do ensino, do maior rendimento escolar, não vejo como poder realizá-lo, dispondo apenas de quatro auxiliares, que, não obstante a dedicação e o interesse que manifestam, sentem-se impossibilitados pelo grande número de unidades a seu cargo, como ainda pela exiguidade da verba destinada ao serviço de inspeção (Relatório de 1940, p. 33).

Uma vez mais, o Delegado defendeu que se colocasse mais um Inspetor, para que o trabalho possa ser realizado com mais eficiência do que aquele que os inspetores já realizam. Finalizou o relatório afirmando que, uma vez resolvido esse problema, não via o que pudesse atrapalhar o bom andamento da Delegacia do Ensino.

#### **4.4 As inspeções escolares na década de 1940: registros dos Termos de Visita**

Com objetivo de melhor compreender o papel do supervisor e ter uma ampla visão do momento histórico da escola da época, confrontou-se o Relatório Anual de 1940, escrito pelo Delegado Regional de Ensino de Sorocaba, e os Termos de Visita realizados no mesmo período no Grupo Escolar objeto desta pesquisa.

O primeiro registro do ano, no Grupo Escolar Senador Vergueiro, data de 16 de fevereiro de 1940. Nele, o inspetor Cláudio Ribeiro Silva anotou apenas o movimento do dia e visitou o primeiro período.

O próximo registro foi datado somente em 13 de setembro de 1940, isto é, sete meses depois da última visita de inspeção. O inspetor, cujo nome está ilegível, registrou que percorreu as classes e assistiu a algumas aulas. Além disso, verificou livros de chamada e trabalhos gráficos. Registrou o movimento do dia e destacou o asseio, ordem e disciplina da escola.

No ano seguinte, o Decreto Lei n.º 12.427, de 23 de dezembro de 1941, consubstanciava novas disposições relativas à carreira do magistério público primário. Entre as medidas, encontrou-se a que se refere aos inspetores no item “Da distribuição e nomeação de Inspetores escolares” e destacou-se os seguintes artigos:

**Artigo 81.** Os inspetores escolares Incumbidos de funções técnicas e administrativas são em número de cem, dos quais setenta e dois para o interior e vinte e oito para a Capital.

§ 1.º. O Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública periodicamente e mediante proposta ao Diretor Geral do Departamento de Educação distribuirá os inspetores escolares do interior pelas Delegacias do Ensino, fixando lhes a respectiva sede.

§ 2.º. Para os serviços da 1.ª Delegacia Regional do Ensino da Capital, que terá a seu cargo os estabelecimentos de ensino público da Capital e os públicos e particulares do restante da região, serão designados pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública dezoito inspetores escolares.

§ 3.º. Para 03 serviços da 2ª Delegacia Regional do Ensino da Capital que terá a seu cargo os estabelecimentos de ensino particular do município da Capital serão designados, pela mesma forma do parágrafo anterior, dez inspetores escolares.

**Artigo 82.** Os inspetores escolares serão nomeados por proposta do Diretor Geral do Departamento de Educação, dentre diretores de grupos escolares de 1.ª, 2.ª ou 3.ª categoria, com mais de cinco anos de efetiva direção (SÃO PAULO, 1941).

Por meio do trecho destacado, é possível compreender como ficou estabelecido o organograma da Delegacia de Ensino e, conseqüentemente, a posição que o inspetor ocupava nesse contexto.

Não se pode afirmar se foi devido às modificações feitas pelo decreto, porém, o que consta é que dois anos se passaram sem registro no livro de visita da supervisão, sem que houvesse justificativa para tal. Há apenas a suspeita da ausência desses profissionais em função da guerra de 1942 que se avizinhava, gerando turbulência no país e, conseqüentemente, trazida para dentro dos muros escolares.

Foi possível ler que o inspetor Paulo Monte Serrat registrou em 20 de fevereiro de 1942:

Presidindo a primeira reunião pedagógica deste ano, palestrei durante uma hora e vinte minutos, com as Sr.ª adjuntas, adjuntos, substitutas, efetivas, auxiliar de diretor e Sr. diretor do Grupo Escolar “Senador Vergueiro sobre os seguintes assuntos: a) livros adotados, b) planos de aula para os semanários, c) aulas de leitura, linguagem, caligrafia, desenho, cálculo, história e geografia d) dos cadernos de linguagem e ocupação, cartografia e caligrafia, e) do arranjo asseio e limpeza das salas de aula; f) da coordenação do ensino; g) das provas ‘mensais; h) do uso de uniforme; i) do uso do calçado (Termos de visita, p. 36, *ipsis litteris*).

Mencionou a coordenação do ensino, mas não foi possível entender quais os aspectos seriam alvo da atenção. Registrou a necessidade do uso do calçado, por parte dos alunos, o que leva a crer que a condição econômica dos discentes era precária. Tal exigência não repercutiu, pelo menos ao analisar o registro, de alguma solução real para essa situação.

Ainda no Termo, a pedido do inspetor, o Diretor comentou sobre o material usado na escola, também sobre a frequência às classes, escrituração dos livros de chamada, horário e organização do orfeão. Assistiu às aulas e registrou o movimento do dia.

Os temas da palestra foram explicitados no Termo, porém, tão somente a citação deles, não sendo possível analisar se eles tratavam de medidas orientadoras ou determinação de ordem instrucional prática. A questão do uso, obrigatório, do calçado também faz rever o momento histórico vivido, fase difícil que muito complicou a situação econômica dela derivada.

Em 27 de fevereiro, o mesmo supervisor retornou à escola para presidir, a convite do diretor, a eleição da Caixa Escolar. Examinou o livro-caixa, expressando pouco sobre o evento ocorrido: “Sirvo-me do motivo para examinar o livro caixa dessa instituição Peri-escolar, confrontando-o com a caderneta da Caixa Econômica” (Termos de visita, p. 36, *ipsis litteris*). Anotou também o movimento escolar.

Em 27 de abril de 1942, o inspetor Paulo Monte Serrat também presidiu a reunião Pedagógica do mês e relata: “Presidindo a reunião pedagógica do mês, estive hoje nesta casa de educação criteriosamente dirigida pelo professor Armando Rizzo, experimentado mestre e zeloso funcionário do Estado” (Termos de visita, p. 36, *ipsis litteris*). A expressão “criteriosamente dirigida” destaca a atuação do diretor, ao que foi entendido, por seguir minuciosamente as exigências dos superiores imediatos, uma vez que a própria palavra “critério” está ligada à uma norma ou ordenação. Nesse mesmo dia, palestrou sobre os cadernos de trabalhos gráficos dos alunos.

Nota-se, aqui, o primeiro registro de reunião pedagógica, sem poder afirmar, categoricamente, que essa reunião continha preocupações com o aspecto da aprendizagem e caráter de fato pedagógico, pois os registros apresentam poucas descrições, não nos oferecendo margem para ter a ideia exata do que ocorria de fato.

Voltando à escola em 12 de maio de 1942, o inspetor visitou as classes, cuja composição se encontrava mista, e anotou as aulas, conforme apontou:

Assisti e dei aulas do horário, respectivamente anotadas: linguagem oral e escrita, aritmética, geografia, educação moral e cívica, geografia, ainda, cartografia, mais uma vez geografia e trabalhos manuais nos anos: 3º misto, 3º A masculino, 4º A feminino, 4º A masculino, 4º misto, 3º C masculino e 3º B masculino (Termos de visita, p. 37, *ipsis litteris*).

Uma vez mais fez elogio ao diretor e registrou o movimento do dia. No mesmo mês, mais precisamente dia 27, o inspetor registrou o funcionamento regular da escola. Passou por todas as classes. Presidiu a Reunião Pedagógica Mensal, na qual constatou ordem e “atenção

às ordens superiores, enfim, um núcleo de proveitosa cruzada educacional. Vale a pena visitar-se este Grupo Escolar” (Termos de visita, p. 37, *ipsis litteris*).

O trecho evidencia que o cumprimento às ordens era esperado, bem como exaltado pelos inspetores. Nada além desse foco é mencionado nos Termos até aqui. Vale destacar que as reuniões pedagógicas têm acontecido, conforme previa o Diretor Regional no documento chamado “Relatório Anual” de 1940.

Em 2 de julho, o inspetor Paulo de Monte Serrat palestrou no quarto ano misto para adjunto sobre “feitura dos semanários de lições, a ser apresentado na própria reunião pedagógica” (Termos de visita, p. 37, *ipsis litteris*). Deu aula de aritmética para o quarto ano e trabalhou a regra de três simples com os alunos. Por fim, registrou o movimento escolar.

Vale destacar que, no 4.º ano, segundo o que anotou o inspetor, constava regra de três simples, conteúdo este que aparece nos dias atuais, somente, nos anos finais do Ensino Fundamental.

O inspetor passou pelas salas e assistiu a aulas conforme registro de 3 de agosto de 1942. Verificou o movimento do dia e anotou:

Atravessando as nações americanas um momento de história comum, rogo ao Sr. Diretor que se aproveitem de todos os motivos e de todas as lições se coordenem com assuntos de nossa História para que se desperte nas crianças mais acendrado amor ao nosso querido Brasil (Termos de visita, p. 37, *ipsis litteris*).

Pelo registro, nota-se um apelo do inspetor para que as crianças brasileiras amem a Pátria. O nacionalismo já havia sido destacado pelo Delegado Waldomiro no relatório de 1940, item anterior deste estudo. Nesse documento, o mesmo tom dramático pode ser notado quando afirmava o distanciamento do patriotismo por parte das crianças. Não se deve deixar de anotar que, no Relatório do Delegado, havia inclusive menção aos estrangeiros com séria falta de apreço.

Em 28 de agosto de 1942, o inspetor Paulo Monte Serrat escreveu que compareceu à escola para assistir à Reunião Pedagógica do mês. Examinou a escrituração da Caixa Escolar. Na reunião, solicitou aos professores “intensificação da Campanha Proavião, aqui já iniciada com sessões do cinema educativa, por iniciativa do Sr. Diretor e do professor Álvaro Soares” (Termos de visita, p. 38, *ipsis litteris*). Sobre a campanha, anotou: “A Delegacia estava solicitando coleta de metais, pelos alunos, a fim de encaminhá-los às autoridades competentes” (Termos de visita, p. 39, *ipsis litteris*). Finalizou o Termo registrando: “Falei, ainda sobre o Dia

da Juventude, missa em Ação de Graças pelo restabelecimento do Ex. Sr Presidente da República e do atual estado de Guerra do Brasil” (Termos de visita, p. 38, *ipsis litteris*).

A presença do inspetor na reunião como espectador – e não como presidente – sugere menor centralização do poder em suas mãos, inclusive quando solicita a apresentação das lições nesses encontros, conforme registro do Termo anterior.

Há que se destacar também o pedido pelo restabelecimento da saúde do presidente, bem como pelo estado de Guerra do Brasil, que marcam o clima de instabilidade do momento e, também, demonstram que o Termo era visto como um documento oficial em interessantes aspectos, pois das ações pedagógicas anota pouco, sem muitas descrições ou aprofundamento. Em contrapartida, registra-se o momento do apelo pela saúde do presidente do estado de Guerra.

Em 25 de setembro, o inspetor anotou o movimento do dia e explicou que compareceu à escola para presidir a reunião pedagógica do mês e também para “palestrar sobre assuntos que preveem despertar nos alunos mais acendrado amor pelo Brasil” (Termos de visita, p. 38, *ipsis litteris*). Outra vez, a intenção em despertar o amor pelo Brasil esteve registrada nos Termos de Visita e nas ações do inspetor.

Considerou-se também que a ideia de descentralização do poder, vista na reunião pedagógica de 28 de agosto, quando o inspetor esteve como espectador, não se confirmou no encontro seguinte. Nessa reunião, voltou a ocupar a presidência e a delimitar os assuntos a serem tratados.

O referido inspetor presidiu também, no dia 16 de fevereiro de 1943, a “*formação do corpo de examinadoras de testes*” (Termos de visita, p. 38, *ipsis litteris*). Apontou no registro escolar que “vários exercícios preliminares foram feitos tendo explicado a técnica de aplicação de testes”. Afirmou ainda no mesmo Termo: “Estudamos, depois, a avaliação geral, tudo com a presença do Sr. Diretor, ficando suas quatro auxiliares perfeitamente aptas para selecionar os 237 alunos dos seis primeiros anos deste estabelecimento de ensino” (Termos de visita, p. 38, *ipsis litteris*).

Fez um apelo para ao senhor Diretor para o:

[...] desenvolvimento das organizações peri escolares, tendo em vista as recomendações da Delegacia de Ensino, rogo ao Sr. Diretor: a) instalação de tais atividades subordinadas a: 1º) merenda escolar, 2º) sopa escolar, 3º) copo de leite, 4º) cooperativa, 5º) biblioteca, 6º) assistência odontológica 7º) ensaios agrícolas, 8º) cinema educativo, 9º) caixa escola, etc. (Termos de visita, p. 39, *ipsis litteris*).

O treinamento para aplicação das avaliações pareceu muito familiar ao que se observam hoje nos momentos de aplicação de avaliações externas. Havia, igualmente, o estudo

e treinamento dos docentes, a fim de avaliar o desempenho dos alunos. O caso registrado pelo inspetor, ora em tela, evidencia uma seleção não do processo, como hoje, mas para o ingresso ao primeiro ano, devido às poucas vagas existentes para o atendimento de todas as crianças em idade escolar. Outro aspecto patente é o das organizações peri-escolares, com forte tendência ao assistencialismo.

No dia 26 do mesmo mês e ano, o senhor Monte Serrat retornou à escola para presidir a eleição da Caixa Escolar. Nesse mesmo dia, fez palestra sobre essa instituição, ora chamada Caixa Escolar. Tratou de assuntos de “assistência à infância tais como: sopa escolar, copo de leite, calçado, roupa, lanche, material escola, etc.” (Termos de visita, p. 39, *ipsis litteris*). Aqui, novamente, emerge o lado paternalista da escola, tendo em vista que a situação econômica da sociedade carece de tais auxílios para sobreviver e manter-se. Entretanto, as questões educacionais ficam relegadas ao segundo plano.

Em 29 de março de 1943, o inspetor compareceu à escola para palestrar sobre globalização de ensino, percorreu classes, aplicou testes pedagógicos e registrou que teve o “prazer de constatar no recreio do estabelecimento canteiro de cenouras e beterraba, revelação da prática de horticultura” (Termos de visita, p. 39, *ipsis litteris*). No Termo, complementou que a produção da horta “será encaminhada para Legião Brasileira de Assistência. Muito bem!” (Termos de visita, p. 39, *ipsis litteris*). A exaltação colocada para finalizar o Termo remete-nos às mesmas expressões de incentivo dadas pelos professores aos alunos, a relação hierárquica se confirma.

Em 26 de abril, o senhor Monte Serrat anotou apenas que “o Sr. Diretor se encontrava em retirada legal para o almoço. Tudo em boa ordem” (Termos de visita, p. 39, *ipsis litteris*). Já nos dias 27 de maio e 8 de junho, o inspetor registrou que esteve no Grupo Escolar para aplicar testes e diagnósticos pedagógicos.

O referido inspetor constatou, no dia 21 de julho, o encerramento da campanha da borracha: “[...] usada com quasi 1800 quilos consoante afirma o Sr. Diretor. Muito bem.” (Termos de visita, p. 40, *ipsis litteris*). Nesse dia, palestrou com o Sr. Diretor sobre processo e métodos de ensino. Ao mencionar a palestra sobre métodos de ensino notou-se, novamente, um sinalizador, mesmo que embrionário, de preocupação com o processo de aprendizagem, por parte da inspeção educacional.

Em 27 de agosto, o inspetor Paulo de Monte Serrat submeteu os 272 alunos a testes pedagógicos. Nota-se que o ano de 1943 é marcado por muitos testes e avaliações externas, fato que merece destaque e maior aprofundamento investigativo.

Em 10 de setembro, o inspetor foi até o Grupo Escolar acompanhado da técnica de tracoma do Centro de saúde, a senhorita Ismirna Felipe. A técnica fez exames após palestra “sobre profilaxia do mal” (Termos de visita, p. 40, *ipsis litteris*). O inspetor registra que o diretor mostrou o novo uniforme do time de bola ao cesto, declarando que “no próximo dia 19 do corrente promoverá encontro com as congêneres do Grupo Escolar Antonio Padilha” (Termos de visita, p. 40, *ipsis litteris*) e, por fim, registra que os benefícios financeiros do evento irão para a caixa do estabelecimento. Infere-se das ações apontadas o cuidado preventivo com a saúde e o incentivo ao esporte, apesar desse último estar ligado também a questões de ordem financeira. De todo modo, este trecho lembra a sugestão do Delegado, em seu Relatório Anual, quando apontava a importância de se haver ação conjunta entre os setores de saúde e a escola.

Em 9 de março de 1944, o inspetor Accácio de Vasconcelos Camargo registrou: “[...] estive hoje em visita ao G.E Senador Vergueiro, dirigido, com amor e proficiência, pelo distinto educador Sr. Prof. Armando Rizzo” (*ipsis litteris*). E prosseguiu afirmando que “impressionou-me agradavelmente a harmonia reinante entre o diretor e seus auxiliares, o que concorre, naturalmente para o bom êxito dos trabalhos” (Termos de visita, p. 41, *ipsis litteris*). Por fim, anotou o movimento do dia.

Em 24 de abril, o mesmo inspetor elogiou o diretor, visitou as classes e registrou: “notei verificando os trabalhos gráficos um movimento progressivo” (Termos de visita, p. 41, *ipsis litteris*). Nesse dia, anotou que conversou com os alunos e observou precisão nas respostas e, ainda, verificou, com cuidado, a escrituração. Por fim, constatou que as disciplinas, subentenda-se também professores, estão acompanhando a orientação da Delegacia.

Em 15 de maio, o referido inspetor elogiou o diretor e visitou as classes. Em 26 de julho, mais uma vez anotou elogio, desta vez à escola, que “é sempre boa a impressão que se leva das visitas ao Grupo Escolar Senador Vergueiro, um dos estabelecimentos de ensino de Sorocaba com tradição formada” (Termos de visita, p. 41, *ipsis litteris*).

O senhor Camargo retornou ao Grupo Escolar em 7 de fevereiro de 1945 para verificar o andamento das matrículas. Já no dia 22, visitou as classes, tomou contato com professores e alunos. Verificou absoluta regularidade na escolha dos livros a serem adotados e declarou: “Faço votos a Deus que, este ano, o conceituado estabelecimento de ensino primário, do qual fui o primeiro diretor, dê o resultado que esperamos de seu esforçado corpo docente” (Termos de visita, p. 42, *ipsis litteris*).

Em 09 de abril, o inspetor Aggeo Pereira do Amaral visitou e verificou a regularidade de funcionamento escolar. Nesse mesmo dia assistiu à aula e registrou: “Palestrei com as crianças” (Termos de visita, p. 42, *ipsis litteris*). O tema da palestra não foi registrado. Além

desse curto comentário, apontou que visou livros de chamada e anotou: “Vi os cadernos dos alunos” (Termos de visita, p. 42, *ipsis litteris*). Note-se que a prática de observar o caderno dos alunos tinha ainda caráter fiscalizador e controlador das ações docentes.

Em 3 e 14 de julho, o mesmo inspetor Aggeo Pereira do Amaral retornou à escola, registrou que estava funcionando com regularidade e visitou classes. Ao final, anotou o movimento do dia.

Em 03 de agosto, o inspetor anotou: “Estive hoje neste G. Escolar combinando com o Sr. Diretor sobre o comparecimento a recepção aos expedicionários sorocabanos, em 5 do corrente, domingo” (Termos de visita, p. 42, *ipsis litteris*).

Em 21 e 22 de agosto, o referido inspetor escreveu um elogio para o diretor, anotando: “[...] visei os livros de chamadas, os semanários de lições, e verifiquei, nas classes, o aproveitamento da criançada, que é bastante satisfatório” (Termos de visita, p. 43, *ipsis litteris*) e arrematou com a seguinte frase: “Levo do estabelecimento ótima impressão por tudo quanto observei” (Termos de visita, p. 43, *ipsis litteris*).

Em 11 de fevereiro de 1946, o novo inspetor, cujo nome estava ilegível no Termo, escreveu:

[...] recomendações gerais: a) Executar rigorosamente a circular n.º 2 da Delegacia Regional de ensino, b) adotar somente os seguintes cadernos: linguagem, [ilegível], caligrafia, desenho e cartografia c) com recursos existentes da Caixa Escolar desenvolver o melhor trabalho em benefício das crianças das necessidades. d) manter rigorosamente em dia, para o visto do Inspetor Escolar o livro caixa da Caixa Escolar, assim como todos os documentos, e a caderneta da Caixa econômica ou Banco.e) manter, continuamente, em completa ordem e máxima limpeza o prédio e suas dependências, assim como distribuir equitativamente o trabalho entre os serventes f) Remeter à Delegacia Regional de Ensino, impreterivelmente até o dia 5 de cada mês os mapas de movimento e balancetes de Caixa Escolar g) pôr no Grupo Escolar, o mostruário de livros escolares...g) adquirir, com os recursos da Caixa Escolar uns pequenos jornais, para acudir , os alunos necessitados, durante o período escolar (Termos de visita, p. 43, *ipsis litteris*).

As “recomendações” acima expostas assemelhavam-se a determinações do inspetor, refletindo suas expectativas. É interessante salientar que nesse registro há muito mais impessoalidade do que os Termos escritos pelos dois últimos inspetores.

Em 09 de abril, o inspetor visitou classes, examinou trabalhos, inquiriu alunos. Também trocou ideias com adjuntas sobre orientação de ensino de diferentes disciplinas. Verificou o livro de matrícula e o do Caixa Escolar. Anotou o movimento do dia. É preciso atenção aqui aos termos usados no documento, em destaque: “examinou”, “inquiriu”, “trocou ideias”, “orientação” e “verificou”. Com exceção da expressão “trocou ideias”, da qual não se

tinha muitas informações, as demais demonstram o poder fiscalizador e a concentração do poder.

Em 23 de agosto, o inspetor visitou o trabalho escolar e constatou que estava na marcha normal de ensino, em geral, bem orientado. Elogiou diretor e “visou livro de inventário” (Termos de visita, p. 44, *ipsis litteris*). A expressão “marcha”, salientada na análise de alguns dos Termos deste trabalho e, também, no Relatório Anual do Delegado Regional, torna a aparecer.

Em 17 de setembro, o inspetor Aggeu Pereira do Amaral visitou classes, constatou normalidade de funcionamento do estabelecimento e bom aproveitamento dos alunos. Anotou o movimento do dia.

Em 25 de setembro, o mesmo inspetor apontou “em visita de inspeção ao estabelecimento” (Termos de visita, p. 44, *ipsis litteris*) e complementou informando que a escola funcionava com toda regularidade. Notou “bom andamento dos trabalhos e apreciável aproveitamento da criançada” (Termos de visita, p. 44, *ipsis litteris*). Registrou ainda o movimento do dia. Nesse período, notaram-se poucas informações concedidas nos Termos, restringindo-se apenas ao protocolo do documento.

No mês seguinte do mesmo ano, o Decreto n.º 16.205 (de 17 de outubro de 1946) aprova regulamento para execução do Decreto Lei n.º 16.085, de 14 de setembro de 1946, que dispunha sobre criação de cargos no Quadro do Ensino. No item: “Do provimento do Cargo de Inspetor Escolar” lê-se no Artigo 28: “Os inspetores Escolares, incumbidos de funções técnicas, serão distribuídos pelas Delegacias de Ensino, pelo Secretário da Educação e Saúde Pública, que lhes fixará as respectivas sedes” (SÃO PAULO, 1946). Com essa determinação, compreende-se que o papel do inspetor está tomando uma forma mais técnica.

Já no ano seguinte, estando o referido Decreto em vigência, em 11 de março de 1947, o inspetor João Rangel visitou o Grupo Escolar e registrou o movimento do dia, verificou a “escala rotativa de substitutos efetivos que está conforme” (Termos de visita, p. 44, *ipsis litteris*). Elogiou o diretor e o “inteligente corpo docente” (Termos de visita, p. 44, *ipsis litteris*). Ainda em 1947, em um registro sem dia e mês, esteve presente na escola o inspetor Accacio de Vasconcelos Camargo, que visitou as classes e registrou o movimento do dia.

Em 17, 18 e 19 de maio e em 19 de junho do mesmo ano, esteve na escola um inspetor cujo nome não está legível e registrou que: percorreu classes; assistiu às aulas; verificou trabalhos; palestrou com os professores sobre a marcha dos trabalhos; deu aulas de aritmética no 4.º ano; visou livros de escrituração e Caixa Escolar. Destacou, por fim, ordem, asseio e

disciplina. Os registros novamente seguem a estrutura de relação de ações e pouca – ou nenhuma – reflexão acerca do fator pedagógico.

Em 14 de agosto de 1947, o mesmo inspetor visitou três classes de 1.º grau e uma de 2.º grau: “Palestrei demoradamente sobre medidas relativas ao prosseguimento dos trabalhos que vão indo otimamente. Examinei cadernos de alunos e dei 2 aulas[...]” (Termos de visita, p. 45, *ipsis litteris*). E anotou o movimento do dia.

Em 10 de setembro de 1947, quem recebeu o inspetor foi a senhora Honorina Carvalho de Freitas, auxiliar do diretor. O inspetor registrou que: percorreu classes; verificou trabalhos gráficos; palestrou para professoras “demoradamente, dando-lhes orientação sobre o preparo, execução e crítica dos trabalhos de linguagem e de caligrafia” (Termos de visita, p. 45, *ipsis litteris*). Deu aula de cálculo e leitura para o 3.º ano e registrou que o estabelecimento funcionava com regularidade, grande ordem e disciplina.

Em 17 de outubro de 1947, o senhor Armando Rizzo recebeu o inspetor. No Termo, este escreveu que visitou classes, verificou cadernos e a marcha do ensino, o que expressou da seguinte forma: “[...] havendo perfeita harmonia e entendimento entre diretor e professores que se esforçam para alcançar o seu objetivo” (Termos de visita, p. 45, *ipsis litteris*).

Em 18 de maio de 1948, a diretora do Grupo Escolar, senhora Maria Cândida Barros Araújo, recebeu o inspetor Aggeo Pereira do Amaral, que registrou ter percorrido as classes, que examinou livros de escrituração e semanários. Também nesse dia, viu caderno de ocupação linguagem e provas. Destacou: “[...] tivemos oportunidade de ver os cadernos de ocupações, linguagem e provas que demonstram não só a dedicação das Sr<sup>as</sup> professoras como o zelo da Sr<sup>a</sup> diretora” (Termos de visita, p. 46, *ipsis litteris*). Anotou que ouviu aula, examinou leitura e apontou: “[...] bom número já se acha alfabetizado” (Termos de visita, p. 46, *ipsis litteris*). Conversou com as “Sr<sup>as</sup> professoras sobre técnicas do Ensino” (Termos de visita, p. 46, *ipsis litteris*) e anotou o movimento do dia.

Pelo registro, depreende-se que as técnicas de ensino tornaram-se foco das discussões nos espaços escolares, bem como a preocupação quanto a alfabetização que já era ponto de atenção educacional, inclusive mencionada no Relatório Anual do Delegado Regional.

No dia 14 de junho de 1948, o Delegado do Ensino visitou a escola e registrou que assistiu à entrega de livro “aos 84 alunos dos 1º anos já alfabetizados” (Termos de visita, p. 46, grifo pessoal) e anotou o seguinte elogio: “Deixo consignadas aqui os meus sinceros aplausos à Sr<sup>a</sup> diretora e às esforçadas professoras de 1º anos eu em tão pouco tempo conseguiram graças ao seu entusiasmo e sua dedicação tão notável resultado” (Termos de visita, p. 46, *ipsis litteris*).

O ritual de passagem da cartilha para o livro era um momento bastante significativo para os alunos e professores da instituição. Havia na escola a festa de entrega do primeiro livro, sempre com as crianças que estavam na 1.ª série do primário, sendo alfabetizadas. Era uma solenidade feita na classe, pátio ou – quando a escola possuía um – era feita no salão. A professora chamava cada aluno para receber seu livro e durante a cerimônia era feito inclusive juramento para amar e respeitar o livro.

**Figuras 17 e 18:** Cerimônia de entrega do livro (à esquerda); programa da Festa de Entrega do primeiro livro, em 1958 (à direita).

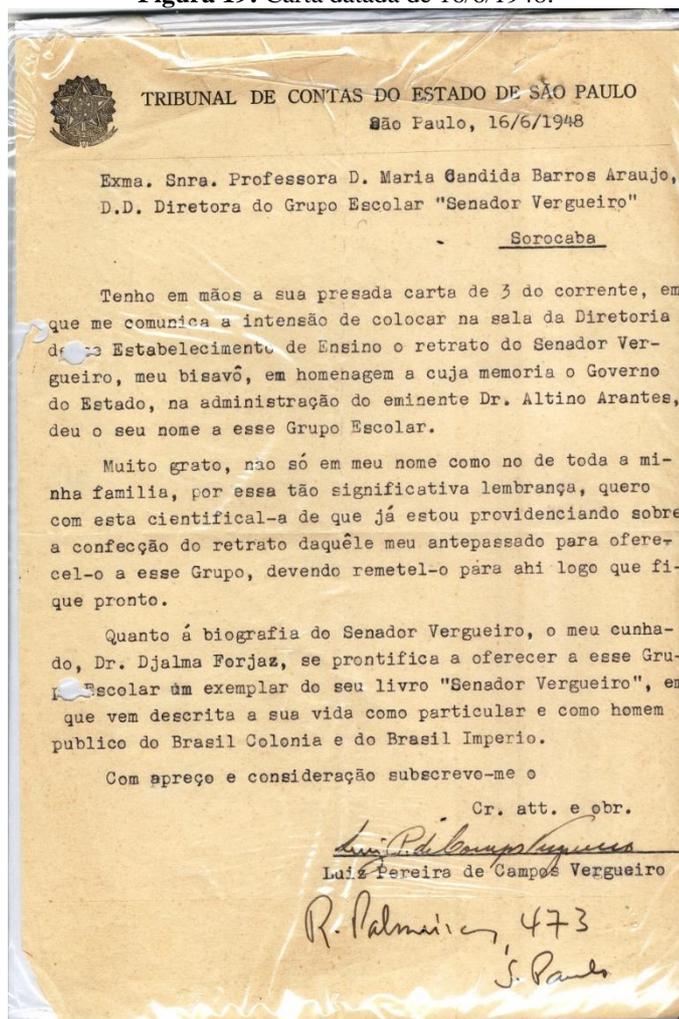


Fonte: Cerimônia de entrega de livro. Disponível em: <<http://caetanistas78.blogspot.com.br/2011/10/festa-do-livro.html>>. Acesso em 31 out. 2014.

Em 21 de agosto de 1948, o senhor Aggeo Pereira do Amaral escreveu que assistiu às aulas, aos cantos e às poesias nas classes. Também palestrou com as crianças sobre cálculo, leitura.

Constatou e registrou com prazer que havia encontrado “[...] classes vivas, alegres e ativas, demonstrando bom aproveitamento e dedicação das Sr<sup>as</sup> professoras e da diretora. Colhi das classes visitadas, excelente impressão” (Termos de visita, p. 45, *ipsis litteris*). Nesse dia, também anotou o movimento do dia. Visou cadernos e livros de escrituração e de Caixa Escolar.

**Figura 19:** Carta datada de 16/6/1948.<sup>3</sup>



Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

Em 02 de setembro, o inspetor anotou o movimento do dia e registrou o funcionamento com precisa regularidade. Em 07 de outubro, verificou bom aproveitamento, ordem nos trabalhos e regular funcionamento do estabelecimento. Anotou o movimento do dia. Registrou ainda que a escrituração estava em ordem. Em 11 de novembro, o inspetor anotou que o Grupo estava em exames e que assistiu a algumas provas, notando o bom resultado. Anotou também o movimento do dia.

Já em 11 de março de 1949, o inspetor, cujo nome está ilegível no Termo, fez constar que percorreu classe, examinou livro de chamada e que conversou com professoras sobre questões do ensino. Relatou, ainda, que verificou que "as crianças já estão com o material

<sup>3</sup> Escrita por Luiz Pereira de Campos Vergueiro, bisneto do Senador Vergueiro, em resposta à carta da diretora, senhora Maria Cândida Barros de Araújo, que expressava intenção e pedia autorização para colocar na sala da Diretoria do estabelecimento escolar o retrato do patrono.

completo e feito rigorosamente de acordo com as recomendações da Delegacia de Ensino” (Termos de visita, p. 48, *ipsis litteris*). Por fim, anotou o movimento do dia.

É possível perceber, sim, alguma preocupação com questões do ensino, porém o cumprimento rigoroso das recomendações ainda está no foco da inspeção. Recomendações que funcionam mesmo como determinações, inclusive pela expressão usada pelo inspetor para manifestar o “cumprimento rigoroso” da Delegacia de Ensino.

Em 29 de abril de 1949, o inspetor Antonio Rodrigues Claro Sobrinho escreveu que percorreu classes, palestrou para as adjuntas sobre o ensino da linguagem, caligrafia e geografia. Além disso, examinou cadernos e verificou se a escrituração estava em ordem e escreveu: “Pelo que vi e pude observar, levo a melhor impressão” (Termos de visita, p. 48, *ipsis litteris*).

Em 9 de maio de 1949, o inspetor registrou um elogio à diretora e às professoras. Percorreu as salas, palestrou com as professoras sobre o ensino da leitura e, com a classe, fez exercício de cálculo. Ao final, anotou o movimento do dia.

Em 24 de junho de 1949, o inspetor Antonio Rodrigues Claro Sobrinho e o Delegado de Ensino estiveram na escola para cerimônia de “Entrega de livros” dos alunos de 1.º ano já alfabetizados. O inspetor registrou os aplausos: “Deixamos consignados aqui os nossos sinceros aplausos as Srs. Professoras bem como a dedicada diretora D. Maria Cândida de Barros Araujo, pelo excelente resultado conseguido em tão curto tempo” (Termos de visita, p. 48, *ipsis litteris*).

Vale destacar que na época os alunos eram alfabetizados ainda no primeiro semestre do 1.º ano em que cursavam a escola. Era ponto de honra para as professoras alfabetizar os alunos.

Em 29 de setembro de 1949, o inspetor Ezequiel Machado do Nascimento registrou que fez a Entrega de Prêmio ao aluno que fez jus, pela sua composição sobre o dia do “BCG” (1.º de julho, de acordo com a circular n.º 29 do DE). Nesse dia, percorreu as classes e notou harmonia entre diretora e auxiliares. Por fim, anotou sobre a disciplina, asseio, ordem. E, também, o movimento do dia.

Foram analisados 49 Termos de Visita do período de 1940 a 1949. Ao verificar os registros dos referidos documentos, notou-se que os inspetores do Grupo Escolar Senador Vergueiro mantiveram a preocupação com número de alunos matriculados e frequentes, bem como com a verificação da escrituração. Continuaram as práticas de assistir a e ministrar aulas, além de fazer referência à importância do amor à Pátria.

De cunho histórico, é relevante mencionar que se fez referência para os professores da Campanha Pro-Avião. Falou ainda sobre o Dia da Juventude e da missa em ação de graças ao ex-Presidente da República e também do estado de guerra que o país enfrentava.

Uma ação que anteriormente não havia surgido é o fato de o inspetor presidir a eleição da Caixa Escolar.

Evidencia-se o registro de uma reunião de cunho pedagógico, mas sem detalhamento algum sobre os aspectos que seriam tratados ali. Também ficou registrado que o inspetor fez o treinamento da equipe escolar para aplicação das avaliações. Ainda nesse aspecto mais pedagógico, houve elogio ao canteiro e às práticas de horticultura desenvolvidos no Grupo Escolar. Esses itens denotam um papel menos fiscalizador e mais de ordem pedagógica.

Por outro lado, de caráter mais técnico e burocrático, consta que foi verificada “escala rotativa de substitutos efetivos”.

Em 1943, houve referência de palestra por parte do inspetor em relação ao método de ensino, ressalta-se também aqui um aspecto mais de cunho pedagógico que fiscalizador. Percebe-se que havia preocupação com os métodos de ensino e alfabetização. O inspetor destacou o bom número de alunos alfabetizados no mês de junho e acompanhou a entrega de livros dos alunos de 1.º ano já alfabetizados.

Apesar de encontrarmos nesse período alguns registros que parecem estar mais relacionados ao aspecto pedagógico, há que se sublinhar que o intervalo entre uma visita e outra ainda permanecia bastante inadequado, é possível prever a falta de acompanhamento efetivo que se poderia realizar nessas condições.

#### **4.5 As inspeções escolares na década de 1950: registros dos Termos de Visita**

Em 22 de maio de 1950, o inspetor Ezequiel Machado do Nascimento registrou que percorreu classes para se colocar “a par da boa marcha do ensino e seu bom aproveitamento”. Visou semanários, cadernos de alunos e provas. Também visitou a classe de Educação Infantil anexa ao estabelecimento de ensino recentemente instalada, isto é, em 23 de fevereiro de 1950. A turma contava com 30 alunos. O inspetor lamentou registrando: “Pena é não possuir ainda todo material adequado a esse gênero de classe, mas com todos os esforços da Sr<sup>a</sup> diretora e professoras tudo farão para sanar esse inconveniente” (Termos de visita, p. 49, *ipsis litteris*, grifo pessoal).

É curioso analisar o discurso do inspetor, que coloca sobre os ombros da gestora e das professoras as possíveis – e por que não dizer impossíveis – ações para reverter um quadro que não é da responsabilidade da escola, menos ainda dessas profissionais, que têm como função ensinar. Isto, na verdade, é responsabilidade do Sistema Educacional e das políticas públicas do Estado.

Em 10 de outubro de 1950, o inspetor Ezequiel Machado do Nascimento foi recebido pela diretora substituta, senhora Áurea Borges Bálsamo, tendo em vista que a diretora estava em licença prêmio. O inspetor registrou que percorreu classes, verificou o trabalho de alfabetização. Também chamou vários alunos para exercício de ditado, fez exame no 2.º ano sobre cálculo mental, Geografia e História. Além disso, palestrou com a substituta da diretora sobre a organização do programa da “Semana da Criança”, tomando várias deliberações que serão levadas a efeito durante a semana corrente, de acordo com a circular da DE, “de oito do corrente”, publicada em Diário Oficial. Nesse dia, também anotou o movimento do dia.

Aqui, novamente depara-se com a preocupação com os trabalhos de alfabetização e o direcionamento, por deliberações e circulares, do trabalho e organização escolar.

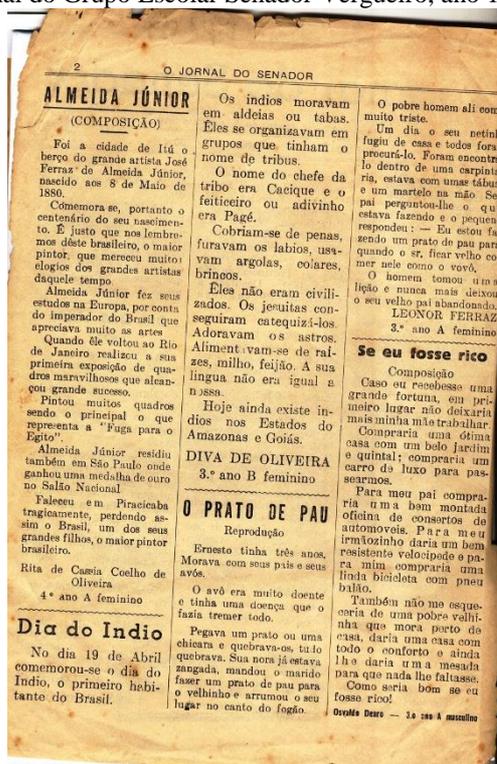
Destaca-se neste trabalho que, nos arquivos da escola, foi localizado “O Jornal do Senador”, ano 1, n.º 1, datado de maio de 1950. Não houve, no entanto, nenhum registro por parte dos inspetores de ensino que pela escola estiveram e também não se registrou nenhuma referência ao trabalho educacional de grande envergadura pedagógica ali desenvolvido.

**Figura 20:** Primeiro Jornal do Grupo Escolar Senador Vergueiro, ano 1, n.º 1, maio de 1950, p. 1.



Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

Figura 21: Primeiro Jornal do Grupo Escolar Senador Vergueiro, ano 1, n.º 1, maio de 1950, p. 2.



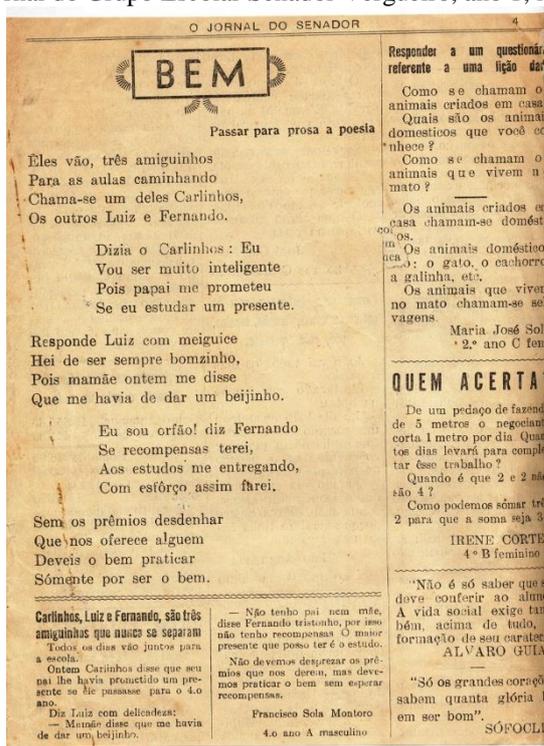
Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

Figura 22: Primeiro Jornal do Grupo Escolar Senador Vergueiro, ano 1, n.º 1, maio de 1950, p. 3.



Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

**Figura 23:** Primeiro Jornal do Grupo Escolar Senador Vergueiro, ano 1, n.º 1, maio de 1950, p. 4.



Fonte: Arquivo da Escola Senador Vergueiro.

Em 23 de abril de 1951, o Delegado de Ensino, cujo nome encontra-se ilegível, foi recebido pela diretora Maria Cândida Barros Araújo e registrou que visitou classes, que verificou cadernos, que assistiu às aulas de trabalhos manuais e cartografia, por fim, teceu o seguinte elogio: “De tudo levo ótima impressão e deixo consignados aqui os meus sinceros aplausos à diretora e ao corpo docente” (Termos de visita, p. 50, *ipsis litteris*).

O Encerramento do livro de Termo de Visita, alvo da análise, é datado de 13 de março de 1952, no entanto a assinatura está ilegível.

Foram analisados quatro Termos de Visita do período entre 1950 e 13 de março de 1952. Notou-se, pelos registros deles, que os inspetores do Grupo Escolar Senador Vergueiro continuavam com a prática de registrar o movimento do dia, isto é, número de alunos matriculados e presentes, de percorrer e assistir as aulas, com especial atenção para alfabetização. Foi mantida também a prática de visar semanários, cadernos de alunos, provas e escrituração administrativa.

É feita referência à classe de Educação Infantil e, mesmo lamentando que ela não possuísse material adequado para a faixa etária do alunado, afirmou que “[...] todos os esforços da Sr<sup>a</sup> diretora e professores tudo farão para sanar esse inconveniente” (*ipsis litteris*). No entanto, há que se evidenciar também a responsabilidade do Sistema Educacional e das políticas públicas do Estado, que no Termo não são mencionadas.

Foi localizado o exemplar do primeiro “O Jornal do Senador”, porém nada constou a respeito nos Termos de Visita do inspetor.

Pôde-se perceber, ao longo deste trabalho, que as ações, as alterações de práticas, de posturas e as modificações de paradigmas na educação são lentas.

Por meio da leitura atenta dos Termos de Visita, constatou-se que o foco de trabalho da inspeção de ensino transitou entre a fiscalização e orientação. O estudo do recorte histórico e das análises dos discursos – quer no Relatório do Delegado do Ensino, quer nos Termos de Visita – revelam a tentativa de legitimação de poder, de valores, de concepções e interesses.

Diante dessas questões, optou-se, por organizar e registrar a síntese das análises dos Termos de Visita por décadas.

Para construir os quadros, buscou-se a síntese, enfatizando os aspectos de maior incidência presentes nos Termos de Visita, no período de 1919 a 1950. Também aqui foi considerado o intervalo de décadas, categorizando e separando em aspectos fiscalizadores e orientadores. O “x” determina que houve práticas daquela ordem definida de categoria. A apresentação desta consta dos quadros abaixo.

## FOCO DA INSPEÇÃO

### 1- FISCALIZAÇÃO

<b>D É C A D A</b>	Verificar irregularidade do trabalho	Verificar escrita	Verificar movimento do dia: matriculados e ausentes	Verificar docentes faltosos	Verificar asseio e ordem	Examinar trabalhos	Determinar cumprimento da legislação	Verificar disciplina	Realizar exames / arquir
<b>1920</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>1930</b>	X	X*	X		X	X	X**	X	X
<b>1940</b>	X	X	X		X	X	X	X	X
<b>1950</b>	X	X	X		X	X	X***	X	X

Observações: (\*) irregularidade Caixa Escolar / (\*\*) ausência dos gestores / (\*\*\*) menciona circular.

### 2- ORIENTAÇÃO

<b>D É C A D A</b>	Ministrar aulas	Verificar aproveitamento	Verificar n.º de analfabetos	Assistir a festas	Elogiar	Dar instruções palestras	Presidir reunião pedagógica
<b>1920</b>	X	X	X		X	X	
<b>1930</b>	X	X	X*	X	X	X	
<b>1940</b>	X	X	X	X	X	X	X
<b>1950</b>	X	X	X	X	X	X	

Observação: (\*) caso específico no 3.º ano.

Tendo acompanhado todo o percurso dos inspetores ao longo do trabalho e, observando o quadro síntese aqui elaborado, conseguimos ter uma visão mais ampla do real papel do inspetor escolar. Verifica-se, por exemplo, o item que menos foi valorizado (tendo em vista que constou apenas na década de 1940) é a realização de reunião pedagógica presidida pelo inspetor. Como já se viu, apesar de mencionada a reunião, nenhum detalhe sobre ela foi anotado. Em contrapartida, itens de verificação como número de analfabetos, movimento do dia ou asseio e ordem são registrados regularmente. A questão pedagógica não parece ter sido o motivo de maior atenção nas visitas dos inspetores.

## 5 CONSIDERAÇÕES

*Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar (CERTEAU, 1982, p. 94).*

Nesta pesquisa, procurou-se desvelar alguns aspectos da historiografia da educação escolar brasileira, tendo como foco específico, a sorocabana. Nesse contexto, a ideia era compreender o papel do inspetor do ensino, tomando como base os registros efetivados por eles nos Termos de Visita do Grupo Escolar Senador Vergueiro, da cidade de Sorocaba/SP. Tais registros constam do período de 1919 a 1952.

Ainda com vistas a compor o contexto em que vultou-se neste trabalho, esclarecendo, assim, o leitor, foi também concentrada atenção na História da Educação Brasileira e da cidade de Sorocaba, bem como nas práticas produtivas e industriais correspondentes à cidade mencionada. Essa preocupação ocorreu porque levou-se em consideração que as ações inspetoras estavam – e estão – relacionadas às condições socioeconômicas e políticas da população da época. Ou seja, a intenção era contextualizar o *locus* do estudo, qual seja o Grupo Escolar Senador Vergueiro, cujo alunado está diretamente relacionado à industrialização sorocabana e ao seu desenvolvimento.

Para que fossem feitas as análises, foram consultados e fotocopiados os originais dos Termos de Visita, junto ao arquivo do referido Grupo Escolar, local onde estavam arquivados.

O olhar mais detido esteve na constituição das narrativas dos Termos de Visita que não foram tomadas de forma isolada, mas contextualizada o que possibilitou articulações e constatações de limites de atuação, intencionalidades e concepções do campo educacional do inspetor do ensino.

Procuraram-se tais fontes documentais a fim de chamar para o diálogo as informações que pudessem nos revelar, caracterizar e elucidar o papel e a atuação do inspetor do ensino no período delimitado.

Investigar o curso da História da Educação também contribuiu para o objetivo acima mencionado, pois, nela foi possível encontrar e identificar os modos de ação dos inspetores de ensino, objeto desta pesquisa.

Pode-se, por exemplo, perceber que, nos primórdios da história, oficialmente, esse cargo não existia. No entanto, a ação inspetora esteve presente no âmbito escolar, em diferentes momentos da história, porém diluídas em outras funções que foram se modificando ao longo do tempo.

O objetivo desse capítulo referente à História da Educação não era esgotar as possibilidades de interpretação do tema, mas identificar elementos que revelassem a presença do inspetor em outras funções.

Constatou-se dessa feita que, no séc. XVI, a fiscalização das escolas foi feita pelos Superiores da Ordem, que se incumbiam de verificar como estava ocorrendo a educação e encaminhavam relatórios do constatado ao superior da Companhia de Jesus. Em 1570, reconhece-se a função inspetora na atuação do Prefeito Geral de Estudos e, em 1759, na do Diretor de Estudo. Já em 1768, consta na atuação da Real Mesa Censória e, por fim, em 1799, há a fiscalização das aulas régias, serviço esse que era realizado por um professor de confiança do vice-rei.

Por volta de 1800, criam-se as Comissões de Ensino, compostas geralmente por moradores do local: o pároco, uma pessoa nomeada pelo governo e outra nomeada pela Câmara Municipal. Desse breve percurso histórico, depreende-se que os preceitos religiosos estavam presentes até na escolha dos párocos como fiscalizadores das escolas.

Em 1809, detectou-se a presença do Inspetor Geral, com a mesma atribuição mencionada anteriormente. Na primeira metade do século XIX, reconhece-se o Inspetor de Estudos, mas somente em 1868 foi criado o cargo de Inspetor de Distrito para fiscalizar o ensino, subordinado ao Presidente da Câmara Municipal e, posteriormente, ao Diretor Geral da Instrução Pública. A criação do cargo oficializa uma prática fiscalizadora que já era existente, porém, do ponto de vista do sujeito, ator desse processo, isso se caracteriza como um importante avanço importante. Outro avanço iria acontecer somente no período Republicano, quando a função do inspetor passa a ser remunerada e, então, é criada a Inspetoria Geral.

Até a década de 1940, por interferências políticas, a inspeção sofre uma série de modificações. Vale lembrar que de 1930 a 1961, todos os estabelecimentos de ensino médio e superior estavam sujeitos à inspeção federal, ocorrendo após essa época a descentralização para os Estados.

Compreender esse decurso histórico ajudou a compreender o período do foco de análise. Os questionamentos iniciais da pesquisa estiveram focados nas práticas cotidianos do inspetor no período entre 1919 e 1950, dessa prática, destaca-se a dualidade da ação fiscalizadora ou orientadora desse ator.

Ao analisar os “Termos de Visita” dos inspetores de ensino, percebeu-se, nas estrelinhas, como essa dupla faceta fiscalizadora e orientadora se caracterizou em diferentes momentos históricos. Foram notadas intenções declaradas e outras implícitas, além de prescrições procedimentais que definiam as ações de inspeção de ensino.

Constatou-se, portanto, que as ações dos inspetores do ensino da realidade escolar no período de 1919 a 1950, fazem-se ainda hoje presentes no funcionamento do campo educacional.

Selecionar, classificar, vigiar, instruir, controlar, avaliar, verificar a exatidão do cumprimento de obrigações administrativas, financeiras, técnicas e pedagógicas bem como procedimentos legais são incumbências e ações que configuram a arte de governar. Todos esses encargos são atribuídos ao inspetor de ensino que, atuando apoiado na legislação, tem recaído em atitudes fiscalizadoras e corretivas dos desvios de atos e procedimentos dos diversos atores do processo educacional.

O olhar mais atento para o papel do inspetor do ensino ao longo da história, as práticas modelares dos mesmos e, principalmente, as implicações delas em termos de transformação ou manutenção do status quo foram considerados neste estudo.

As questões de controle são necessárias a qualquer sistema social; no entanto, o excesso torna-se nocivo ao processo. A legitimidade da ação inspetora e o poder para executá-la possuem sua gênese na própria natureza do cargo e se fundamenta no paradigma de que há necessidade de controle da atividade alheia, bem como do cumprimento da prescrição legal.

Essa situação resulta no cumprimento rigoroso da vistoria burocrática, deixando, porém, o apoio pedagógico para segundo plano. Isso fica claro quando percebe-se que a maioria dos Termos de Visita preocupa-se em registrar número de alunos, o estado de asseio da escola e o registro do Caixa Escolar. E, em contrapartida, as reuniões pedagógicas são raras e sequer são especificados temas, metodologia ou abordagem delas. Algumas são apenas mencionadas.

Outro fator que demonstra o quanto a fiscalização pende mais do que a orientação está no fato de que, ao verificar algum problema dentro de uma sala de aula, como número de alunos não alfabetizados ou com dificuldades, o inspetor chegava a citar nominalmente a professora responsável por essa turma, levando-nos a inferir que havia nessa atitude uma responsabilização sem que houvesse um trabalho de acompanhamento e auxílio nessas questões de cunho pedagógico.

Ao investigar o funcionamento da inspeção escolar foi possível compreender que ela era – e continua sendo – vista como os olhos e a mão do Estado, junto às comunidades escolares e, devido a isso, está marcada pela fiscalização e tecnicismo.

Detectar essas questões até aqui relatadas teve por objetivo não apenas registrá-las, mas também repensar cada uma delas, a fim de que não se repitam as que não sejam adequadas aos propósitos educacionais.

Ao redigir essas considerações finais e a apresentação de respostas dos questionamentos iniciais, outros e novos questionamentos surgem. Isso evidencia a necessidade de busca da ressignificação das funções do inspetor do ensino, hoje denominado supervisor de ensino, a fim de diluir a imagem de profissional conservador, acrítico e apolítico.

Hoje, declara-se, comumente, que o supervisor é coparticipante e corresponsável pelas ações educacionais. No entanto, esse paradigma não foi totalmente implementado. Há de se reforçar os laços de tal profissional com as escolas de sua jurisdição, com a intenção de apoiar e sustentar as instituições em sua ação educativa. Além disso, há, sim, a preocupação em retomar o papel da supervisão nas questões de âmbito pedagógico.

Para tal, o referido ator do processo precisará mergulhar na construção de conhecimentos a partir de referenciais teóricos que embasam as práticas escolares, além de reavivar o compromisso ético com a educação. Por fim, o supervisor de ensino precisará manter o olhar crítico quanto ao seu posicionamento político educacional, pois, somente com todas essas reflexões, poderá indicar o início de trajetória para mudança, mesmo que o modelo estrutural do sistema educacional continue sendo autoritário e dicotômico.

## REFERÊNCIAS

- ABDULMASSIH, Marília Beatriz Ferreira; RODRIGUES, Margarita Victoria. **O especialista e a supervisão educacional: um mergulho nas raízes históricas**. [Texto Impresso], [1919-1950].
- ABRAMOWICZ, Mere et al., **A melhoria do ensino nas Primeiras Séries: enfrentando o desafio**, São Paulo: EPU, 1987.
- ALMANACH Ilustrado de Sorocaba para 1914. Sorocaba: Typographia Werneck, 1914. (Museu Histórico Sorocabano – MHS).
- AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Ideologia e legislação educacional no Brasil** (1946-1996). Concórdia: Universidade do Constatado – UnC, 2002.
- AMARAL, T. C. I.; SECO, A. P. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_pombalino\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html)>. Acesso em: 06 out. 2014.
- ANJOS, Almerinda dos. **Relação entre a função de liderança do Supervisor Escolar e a satisfação de professores: estudo de caso na 1.ª D. E. de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **Sorocaba Operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920**. Sorocaba: Create, 2005.
- AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 6. ed. Brasília: Editora UnB; Editora UFRJ, 1996.
- AZEVEDO, Fernando de et al. O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, ago. 2006, p.188–204. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2014.
- BARROSO, José Liberato. **A instrução Pública no Brasil**. Pelotas: Seiva, 2005.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e idéias (1873-1886?). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.471.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.
- BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, 1872, v. 1. Disponível em: <<https://archive.org/details/recenseamento1872bras>>. Acesso em: 30 out. 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 11.530, de 18 de Março de 1915.** Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 12 out. 2014.

BRASIL. **Lei de 1.º de outubro de 1828.** Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm)>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm)>. Acesso em: 01 maio 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 22.685, de 2 de Maio de 1933.** Modifica os arts. 45 e 46 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22685-2-maio-1933-515836-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 maio 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931.** Crêa o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-republicacao-82984-pe.html>>. Acesso em: 08 set. 2014.

BRASIL. **Decreto lei n.º 4344 de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/95661586/Decreto-lei-n-4244-de-9-de-Abril-de-1942>>. Acesso em: 1 maio 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1989.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 09 nov. 2014.

BRASIL. **Constituição de 1891.** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

BRASIL. **Constituição de 1934.** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 out. 2014

BRASIL. **Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834.** Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro. **Crônica da cidade**: ritmos e temporalidades na Sorocaba do início do século XX. Sorocaba: Create, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 94.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis. **Anais do IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <[http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD\\_documentos/coloquio9/IX-1148.pdf](http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1148.pdf)> Acesso em: 30 out. 2014.

DIÁRIO OFICIAL da República Federativa do Brasil, n. 248, 23 dez. 1996.

FERREIRA, Valdelice Borghi; SANDANO, Wilson. Educação Escolar e Movimentos Sociais no início da República (1889/1920). **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 27, set. 2007, p. 172-178. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 06 set. 2014

FERREIRA, Valdelice Borghi. **Disseminando saberes: o grupo escolar de um bairro operário**. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/DI SSEMINANDO%20SABERES-%20O%20GRUPO%20ESCOLAR%20DE%20UM%20BAIRRO%20OPERARIO.pdf>>. Acesso em: 05 de set. 2014.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. A gestão educacional na interseção das políticas federal e municipal. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 2, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551998000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200003)>. Acesso em: 01 maio 2012.

FREITAS, Ana Lúcia de Souza. **Pedagogia da Conscientização**: um legado de Paulo Freire à formação de professores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FRIOLI, Adolfo. **Biblioteca Sorocabana**: história (e memórias). Sorocaba: Create, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FUNDAÇÃO Ubaldino do Amaral. 30.000 edições. Um século de jornalismo. **Cruzeiro do Sul**. 20 v. (fascículos). Edição Especial.

\_\_\_\_\_. **Coluna Instrução Pública**. Sorocaba, ano 16, 25 abr. 1919, p. 6.

\_\_\_\_\_. **Coluna Instrução Pública**. Sorocaba, ano 16, 21 maio 1919, p. 2.

GADOTTI, Moacir. **Histórias das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

GONDRA, José Gonçalves. A educação conciliada: tensões na elaboração, redação e implantação de reformas educacionais. **Educação em Questão**, Natal, v. 12/13, n. 2/3, 2000/2001, p. 51-63.

LACERDA, Emily Pereira. **Supervisão escolar**: perspectivas de ação face ao processo de avaliação da aprendizagem. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/supervisao-escolar/49292/>>. Acesso em: 01 maio 2012.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. Tomo II. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

LOURENÇO FILHO, M.B. **Introdução ao estudo da Escola Nova** 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967. 271p.

MATTOS, Selma Rinaldi de; MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Brasil em lições**: a história como disciplina escolar. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0007.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (org). **A leitura de imagens na pesquisa social**. História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortez, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MEDINA, Antonia da Silva. **Novos olhares sobre a supervisão**. Supervisor Escolar: parceiro político-pedagógico do professor. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Supervisão escolar**: da ação exercida à ação repensada. Porto Alegre: AGE, 2002.

MOTA JUNIOR, Vidal Dias da. A criação de municípios na região de Sorocaba. **Biblioteca Sorocabana**: história (e memórias). Sorocaba: Create, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÉRICE, Imideo Giuseppe. **Introdução à supervisão Escolar**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

NOGUEIRA, Martha Guanes. **Supervisão Escolar**: A questão política. São Paulo: Loyola, 2000.

NOVOA, Antonio. **História da Educação**: perspectivas actuais. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1994. [Texto Impresso].

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches**: crianças, faz de conta & cia. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, Edil Vasconcelos de; PAIXÃO, Lea Pinheiro. O PABAAE e a supervisão Escolar In: RANGEL, Mary; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. **Nove olhares sobre a supervisão**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1997, p. 37-58.

PAULO, Marco Antonio Rodrigues. **A organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista**: estudo sobre o regulamento da diretoria geral de 1910. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PAULO, Marco Antonio Rodrigues de; WARDE, Mirian Jorge. A instalação do serviço de inspeção escola: na província de São Paulo (1835-1887). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 1, 2013, p. 256.

RANGEL, Mary. **Supervisor Escolar**: parceiro político pedagógico do professor. In: SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. **Nove olhares sobre a supervisão**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2007

REIS FILHO, Casemiro. **Índice básico da legislação do ensino paulista, 1890-1945**. 2. ed. Campinas; Marília: FE-UNICAMP; FFC-UNESP, 1998.

RIBEIRO, Ricardo. **Professoras de outrora Escola primária paulista (1925-1950)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação de Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RIO DE JANEIRO (Estado). Coordenadoria de Inspeção Escolar. **Portaria E/COIE.E Normativa n.º 03, de 19 de setembro de 2001**. Fixa as atribuições do inspetor escolar. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 27 set. 2001, p. 65.

SÃO PAULO (Estado). **Arquivo Público Do Estado** – Memórias da Educação. Disponível em:  
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/instrucao\\_pdf.php?pdf=RDRSO1940.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/instrucao_pdf.php?pdf=RDRSO1940.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n.º 3.205, de 29 de abril de 1920**. Regulamento para execução da Lei n. 1.710, de 27 de Dezembro de 1919, que dispõe sobre a organização do ensino. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1920/decreto-3205-29.04.1920.html>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n.º 5.335, de 7 de janeiro de 1932**. Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providencias. Disponível em:  
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5335-07.01.1932.html>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n.º 6.425, de 9 maio de 1934**. Reorganiza a Diretoria Geral do Ensino e da outras providencias. Disponível em:  
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6425-09.05.1934.html>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto-Lei n.º 16.759, de 21 de janeiro de 1947**. Dá nova redação aos arts. 26 e 30 do decreto lei n. 12.427, de 23 de dezembro de 1941 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1947/decreto.lei-16759-21.01.1947.html>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n.º 16.205, de 17 de outubro de 1946**. Aprova regulamento para execução do decreto-lei n. 16085, de 14 de setembro de 1946. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=127994>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação a ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. Coleção Memória da Educação.

SILVA, Paulo Celso da. **De novelo de linha à Manchester Paulista**. Fábrica Têxtil e cotidiano no começo do século XX em Sorocaba., SP, LINC, 2000.

SOUZA, Francisco Alencar de. **Os tempos do Império uma análise da Reforma do Ensino Livre de 1879**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Alicerces da pátria: História do ensino primário no estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta; FIGUEIREDO, Luciano; GREIVAS, Cynthia (org). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.